



CADERNO
Pró-Semiárido

**DESTINO DA
PRODUÇÃO**
DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA NO PRÓ-SEMIÁRIDO





DESTINO DA PRODUÇÃO

DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO PRÓ-SEMIÁRIDO

ORGANIZADOR

Carlos Henrique Ramos



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

GOVERNADOR **Jerônimo Rodrigues**

VICE-GOVERNADOR **Geraldo Júnior**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR)

SECRETÁRIO **Osni Cardoso**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR

DIRETOR-PRESIDENTE **Jeandro Ribeiro**

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO **Silvia Costa**

PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO

COORDENAÇÃO GERAL **Cesar Maynard**

SUBCOORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO
PRODUTIVO E DE MERCADOS **Carlos Henrique Ramos**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO **Elka Macêdo, Aline Queiroz e Lorena Vieira**

ORGANIZADOR **Carlos Henrique Ramos**

EDIÇÃO DE CONTEÚDO E DE FOTOGRAFIA **Elka Macêdo DRT/BA 4280**

PROJETO GRÁFICO EDITORIAL **Imburanatec Design**

DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES **William França**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Destino da produção : da agricultura familiar camponesa no pró-semiárido / [organização Carlos Henrique Ramos].

-- 9. ed. -- Salvador, BA : Imburanatec Design, 2024. -- (Caderno pró-semiárido)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-996551-5-9

1. Agricultura familiar 2. Agricultura - Aspectos econômicos - Brasil 3. Alimentos orgânicos 4. Cooperativismo 5. Economia solidária I. Ramos, Carlos Henrique. II. Série.

24-237967

CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura familiar 630

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

Fomentar a produção de alimentos diversos em quantidade e qualidade é uma premissa do Projeto Pró-Semiárido. A ação da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) tem permitido que milhares de famílias que moram nos campos de 32 municípios, localizados na região semiárida da Bahia, tenham asseguradas a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional e renda por meio de uma ação contínua de formação, assessoramento técnico e acesso a tecnologias sociais e equipamentos.

Nesta perspectiva, o que inicialmente era uma política de combate à fome, alcançou proporções significativas e além do direito humano à alimentação, proporcionou que agricultores e agricultoras e suas entidades representativas se fortalecessem a partir da agregação de valor dos seus produtos e do acesso a diversos mercados.

As famílias desenvolveram um potencial invejável e descortinaram o olhar para novas formas de obter renda e melhorar a qualidade de vida dos seus, seja com a conquista da certificação orgânica, com o controle da produção e/ou criação de animais, ou mesmo com a potencialização dos produtos agregados a partir do trabalho em cozinhas ou pequenas agroindústrias.

Do coentro vendido porta a porta, passaram a comercializar alimentos in natura e processados em feiras agroecológicas e orgânicas, além de acessar mercados institucionais por meio de chamadas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo. Como consequência, esses agricultores e agricultoras estão cada vez mais autônomos."

Aos poucos, uma nova realidade desponta, na qual a produção de insumos nas propriedades viabiliza uma produção mais independente do mercado externo. A venda direta aos consumidores liberta as famílias das mãos dos atravessadores, e o conhecimento sobre o escalonamento da produção, boas práticas na fabricação de alimentos e o cultivo de alimentos livres de agrotóxicos geram maior renda, saúde e estabelecem uma cultura alimentar diversa e nutritiva.

Em suma, este volume 09 da série *Cadernos Pró-Semiárido*, com o tema "Destino da Produção da Agricultura Familiar Camponesa no Pró-Semiárido", registra as metodologias, ferramentas e práticas que permitiram essa revolução no campo. Nas páginas que se seguem, dados e depoimentos de agricultoras e agricultores conduzem o leitor por uma viagem instigante pela transição agroecológica, destacando os aprendizados que fazem deste projeto uma vitrine de desenvolvimento rural.

Boa leitura!



Grupo de mulheres da fábrica de temperos da comunidade Testa Branca, município de Uauá (BA).
Foto: Magabi Matos

SUMÁRIO

01 - CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA NO PRÓ-SEMIÁRIDO	07
1. INTRODUÇÃO	07
2. ORGÂNICOS E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BAIANO	08
3. ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA AGROECOLÓGICA NO PRÓ-SEMIÁRIDO	18
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31



02 - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PRÓ-SEMIÁRIDO	33
1. INTRODUÇÃO	33
2. CONTEXTO	34
3. CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO	36
4. PESQUISA DE COMERCIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PRÓ-SEMIÁRIDO	38
5. CIRCUITOS CURTOS	40
6. INTERMEDIÁRIOS OU ATRAVESSADORES	47
7. MERCADO INSTITUCIONAL	50
8. COOPERATIVAS	52
9. COMENTÁRIOS FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
03 - ANOTAÇÕES ZOOTÉCNICAS – ANOTE – UMA AÇÃO DE FOCALIZAÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA NO PRÓ-SEMIÁRIDO	61
1. INTRODUÇÃO	61
2. FOCALIZAÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA	63
3. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA	64
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
5. RESULTADOS	89
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
04 - AGROINDÚSTRIAS E OS ESPAÇOS FÍSICOS DE COMERCIALIZAÇÃO MUDAM A REALIDADE DOS AGRICULTORES/AS NO SEMIÁRIDO BAIANO	101
1. INTRODUÇÃO	101
2. IMPORTÂNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS NA GERAÇÃO DE RENDA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	105
3. CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147



Agricultor Anselmo dos Santos Cordeiro
no seu sistema produtivo orgânico.
Foto: Manuela Cavadas



1

CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA PARTICIPATIVA NO PRÓ-SEMIÁRIDO

Carlos Henrique de Souza Ramos¹
Victor Leonam Aguiar de Moraes²
José Carlos dos Santos Neri³

1. INTRODUÇÃO

Há uma aceitação geral quanto às vantagens de se realizar uma sistematização. Trata-se de um método para refletir sobre o trabalho, compreender melhor o que se faz e também torná-lo conhecido. Sistematiza-se para difundir uma experiência, documentá-la e contribuir com o processo de gestão do conhecimento, como ocorre no Pró-Semiárido. Neste caso em especial, será sistematizada a experiência vivida pelo Projeto com o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que é um mecanismo de certificação que permite às famílias camponesas obterem um Certificado de Conformidade Orgânica. O SPG se caracteriza pela responsabilidade coletiva e solidária de seus membros, que podem ser agricultores, consumidores, técnicos e outros interessados.

A agroecologia propõe a descentralização desses processos, com base na lógica de que o próprio grupo de agricultores, agricultoras e redes aliadas de consumidores são os mais indicados para

¹ Engenheiro Agrônomo – Técnico em Desenvolvimento Regional da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Atua na subcoordenação de desenvolvimento produtivo e acesso a mercados do Pró-Semiárido.

² Engenheiro Agrônomo – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), atua como Técnico em Desenvolvimento Produtivo do Pró-Semiárido.

³ Ciências Agrárias – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), atua como Técnico em Desenvolvimento Social Pró-Semiárido.

garantir a origem agroecológica dos alimentos. A legislação brasileira permite que o selo “Produto Orgânico do Brasil” seja concedido após a análise de conformidade feita por um organismo credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de duas formas. A primeira é a contratação de uma empresa certificadora, credenciada pelo MAPA, para realizar auditorias no estabelecimento interessado e atestar a conformidade da produção com as normas dos orgânicos. A segunda, mais inovadora, é por meio do SPG. Nesse caso, os agricultores se organizam em grupos que se reúnem periodicamente, visitando os estabelecimentos participantes para atestar as boas práticas.



Visita de pares na comunidade Lagoa do Gado, município de Campo Alegre de Lourdes. Foto: Elka Macêdo

2. ORGÂNICOS E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BAIANO

O Pró-Semiárido procurou se vincular à ciência agroecológica em razão do resgate, sob novas bases tecnológicas e econômicas, da lógica da complexificação dos Territórios Rurais e seus conhecimentos, desprezados pela agricultura moderna, como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Enquanto a agricultura orgânica surgiu como prática agrícola, a agroecologia nasceu como ciência e, como enfoque de transformação, se popularizou, assumindo um caráter político, englobando dimensões sociais, econômicas e culturais. Na busca por agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependên-

cia possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais, a maximização da reciclagem de energia e nutrientes, bem como o redesenho de sistemas produtivos complexos e diversificados rumo a uma transição que pressupõe a manutenção de policultivos anuais e perenes, associados a criações, tornando-os mais estáveis às flutuações mercadológicas e climáticas.

A certificação orgânica por auditoria e a certificação participativa são dois processos distintos para obter o selo de produto orgânico. A certificação por auditoria é realizada por uma certificadora credenciada pelo Ministério da Agricultura (MAPA) e acreditada pelo INMETRO. Já a certificação participativa é conduzida por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), formado por um grupo de pessoas que se unem em um só registro junto ao MAPA. A certificação participativa se caracteriza pela responsabilidade coletiva dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. O grupo realiza visitas e fiscalizações nas propriedades de todos os participantes. O OPAC é responsável por inserir e manter atualizados, no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, os dados referentes a todas as unidades de produção sob seu controle.



**Assista o vídeo:
Certificação
Orgânica**



Maria do Carmo na horta coletiva orgânica do Assentamento São Francisco, município de Juazeiro (BA). Foto: Fábio Arruda



A parceria do Pró-Semiárido com o OPAC Rede de Agroecologia Povos da Mata teve como objetivo geral preparar e organizar famílias agricultoras camponesas, assessoradas pelo Projeto, para a implementação de um processo de certificação orgânica em Sistema Participativo de Garantia, de acordo com a Lei de Produtos Orgânicos (Lei n. 10.831 de 23/12/2003). A escolha do Projeto pela certificação participativa deveu-se ao fato de que ela pode ser mais inclusiva e justa do que a certificação por auditoria, pois abrange agricultores que não conseguiriam participar do processo tradicional de certificação devido ao custo, à metodologia e à burocracia, como demonstrado no diagrama 1 abaixo.



Diagrama 1- Comparativo entre os processos de Certificação Orgânica.

A experiência do Pró-Semiárido com a Certificação Orgânica Participativa, iniciada em 2018, teve como objetivo fomentar a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais, organizando-os como membros do Sistema Participativo de Garantia (SPG), para que fossem estimulados a assumir o protagonismo na conservação ambiental, na segurança e soberania alimentar, por meio da produção agroecológica e do desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades e Territórios Rurais, com os camponeses – homens, mulheres e jovens – como atores principais do processo.

No SPG, cada grupo precisa fazer parte de um OPAC, que deve ser credenciado pelo ministério. O OPAC é a pessoa jurídica responsável pelo SPG e pela concessão do certificado. A Rede de Agroecologia Povos da Mata é uma articulação de produtores da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, além de seus consumidores (coprodutores) e técnicos.

"São muitos os resultados, pois o projeto atuou em dois territórios que já tinham um trabalho bem consolidado de produção agroecológica, mas que não haviam conseguido fazer a transição total. Através do projeto, foi possível garantir o processo de capacitação para a certificação participativa, assegurando essa transição."

– Paula Silva, Agricultora, Secretária-Geral da Rede de Agroecologia Povos da Mata.

O Sistema Participativo de Garantia praticado pela Rede Povos da Mata envolve um processo horizontal de avaliação da conformidade orgânica, no qual a decisão é compartilhada entre todos os participantes, ou seja, institui-se um poder compartilhado e democrático. Os atores envolvidos nesse processo são, desse modo, convidados a ter pensamento e voz ativa, além de um comportamento colaborativo, para que a Rede se estruture e a certificação participativa tenha credibilidade, garantindo qualidades vitais e orgânicas para o consumidor. Organizados em grupos em suas comunidades (passos sintetizados no Diagrama 2 abaixo), buscam trocar experiências de saberes populares e tecnologias inovadoras, realizar a manutenção e ampliação da biodiversidade, tendo na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável. O sistema claramente busca manter as sementes e as raças crioulas, realizar o controle social para garantir a certificação orgânica de suas unidades produtivas, organizar o acesso a diferentes canais de comercialização e participar da construção de um mercado justo e solidário, garantindo, assim, seu trabalho e renda.

Para entrar no processo de certificação orgânica da Rede de Agroecologia Povos da Mata, o agricultor agroecológico precisa ser membro de um grupo aprovado pelos integrantes de cada Núcleo. Para isso, é necessário passar por algumas etapas, quais sejam: (i) formar ou participar de um grupo de agricultores; (ii) visita do grupo à unidade produtiva para conhecer e obter mais informações sobre o funcionamento e a documentação

necessária para o cadastramento; (iii) a aprovação ocorrerá após a aceitação dos integrantes do grupo, que devem conhecer a família e a nova unidade produtiva, culminando com a inclusão do agricultor na Ata de Adesão do grupo; (iv) providências quanto à documentação (cadastro e Termo de Responsabilidade, Plano de Manejo e Caderno de Campo); (v) visitas de pares às unidades produtivas que constituem o grupo, com o preenchimento do Roteiro de Visitas; (vi) solicitação de Olhar Externo ao Núcleo; (vii) aprovação pelo Comitê de Verificação e emissão do Certificado de Conformidade Orgânica, válido por um ano. Ao longo desse período, serão realizadas visitas periódicas e reuniões dos grupos para a tomada de decisões, organização social e trocas de conhecimento.



Diagrama 2- Conformidade orgânica.

Vale salientar que, na ausência da aprovação do Comitê de Verificação, o agricultor não recebe o Certificado de Conformidade Orgânica, e são estabelecidos prazos para as adequações necessárias para a solicitação de um novo Olhar Externo. O agricultor pode adequar sua produção às práticas e critérios exigidos e tentar a certificação no ano seguinte ou no próximo ciclo. Na parceria entre o Pró-Semiárido e a Rede de Agroecologia Povos da Mata, foram instalados dois Núcleos: o Sertão do São Francisco, na região de Juazeiro, e o Semiárido Forte, na região de Jacobina. Com a formação de 21 grupos, atualmente há 204 agricultores com selo orgânico participativo, abrangendo 10 municípios na área do Pró-Semiárido, conforme apresentado no Quadro 1 abaixo.

NÚCLEO	MUNICÍPIO	GRUPO	Nº CPFs CERTIFICADOS
Sertão do São Francisco	Sento Sé	Água Viva	16
		Boa Esperança	14
	Sobradinho	Ana Primavesi	09
	Juazeiro	Esperança	13
		Sem. Agroecologia no Sertão	18
		Orgânico da Vargem Laranjeira	06
Campo Alegre de Lourdes	Comunidade Unidas	04	
	Quintais Ecológicos	06	
	Unidos Somos Fortes	03	
	Baixões	09	
Remanso	Umbuzeiro do Sertão	13	
	Frutos do Sertão	09	
	Horta Com. do Majó	04	
	Div. Org. do Majó	12	
	Terra Esperança	08	
Semiárido Forte	Caém	Viver Melhor	14
	Várzea do Poço	Sem Fumaça e Sem Veneno	06
	Miguel Calmon	Todos pela Serra	17
	Umburanas	Sertão Forte	07
	Capim Grosso	Esperança	07
TOTAL	10	21	204

Quadro 1. Localização dos núcleos e grupos formados.

Especificamente a parceria objetivou (i) capacitar agricultores, agricultoras e técnicos, de forma modular no processo de certificação orgânica participativa; (ii) realizar acompanhamento técnico do processo de certificação participativa e comercialização, por meio dos circuitos curtos da Rede Povos da Mata; (iii) acompanhamento técnico da produção e boas práticas agrícolas com base na Agroecologia.

Essa experiência foi de suma importância para Associação Povos da Mata de Certificação Participativa, ampliou-se o número de agricultores certificados na Bahia, e garantiu o início de uma parceria com o estado da Bahia, hoje um dos pré-núcleos formados já se consolidou em Núcleo, e está ampliado de tamanho assumindo o trabalho de replicação da certificação na região do Sertão do São Francisco. Que nos alegra bastante, pois leva essa tecnologia social para outros agricultores e agricultoras, ribeirinhos, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, efetivando o real sentido dessa associação existir e garantir a alegria de viver em Rede. Paula Silva – Rede de Agroecologia Povos da Mata.

As atividades planejadas para a implantação de forma presencial a partir de janeiro de 2020 tiveram que ser reformatadas em decorrência da pandemia de COVID-19. Os processos metodológicos de execução das atividades foram reestruturados e divididos em capacitação e formação, tanto de forma online quanto presencial (para atividades práticas). As atividades foram, novamente, distribuídas em módulos para facilitar a compreensão dos agricultores. Durante o processo e com a amenização da pandemia, as famílias camponesas tiveram a oportunidade de vivenciar as práticas em conjunto com os módulos de forma online.

O fator que mais limitou foi a pandemia; o projeto foi executado no período mais difícil de nossas vidas, e a parte de capacitação, que deveria ser presencial, foi realizada em quase sua totalidade de forma online. Outro fator que limitou o projeto foi a composição da equipe, pois, se tivéssemos considerado profissionais de beneficiamento e de certificação, hoje já teríamos agroindústrias certificadas nesses dois pré-núcleos.

– Paula Silva, Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Os cinco módulos foram distribuídos da seguinte forma: os módulos I, II e IV, que correspondem à capacitação, diagnóstico e formação, tiveram que ser realizados no formato virtual, via plataforma Zoom. Já os módulos III e V, que corresponderam às capacitações práticas dos escopos animal, vegetal e agroindústria, foram realizados de forma presencial; o módulo III foi realizado na primeira semana de fevereiro de 2021 e o módulo V em outubro de 2021, atendendo às normas de prevenção estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

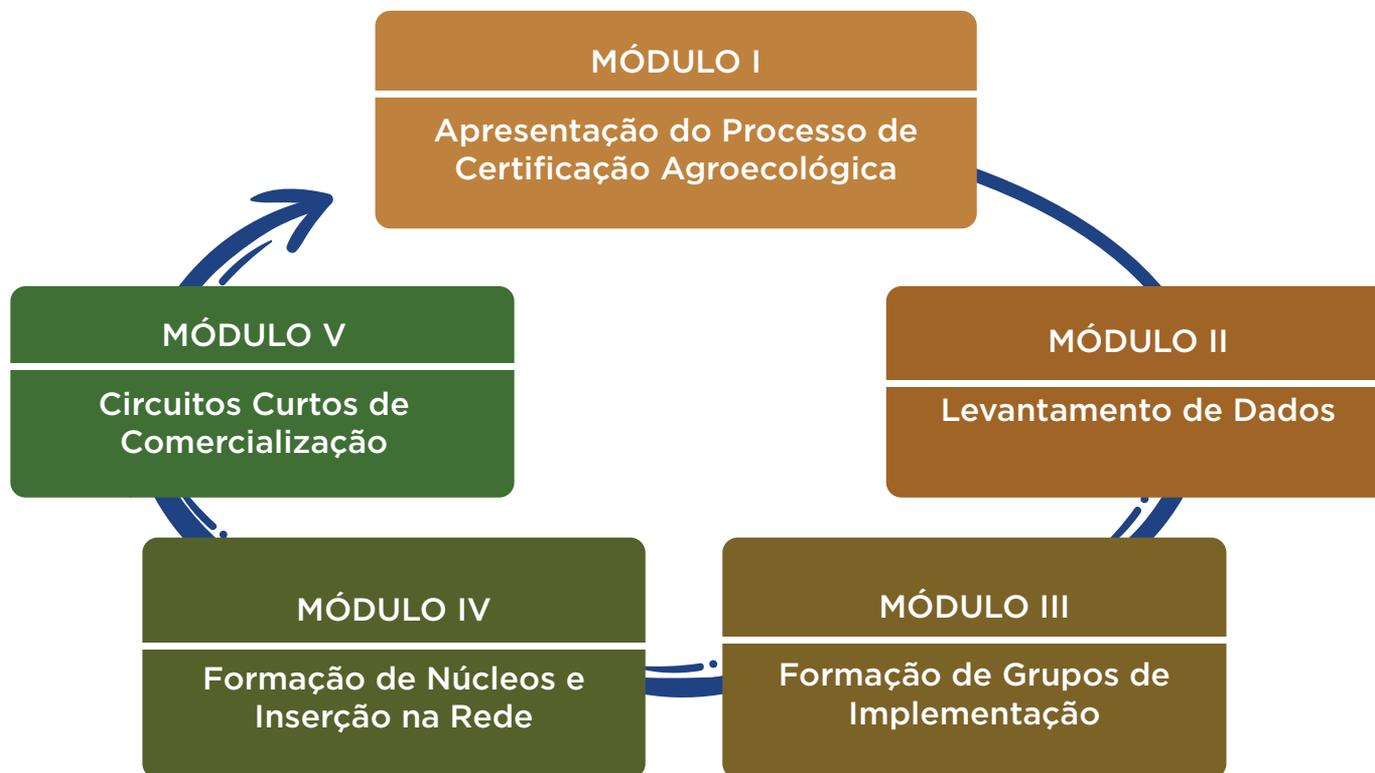
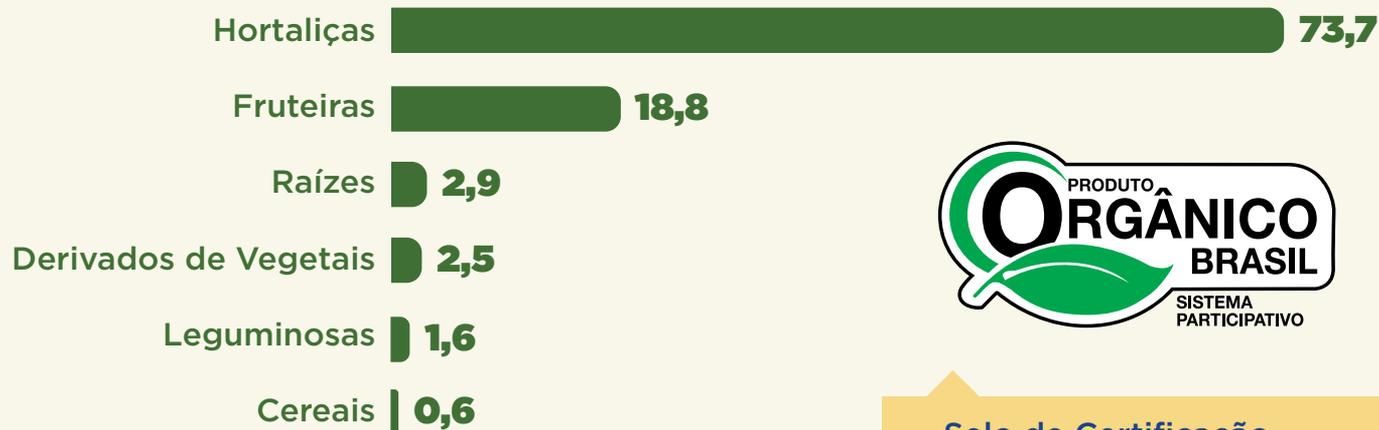


Diagrama 3. Módulos de capacitação.

Os OPACs podem se credenciar para atuar na avaliação de uma ou mais áreas. Na legislação brasileira, essas áreas são chamadas de escopos e estão divididas da seguinte forma: (i) produção primária animal; (ii) produção primária vegetal; (iii) extrativismo sustentável orgânico; (iv) processamento de produtos de origem vegetal; (v) processamento de produtos de origem animal; (vi) processamento de insumos agrícolas; (vii) processamento de insumos pecuários; (viii) processamento de fitoterápicos; (ix) processamento de cosméticos; (x) processamento de produtos têxteis; (xi) comercialização, transporte e armazenagem; (xii) restaurantes, lanchonetes e similares. No Pró-Semiárido, o escopo "Produção Primária Vegetal" incluiu demonstrações de manejo ecológico, controle ecológico de pragas e doenças, construção de cercas vivas e barreiras de contenção de ventos e enxurradas. Todos os processos realizados na propriedade são registrados em documentos obrigatórios, como o caderno de campo e o plano de manejo. Entretanto, para obter a certificação do escopo de "Produção Primária Animal", é necessário ter o escopo vegetal certificado, pois é nele que se produz o alimento para os animais.

Em uma pesquisa realizada pelo Pró-Semiárido, numa amostra de 1.704 famílias agricultoras camponesas em agosto de 2024, foi possível identificar a produção dos estabelecimentos certificados orgânicos no escopo "Produção Primária Vegetal".

Gráfico 1 - Certificação Orgânica Participativa.
Categoria de Produtos Comercializados



Selo de Certificação
Orgânica Participativa

A produção esteve muito focada nas categorias de hortaliças e fruteiras, alcançando um percentual superior a 90% em ambos os casos. Na categoria de hortaliças, os produtos predominantes, em ordem decrescente, foram: coentro, alface, cenoura, chuchu, cebolinha, quiabo, beterraba, tomate, abóbora, rúcula, couve-flor, entre outros. Na categoria de fruteiras, os produtos certificados mais comercializados foram: banana, umbu, acerola, laranja, mamão, maracujá-da-caatinga, limão, maracujá amarelo, manga, abacate e graviola.

Na agroecologia, destaca-se a importância dos circuitos curtos entre produção e consumo, que visam realocar os sistemas alimentares. Esses circuitos referem-se a relações de proximidade que buscam restringir ou reduzir ao mínimo possível a presença de intermediários, preferencialmente colocando em contato direto os ofertantes e os demandantes de produtos alimentares. As transações econômicas realizadas fundamentam-se em valores humanos e ambientais, como justiça e sustentabilidade. Quando um consumidor compra um

produto de uma família agroecológica, ele sabe que, nessa transação, não se troca apenas dinheiro por um produto qualquer. Trata-se, acima de tudo, de uma troca baseada em valores humanos, em produtos que têm uma origem, um nome e uma história alimentar. Assim, os processos de certificação orgânica participativa de cunho agroecológico desempenham um papel fundamental nesse aspecto.

A pesquisa do Pró-Semiárido também demonstrou que as vendas totais nos circuitos curtos – representados por feiras livres, feiras agroecológicas, vendas em domicílio e vendas por encomenda – corresponderam a 54% das vendas das famílias camponesas nos últimos 12 meses. Esse percentual superou as vendas para outras categorias de compradores, como os atravessadores, que representaram 38,4%; o mercado institucional, que correspondeu a 3,2%; as vendas aos estabelecimentos comerciais, que foram de 2,5%; e às cooperativas, que alcançaram apenas 1,9% do total. Quanto aos produtos com selo de certificação orgânica, a pesquisa revelou uma predominância esmagadora da venda através dos circuitos curtos de comercialização, que representaram 81% do valor, enquanto apenas 19% foram vendidos por meio de intermediários, conforme demonstrado no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Comparativo do valor comercializado pelo SPG (%).
Por categoria de compradores: Circuitos Curtos x Intermediários.



Intermediários

19%

Circuitos Curtos

81%

Os mercados de circuitos agroalimentares curtos possuem a capacidade de ressocializar ou reespecializar o alimento, permitindo ao consumidor fazer um julgamento de valor. Isso traduz um produto carregado de significados tanto para quem produz quanto para quem consome.



"Nas feiras agroecológicas, conversamos bastante com nossos clientes sobre como produzimos, os cuidados que temos e as variedades que utilizamos."

– Anselmo dos Santos, membro da Cooperativa Agropecuária Familiar Orgânica do Semiárido (Coopervida).

A qualidade torna-se um fator-chave nesse processo, e cresce a necessidade de construir ou reconstruir a relação de confiança entre produtores e consumidores. Isso valoriza os alimentos produzidos localmente, bem como a produção orgânica, agroecológica e artesanal em cadeias curtas, permitindo uma reconexão entre produtores e consumidores.

3. ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA AGROECOLÓGICA NO PRÓ-SEMIÁRIDO

A análise da experiência do processo de certificação orgânica participativa no âmbito do Projeto Pró-Semiárido será realizada com base em alguns parâmetros que auxiliarão na reflexão sobre a prática exercida até agora por núcleos, grupos de agricultores certificados e pela equipe de assessoramento técnico do projeto.

— A transição agroecológica

Escolhido como primeiro parâmetro por representar a estrutura básica das ações no Pró-Semiárido, a agroecologia tem servido de base para a construção de uma cultura de convivência no semiárido. Ao adotar como orientação essencial os enfoques pedagógicos construtivistas e de comunicação horizontal, compreende o desenvolvimento rural a partir da problematização sobre a realidade, permitindo que os atores envolvidos se encontrem em condições de igualdade para o diálogo. Tais metodologias possibilitaram a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, além de desvendar as relações das comunidades e dos Territórios Rurais com o meio ambiente, contribuindo para a identificação do potencial humano e social, assim como dos recursos localmente acessíveis.

Outro aspecto diz respeito ao reconhecimento do saber local, assim como ao potencial que esses saberes têm nos Territórios Rurais. Qualquer intervenção que respeite esse elemento cultural rompe, em primeiro plano, com o difusionismo tecnológico e cria os mecanismos para a disponibilização, apropriação e adaptação de conhecimentos e tecnologias que evitem a alienação dos sujeitos.

Não se trata de afirmar que a agricultura orgânica é inviável para grandes produtores empresariais, mas sim que sistemas de produção com essas características possuem maiores restrições ao desenho de sistemas diversificados. Isso determina que se trabalhe próximo ao limite inferior da complexidade desejada, sem se afastar das premissas agroecológicas, assegurando assim sua sustentabilidade. Acredita-se na possibilidade de implementar um processo democrático de desenvolvimento agrícola sustentável, no qual os agricultores, principais protagonistas nesta empreitada, continuem a ser sujeitos da ação (ASSIS *et al.*, 2002).

Arguidos sobre a experiência com o SPG de base agroecológica no Pró-Semiárido, os agricultores participantes da roda de aprendizagem que fundamentou essa sistematização contribuíram com palavras-chave que geraram a nuvem abaixo:



Diagrama 4 - Nuvem de palavras acerca do parâmetro transição agroecológica.

As discussões na roda de aprendizagem com os agricultores foram contundentes ao afirmar que os sistemas de produção de base agroecológica se caracterizam pela utilização de tecnologias que respeitam a natureza, mantendo ou alterando muito pouco as condições de equilíbrio entre os organismos envolvidos no processo de produção. A agroecologia busca interrelacionar saberes de diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de propor encaminhamentos para uma agricultura que respeite as condicionantes ambientais impostas pela natureza a essa atividade econômica. É preciso deixar claro que o processo de certificação orgânica, afastado dos pressupostos teóricos da agroecologia — que preveem o equilíbrio entre os parâmetros ecológicos, agrônômicos, econômicos e sociais —, deixa muito a desejar na construção de um desenvolvimento minimamente sustentável. Constata-se que são os sistemas familiares camponeses que estão melhor posicionados para implementar essas novas práticas agroecológicas, apesar de sua heterogeneidade enquanto categoria.

Sobre os resultados alcançados pelo programa de Certificação do Pró-Semiárido, Paula Silva — Rede de Agroecologia Povos da Mata — faz a seguinte citação:

“São muitos resultados, pois o projeto atuou em dois territórios que já têm um trabalho bem consolidado de produção agroecológica, mas que não tinham conseguido fazer a transição total. Através do projeto, pode-se garantir o processo de capacitação para a certificação participativa, onde conseguimos assegurar essa transição.”

Por seu turno, o modelo agroquímico de produção motivou a criação de diversos movimentos contrários à devastação dos recursos naturais, centrados na busca de modelos alternativos de produção agrícola sustentável, que, apesar de possuírem práticas e princípios orientadores diferentes, interpelam em favor do ideal de sustentabilidade dos agroecossistemas, através do melhor uso dos recursos naturais e da menor utilização de insumos externos (SANTOS *et al.*, 2014).

“Os agricultores conseguem fazer uma mudança, onde não mais fazem queimadas, não utilizam veneno para formiga, garantem cercas vivas fazendo barreiras, recolhem o lixo e implementam uma série de questões que fazem a certificação participativa acontecer.”

— Paula Silva — Rede de Agroecologia Povos da Mata.

O padrão técnico-econômico da agricultura de base industrial se desenvolve a partir da tentativa sistemática de desconectar a economia dos agroecossistemas da ecologia dos ecossistemas em que se estruturam. Nos estabelecimentos produtivos que seguem tal padrão, a unidade orgânica entre a produção econômica e a reprodução ecológica, responsável pela evolução das práticas agrícolas durante milhares de anos, é desarticulada para dar lugar ao desenvolvimento de metabolismos industriais moldados por fluxos lineares e cada vez mais globalizados de matéria e energia. Tais metabolismos são intrinsecamente insustentáveis: por um lado, apropriam-se da natureza como uma fonte interminável de recursos; por outro, descartam resíduos e poluentes de volta ao meio ambiente natural, tratando-o como um sumidouro ilimitado (PETERSEN *et al.*, 2021).

— As relações econômicas e com o mercado

Prosseguindo com a análise, observa-se que, para os objetivos de mercado exclusivamente, uma restrita definição de agricultura orgânica é utilizada, no sentido de proteger tanto o agricultor quanto o consumidor. Padrões orgânicos estipulam a proibição do uso de alguns insumos e ditam uma gama de práticas a serem seguidas. Dessa maneira, a sobrevalorização do produto em si, em detrimento da importância da forma como este é produzido, permite o estabelecimento de esquemas de procedimento que acarretam, de certa forma, uma simplificação na perspectiva do necessário equilíbrio do agroecossistema para uma em que o enfoque passa a ser apenas sobre o que é, de fato, permitido ou não. Em geral, as características de mercado e as demandas dos consumidores influenciam diretamente as tecnologias de produção na agricultura orgânica; daí a necessária adesão, em primeiro plano, à ciência agroecológica como matriz primordial.

Constata-se, em geral, que, do ponto de vista exclusivo do mercado, há uma busca pelo 'produto limpo', relegando a um segundo plano as demandas ambientais da racionalidade ecológica global. Isso ocorre em favor do atendimento às exigências do mercado e da simples observância de normas mínimas de produção, em detrimento de procedimentos que adotem uma visão mais abrangente do sistema de produção como um todo.

Existem diversos fatores que podem afetar o preço final dos alimentos, como os custos de produção, transporte, local de compra e até os gastos com certificação, no caso dos orgânicos. Entretanto, não é correto afirmar que os produtos orgânicos certificados por meio dos Sistemas Participativos de Garantia de base agroecológica sejam necessariamente mais caros; isso é um mito. Diversas pesquisas realizadas no Brasil mostram que esses produtos podem custar menos ou ter preços equivalentes aos cultivados com agrotóxicos, dentro de um estilo de produção convencional que utiliza as premissas da agricultura industrial empresarial.



“O Sistema Participativo de Garantia - SPG é inclusivo e democrático, e seu custo de produção é menor que o da agricultura convencional.”

– Ana Lúcia Moura - Coopervida (Juazeiro-BA).

Observando-se pelo lado do consumo, pesquisas demonstram que a escolaridade impacta na decisão de consumo de alimentos orgânicos em magnitude superior à própria renda per capita, notadamente nas categorias de frutas, hortaliças, laticínios e bebidas orgânicas. Entretanto, aumentos nos preços de alimentos orgânicos tendem a reduzir a quantidade consumida em uma proporção superior à dos convencionais. Por outro lado, pode-se inferir que uma redução nos preços dos orgânicos influencia positivamente o consumo desses bens em magnitude superior ao dos convencionais (FERREIRA *et al.*, 2017).

O grau de mercantilização dos agroecossistemas reflete o equilíbrio entre os recursos mobilizados nos mercados e os recursos reproduzidos no próprio agroecossistema e/ou mobilizados na comunidade por meio de relações de reciprocidade no sistema produtivo. O grau de mercantilização, visto como o estágio em que as relações mercantis já penetraram no processo produtivo, acaba por configurar estilos contrastantes que podem levar a dois padrões polares de reprodução: a reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida e a reprodução dependente do mercado (PLOEG, 1993). O primeiro corresponde ao modo de produção camponesa e o segundo ao modo de produção empresarial (PLOEG, 2009). A maior contribuição do marco analítico dos estilos de agricultura é a demonstração de que, na vida real, esses dois modos de produção não podem ser classificados em um quadro dualista estático entre camponeses e empresários.

Teoria confirmada na prática pelo agricultor certificado orgânico Anselmo dos Santos, da Coopervida, de Juazeiro, que afirma:

“... nesse caso, menos é mais; depende da concepção de produção agroecológica, que é uma produção solidária, trabalha com equilíbrio, fazendo com que o custo diminua.”

“(...) a certificação tem garantindo para alguns agricultores o posicionamento de seus produtos em mercados locais com melhor valorização. Ainda aparece como desafios a organização desses agricultores como produtores orgânicos certificados, que não são apenas agricultores familiares, que precisam de um olhar diferenciado de acompanhamento técnico especializado para quem produz sem veneno de verdade, ainda é desafio garantir mercado para esses produtos”.

– Paula Silva – Rede de Agroecologia Povos da Mata.

Ainda quanto à análise mediante a utilização do parâmetro das relações econômicas, postas em discussão com o grupo de agricultores na roda de aprendizagem, concluiu-se com as seguintes mensagens:

- O orgânico preserva e tem maior valor agregado.
- O orgânico e o agroecológico visam uma alimentação com preço justo e economia solidária.
- Quando há conhecimento e equilíbrio, produz-se autonomia e menor custo de produção.
- Os circuitos curtos de comercialização promovem a venda direta ao consumidor, eliminando o atravessador.
- Os orgânicos têm menor custo de produção, mas exigem um pouco mais de tempo de trabalho.
- O ATC do Pró Semiárido eliminou, em algumas comunidades, o vendedor porta a porta de produtos convencionais, aumentando a produção das famílias e promovendo a comercialização na comunidade.
- Há uma crescente exigência dos consumidores por produtos orgânicos certificados.
- Todos os produtos comercializados pelo núcleo são orgânicos ou agroecológicos, com os seguintes canais: Coopervida, feiras agroecológicas e orgânicas, cestas, encomendas, venda na porta, PAA e PNAE.
- Graças ao SPG, os agricultores se organizaram e, em Sento Sé, comercializam pelo PAA e PNAE, utilizando o certificado de orgânico.
- Os circuitos curtos garantem o mercado principal para o SPG.
- A feira agroecológica e orgânica serve como espaço de esclarecimento aos consumidores sobre o que é orgânico e agroecológico, além de funcionar como vitrine para futuras vendas.
- Os consumidores relatam fidelidade devido à qualidade e durabilidade dos produtos.



— Sustentabilidade e saudabilidade

A sustentabilidade foi mais um parâmetro balizador escolhido para a análise dessa Sistematização de Experiência. Como breve contextualização do que são os alimentos orgânicos, cabe salientar que a agricultura orgânica é muito anterior à preocupação da sociedade em geral e do governo, assim como à sua atual legislação. Essa preocupação está ligada à sustentabilidade, uma vez que o maior interesse da sociedade civil em questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde resultou no surgimento de um mercado consumidor potencial para produtos alimentares alternativos, como os alimentos orgânicos, que se distinguem, principalmente, por aspectos de qualidade e credibilidade.

Tem sido assustador para a sociedade, por exemplo, os impactos da exposição crônica a agrotóxicos perigosos. A exposição a agrotóxicos tem sido associada ao câncer, às doenças de Alzheimer e Parkinson, a distúrbios hormonais, problemas de desenvolvimento e esterilidade. Esses produtos também podem causar numerosos problemas neurológicos, como perda de memória, perda de coordenação, capacidade visual reduzida e habilidades motoras comprometidas. Outros possíveis efeitos incluem asma, alergias e hipersensibilidade. Tais sintomas são muitas vezes sutis e podem não ser reconhecidos pela comunidade médica como um efeito clínico causado por agrotóxicos. Além disso, os efeitos crônicos dos agrotóxicos podem não se manifestar por meses ou anos após a exposição, apresentando um desafio significativo para a responsabilização e o acesso a soluções efetivas, incluindo intervenções preventivas. Resíduos de agrotóxicos são comumente encontrados em fontes de alimento vegetal e animal, resultando em riscos de exposição significativos para os consumidores.



“A certificação orgânica participativa e a agroecologia é a Saúde para as pessoas e para as suas famílias.”

“(…) o Sistema Participativo por Garantia - SPG e a agroecologia proporcionam as famílias e movimentos sociais unificarem as lutas no campo e cidade.”

—Valmira Gonçalves, Agricultora orgânica,
Território Rural Sertão Forte - Juazeiro.

A busca por alimentos saudáveis tem fortalecido os processos de certificação. Segundo Dias *et al.* (2016), os mecanismos de acreditação refletem uma sociedade que cada vez mais baseia suas diferenciações e interações sociais no consumo, buscando dispositivos que protejam essa relação, garantam os direitos do consumidor e assegurem a confiança, estabelecendo uma mediação segura na relação produtor-consumidor.

Assim, buscam-se mecanismos legais que garantam que aquilo que está descrito na embalagem ou anunciado pelo vendedor seja efetivamente entregue. No caso dos alimentos orgânicos, esses atributos englobam um elemento que, para o consumidor, tem um peso elevado: a saudabilidade. Afinal, o que é saudabilidade? A saudabilidade diz respeito à qualidade do que é saudável, mas o termo vai além do consumo de determinados alimentos, referindo-se também a um movimento focado na mudança dos hábitos alimentares e na qualidade de vida. Essa é uma tendência que possui uma amplitude que vai além das questões relacionadas à saúde, envolvendo também aspectos sobre meio ambiente, formas de produção dos alimentos, criação de animais, entre outros.

A saudabilidade tem ocupado espaço até mesmo como uma ideologia, vinculando-se a determinadas práticas, como veganismo, vegetarianismo e formas de produção agroecológicas. Também pode depender do grau de processamento dos alimentos, que podem ser modificados de seu estado original por meio de pasteurização, esterilização, congelamento, desidratação, altas pressões, entre outros. Já a valorização de origem é uma tendência que revela a importância do lugar e dos rótulos, suscitando questões como a utilização, a politização do mercado e a rastreabilidade. Por fim, a valorização do sabor e do prazer no ato de cozinhar e comer são os principais pilares.

Por sua vez, Niederle (2014) afirma que 'a certificação constitui uma tentativa de transferir a um selo valores sociais que devem ser comunicados para consumidores distantes dos espaços de produção.' No caso específico da certificação participativa, ela permite que os camponeses obtenham o selo a custos muito mais baixos quando

comparados à certificação por auditoria, o que torna viável a inserção de pequenos agricultores nos sistemas de certificação, principalmente quando aplicada a sistemas locais de produção e comercialização de alimentos.

Quando o tópico é a importância da certificação, a feira sempre se destaca como canal, tanto para o produtor quanto para o consumidor. Um dos formatos mais frequentes que os circuitos curtos assumem são as interações diretas entre produtores e compradores. Os consumidores compram produtos diretamente do produtor ou do processador, de forma que autenticidade e confiança são mediadas por meio de interações pessoais. Esses circuitos consistem basicamente na venda direta, através de feiras, mercados de produtores, compra e entrega a domicílio, entre outros.

A necessidade dos camponeses de se legitimarem nesses circuitos vem ao encontro dos interesses dos consumidores por alimentos mais saudáveis, seguros e confiáveis. No caso dos produtos orgânicos, esses atributos resultam do modo como foram produzidos, os quais não são necessariamente visíveis ou prontamente identificáveis. Por isso, os mecanismos de certificação de garantia são apontados como meios de assegurar a qualidade desejada pelo consumidor.

As discussões dos Núcleos e dos Grupos de agricultores certificados orgânicos acerca da sustentabilidade como parâmetro de análise também foram resumidas em uma nuvem de palavras, apresentada no diagrama 5 abaixo:



Diagrama 5 - Nuvem de palavras acerca do parâmetro sustentabilidade e saudabilidade.

Esta nuvem de palavras-chave também obteve ressonância no Encontro Agroecológico, atividade do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Convivência com o Semiárido (NEACS) do Pró-Semiárido, ocorrido em agosto de 2024, envolvendo as entidades parceiras que realizam o Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) às famílias camponesas que integram o projeto. O encontro encaminhou como recomendações a busca por autonomia por parte dos grupos e núcleo, traduzida em um 'andar com as próprias pernas', mediante um processo de gestão interna e de planejamento capaz de gerar independência financeira, principalmente.

Nas recomendações do encontro, também foi sugerido o fortalecimento de redes de comercialização e, sempre que possível, a separação das feiras agroecológicas das feiras convencionais nas sedes municipais ou comunidades. Formas de comercialização em rede com certificação participativa e a presença de consumidores no processo devem ser fortalecidas, pois, além do aspecto social, conseguem atender a aspectos econômicos, como bom preço, diversidade, regularidade, quantidade e qualidade demandadas pelos consumidores. Além disso, as redes fortalecem os circuitos curtos, como feiras, pequenos varejos, restaurantes e programas de governo (DAROLT, 2013, p. 166).

O Encontro Agroecológico também destacou a necessidade de maior atenção ao acesso ao mercado institucional, que ainda é timidamente alcançado pelos produtos orgânicos no Pró-Semiárido. Recentemente, o governo

federal relançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em 2021, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, que, segundo movimentos populares, era limitado e descaracterizado. A nova versão conta com algumas atualizações, como o aumento da cota individual que os agricultores familiares podem comercializar para o programa, de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil em modalidades específicas; a ampliação da participação mínima de mulheres, de 40% para 50%; a reinstalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); e a criação do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais. O programa pode ser executado através de seis modalidades: (i) Compra com Doação Simultânea, (ii) Compra Direta, (iii) Apoio à Formação de Estoques, (iv) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, (v) Compra Institucional e (vi) Aquisição de Sementes. Embora o PAA tenha como objetivo central a aquisição de produtos da agricultura familiar e não necessariamente de produtos ecológicos, o formato do programa, especialmente em mecanismos como a compra com doação simultânea, tem impulsionado de forma bastante positiva as iniciativas locais de produção baseadas nos princípios da Agroecologia.



Por sua vez, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O programa funciona por meio da transferência de recursos financeiros para as prefeituras e estados, que são utilizados para reforçar as refeições nas escolas. No caso das chamadas públicas do PNAE que não são específicas para produtos orgânicos ou agroecológicos, e/ou quando não é realizada uma pesquisa específica para esses produtos, o gestor tem a possibilidade, considerando a pesquisa de preços dos produtos convencionais, de acrescentar os preços de tais alimentos em até 30% dos preços estabelecidos para os produtos convencionais, apresentando-se, portanto, como uma vantagem comparativa, apesar das dificuldades inerentes à participação dos agricultores orgânicos no programa. Como principais motivos para a aquisição de produtos orgânicos pelo programa, encontram-se, em muitos casos, (i) a preocupação com a saúde dos escolares por parte dos gestores municipais, (ii) solicitação do nutricionista, (iii) interesse dos gestores em estimular a economia local e (iv) preço competitivo. Entretanto, a participação dos agricultores certificados pela Rede de Agroecologia Povos da Mata no PNAE é extremamente baixa, como demonstra a pesquisa de comercialização realizada pelo Pró-Semiárido em agosto de 2024.

O Encontro Agroecológico do NEACS também sinalizou as dificuldades encontradas pelos agricultores certificados que têm na sua vizinhança estabelecimentos que fazem uso de agrotóxicos, queimadas, transgênicos etc. Os grupos também estão enfrentando dificuldades com a produção de sementes orgânicas, que são o principal insumo exigido no escopo vegetal.



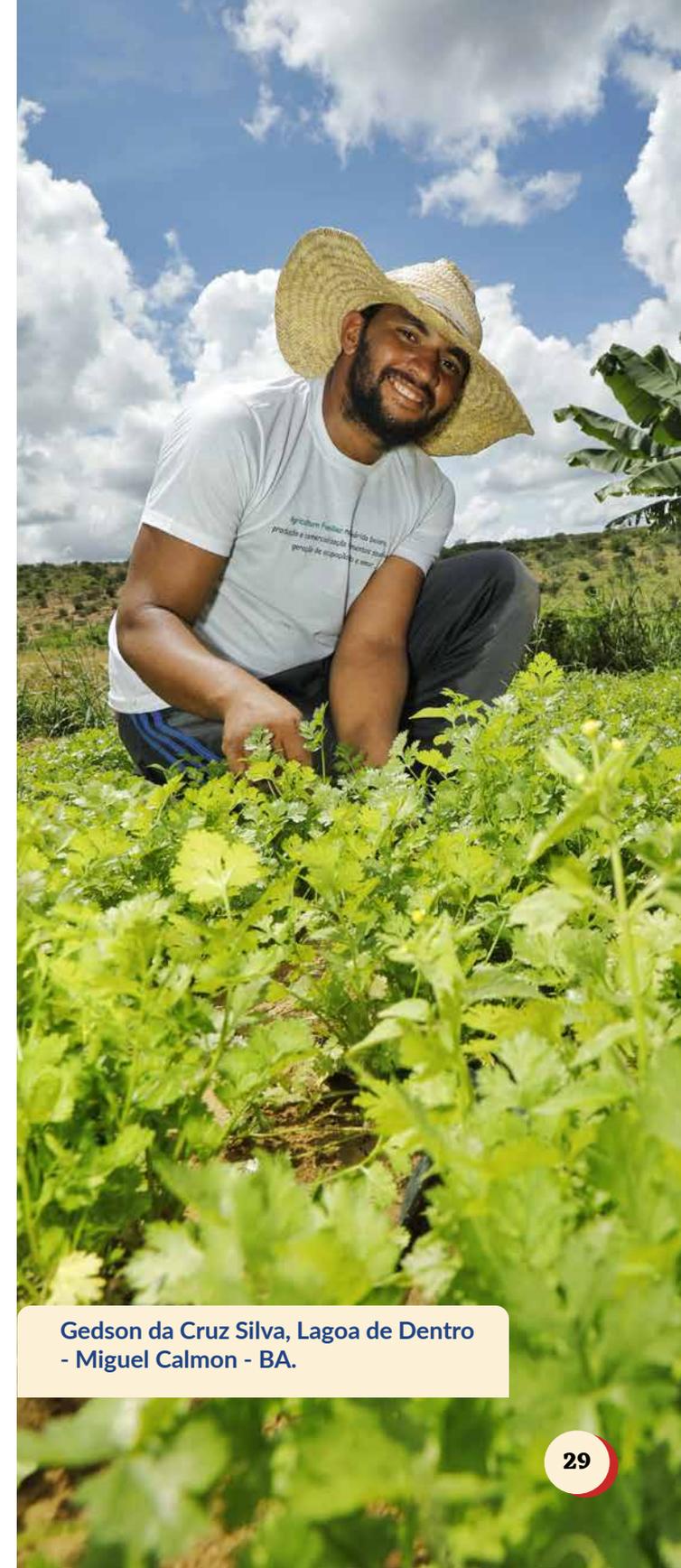
Roda de aprendizagem sobre o trabalho de certificação orgânica participativa na comunidade Serra da Boa Vista, Juazeiro (BA). Foto: José Carlos.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A certificação participativa, por sua natureza, pode ser entendida como um instrumento pedagógico, partindo da premissa de que os participantes do processo internalizam seus procedimentos, tendo como objetivo maior a organização de um movimento e sua autonomia.

Na atividade agrícola, por mais que sejam feitos planejamentos das culturas a serem plantadas, essa é uma atividade suscetível a várias barreiras. Entre as dificuldades apontadas no manejo orgânico, o controle de pragas é um fator unânime entre todos os produtores, além da dificuldade de aquisição de sementes orgânicas. Os princípios agroecológicos são bem claros quanto à produção local de insumos. O controle agroecológico de pragas e doenças tem como objetivo promover o equilíbrio do sistema, reduzindo a população de insetos pragas e aumentando a população de insetos benéficos. Para isso, podem ser utilizadas estratégias como a manutenção da biodiversidade, o uso de plantas companheiras, o restabelecimento do equilíbrio nutricional do solo e a diversificação da produção nos agroecossistemas para contribuir para o controle biológico entre as espécies.

Ainda que busquem autonomia, os grupos em atividade e em expansão não podem prescindir de um Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) para fortalecer o processo de transição agroecológica em curso, bem como o fortalecimento organizacional. As organizações de agricultores, constituídas por núcleos, grupos, associações e cooperativas, são fundamentais para a expansão do movimento orgânico e para a superação de obstáculos financeiros e tecnológicos das propriedades rurais, além de oferecerem apoio no processo de certificação e no acesso a recursos para a produção e comercialização de produtos. Apesar dos avanços conquistados e mensurados pelos Indicadores de Transição Agroecológica (ITA) (RAMOS *et al.*, 2020), o redesenho de agroecossistemas requer uma assessoria técnica constante para progredir e integrar o saber local.



Gedson da Cruz Silva, Lagoa de Dentro
- Miguel Calmon - BA.

Vale ressaltar que, na configuração de redes de comercialização no Pró-Semiárido, a participação das cooperativas da região é muito baixa, especialmente no que diz respeito à incorporação dos agricultores participantes do Projeto em seus quadros de cooperados. Muitas vezes, essas cooperativas funcionam apenas como intermediárias no processo de comercialização, o que dificulta a sustentabilidade e o legado a ser deixado pelo Projeto. Recomenda-se a essas organizações que ampliem seus quadros de cooperados, incluindo as famílias agricultoras camponesas em processo de transição agroecológica, muitas delas já incluídas em grupos de certificação orgânica participativa.

Nome	Vinculo	Local
Ana Lúcia da Silva Moura	Grupo Orgânico da Vargem	Território Rural Arco Iris do Sertão - Juazeiro
Anselmo dos Santos Cordeiro	Grupo Orgânico da Vargem	Território Rural Arco Iris do Sertão - Juazeiro
Bento Gonçalves	Grupo Esperança	Território Rural Raízes do Sertão - Juazeiro
Carlos Henrique de Souza Ramos	CAR/Pró-Semiárido	Salvador
Clarice da Silva Duarte Evangelista	Grupo Esperança	Território Rural Raízes do Sertão - Juazeiro
Edson Carlos Gonçalves	Grupo Esperança	Território Rural Raízes do Sertão - Juazeiro
José Carlos dos Santos Neri	UGP Regional - Pró-Semiárido	Juazeiro
Maria do Carmo Oliveira Lima	Grupo Semeando Agroecologia no Sertão	Território Rural Arco Iris do Sertão - Juazeiro
Paula Silva	Rede de Agroecologia Povos da Mata	Irecê
Raiz Tamarine Lima de Oliveira	Grupo Semeando Agroecologia no Sertão	Território Rural Arco Iris do Sertão - Juazeiro
Rubens Ferreira da Silva	IRPPA	Juazeiro
Valmira dos Santos Gonçalves	Grupo Esperança	Território Rural Raízes do Sertão - Juazeiro
Victor Leonam Aguiar de Moraes	UGP Regional Pró-Semiárido	Juazeiro

Tabela 1 - Relação de participantes da roda de aprendizagem - Certificação Orgânica Participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR.

DAROLT, Moacir R. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores.** In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. (Orgs.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DIAS, V.; SALVATE, N.; RÉVILLION, J.; SCHNEIDER, S. **A importância da certificação nos circuitos curtos de alimentos orgânicos.** Revista Espacios, v. 37, n. 3, p. 13-27, 2016.

FERREIRA, A. S.; COELHO, A. B. **O papel dos preços e do dispêndio no consumo de alimentos orgânicos e convencionais no Brasil.** RESR, Piracicaba, v. 55, n. 4, p. 625-640, out./dez. 2017.

NIEDERLE, Paulo A. **Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio.** Sustentabilidade em Debate, Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-96, set./dez. 2014.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Silvio Gomes de. LUME [livro eletrônico]: **Método de Análise Econômico-ecológico de Agroecossistemas.** Rio de Janeiro: AS.PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

PLOEG, J. D. van der. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (Ed.). A diversidade da agricultura familiar, v. 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13-54, 2009.

PLOEG, J. D. van der. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización.** In: DE MOLINA, Manuel González; GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Ecología, campesinado e história. Madrid: Ediciones La Piqueta, 1993. p. 153-196.

RAMOS, Carlos Henrique de Souza; MORAES, Victor Leonam Aguiar. **Indicadores de transição agroecológica: subsídios ao assessoramento técnico contínuo.** Salvador, 2020. 125 p. (Caderno Pró-Semiárido, Ed. 2, Ano 2, ISBN 978-65-991843-0-7).

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar.** Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.



Casal Maria do Socorro e Enilson Santos Silva na horta da família, comunidade Serra das Imagens, município de Casa Nova (BA).



2

COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO PRÓ-SEMIÁRIDO

Carlos Henrique de Souza Ramos¹

1. INTRODUÇÃO

Em pesquisa de comercialização realizada em agosto de 2024 pelas entidades prestadoras de Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) do Pró-Semiárido, numa amostra de 1.704 estabelecimentos localizados em 32 municípios, constatou-se que, independentemente dos diversos tipos de mercados ou categorias de intermediários, a agricultura familiar camponesa mobiliza outras formas de destino de sua produção, seja para autoconsumo ou fortalecimento de relações primordiais de gênero, parentesco e reciprocidade. O modo de produção camponês caracteriza-se por uma autonomia relativa, ligada a uma dependência parcial, tanto de mercados diversificados quanto de recursos naturais escassos. Verificou-se também a prioridade dada ao trabalho familiar sobre o capital, resultando na intensificação do trabalho. Esse modelo de produção agrícola é caracterizado por regras oriundas do patrimônio cultural, produção em pequena escala, diversidade de alimentos e baixo investimento de capital, além da venda do excedente produzido localmente em feiras e mercados.

Observou-se, de forma conjuntural, que os circuitos de comercialização de produtos agroalimentares estão se ampliando, tornando-se mais complexos e diversificados. As regiões de

¹ Eng.º Agrônomo – Técnico em Desenvolvimento Regional - CAR.

produção que abastecem os grandes centros urbanos se multiplicaram, os circuitos de comercialização se tornaram mais numerosos, e a grande distribuição, bem como as indústrias multinacionais, surgiram nos centros consumidores, sem, no entanto, eliminar as formas tradicionais de transformação ou distribuição. Daí surge o potencial de inclusão comercial de agricultores familiares, que encontram canais de comercialização mais adequados às suas especificidades. Além disso, a população urbana vem demonstrando uma postura mais consciente em relação ao consumo, com maior preocupação sobre a qualidade, a origem dos produtos e os processos de produção pelos quais passam os alimentos que consomem.

2. CONTEXTO

Desde o final da década de 90, o Brasil institucionalizou uma abordagem dualista do seu setor agrícola, separando o apoio à agricultura familiar – por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – do apoio à agricultura patronal, tratado por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa medida só fez cristalizar a representação de uma agricultura dualista: uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora, apesar de produtora de commodities, frente a uma pequena produção camponesa de subsistência, atrasada, com um futuro fadado à extinção, mas que abastece o mercado, principalmente de gêneros alimentícios.

Desde então, essa visão foi fortalecida por uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva e uma agricultura familiar improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte. A maior expressão desse pensamento está cristalizada na destinação do Orçamento para o Plano Safra 2024/2025, que reserva apenas 16% do crédito à agricultura familiar como um todo. A ideia geral é a de que, com a generalização do capitalismo agrário no Brasil e a globalização dos mercados, a pequena produção agrícola não é competitiva e, portanto, está condenada. Assim, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar só podem se justificar como políticas sociais compensatórias ou como medidas complementares ao reconhecimento da pluriatividade.

Outra evidência desse campo de lutas estabelecidas no Estado e na sociedade brasileira é o fato de que, há dez anos, o Brasil tem um programa para diminuir o uso de agrotóxicos. Seu nome é Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), e ele nunca foi posto em prática. O país é o campeão na aplicação de agrotóxicos desde 2011: em 2022, segundo dados da FAO, o Brasil usou mais de 800 mil toneladas de substâncias tóxicas, o que equivale a 22% do volume usado em todo o mundo (Schiochet, 2024).

Por seu turno, em razão dos privilégios ao setor agroexportador, a Embrapa estima que o consumo de agrotóxicos no Brasil aumentou 700% desde 1980, enquanto a área agrícola cresceu 78% no mesmo período. A maior parte desses produtos é aplicada no cultivo de commodities pelo agronegócio brasileiro, que se caracteriza pela baixa geração de impostos, pouca contribuição para a cesta alimentar, altos níveis de mecanização e automação que geram proporcionalmente poucos empregos, colaboram com o processo de descamponização, assimilam grande parte das dotações de crédito e contribuem de forma contundente para os problemas ambientais.

As áreas onde se plantam soja, milho, algodão e cana-de-açúcar recebem 84% dos agrotóxicos. No entanto, 420 mil agricultores familiares, em pequenas propriedades, representam um cenário bem diferente e produzem alimentos, sendo que os gastos com agrotóxicos representam apenas 1,6% do total. Segundo o Censo Agropecuário (2017), esses agricultores produzem 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo.

Dessa forma, o modelo hegemônico de agricultura e sua relação com a sociedade estabelecem contratempos agroalimentares que põem em risco o abastecimento alimentar, a saúde e o meio ambiente, apontando para uma crise agrária global. Portanto, o custo de uma abundância tão variada nas gôndolas e prateleiras tem sido o fornecimento de alimentos, sob muitos aspectos, impróprios à nossa fisiologia. Os alimentos processados são muitas vezes embalados com grande quantidade de sal, gordura e adoçantes, para não falar de centenas de aditivos químicos, alguns dos quais, como o conservante benzoato de sódio e o corante amarelo, estão definitivamente relacionados a problemas médicos, como a hiperatividade.

Além disso, outros elementos são problematizados, dentre eles o sistema de criação animal intensiva, que induz a proliferação de micro-organismos patogênicos e à resistência a antibióticos (Roberts, 2009). A falta de qualidade nutricional dos alimentos muito processados, baseados em poucos cultivos, associada ao estilo de vida urbano, tem contribuído para o aumento de doenças como diabetes e problemas cardíacos.



Acesse mais dados sobre o uso de veneno no Brasil no site da Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida



contraosagrototoxicos.org

3. CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO

O avanço dos mercados globalizados fragilizou inúmeras produções alimentares locais. A logística de distribuição de produtos, desde a sua produção até o consumidor final, pode ser feita por meio de circuitos curtos ou longos. Os circuitos curtos ocorrem quando a relação é direta entre o produtor e o consumidor, sem a necessidade de intermediários, como no caso de feiras livres ou agroecológicas. Por outro lado, quando a distância percorrida entre a produção e o consumo envolve a presença de mais de um intermediário, ocorrem os circuitos “longos”, caracterizados pela presença de mais de um intermediário entre o produtor e o consumidor final, distanciando-os. Visto como uma commodity, o alimento percorre longas distâncias, constituindo modos de comercialização nos quais pouco se sabe sobre sua origem ou o exato modo de produção, desvinculando a produção do consumo e tornando a precificação o único vínculo entre agricultor e consumidor (POLLAN, 2007). Neste sentido, fala-se em uma “mercantilização da vida”: o alimento passa a ser uma mercadoria, na qual tudo depende de um preço, e o lucro torna-se o fundamento primordial, criando desconexões entre o homem e a natureza (LEROY, 2010).

A participação dos agricultores familiares nos canais de comercialização hegemônicos, característicos dos circuitos longos (integrações, cadeias de commodities, mercados futuros e contratos com grandes redes varejistas), está cada vez mais condicionada a um tipo de produção e gestão pouco acessíveis à agropecuária de base familiar (Wilkinson, 2003). Tais canais demandam um progressivo aumento de escala e especialização produtiva, e suas transações ocorrem em um ambiente de grande impessoalidade, o que limita a diversificação produtiva, a geração de produtos com qualidades regionalmente reconhecidas e a capacidade de reter ganhos econômicos nas localidades (Renting *et al.*, 2003). Dessa forma, os circuitos longos constituem um processo de comercialização mais complexo para as famílias. Eles exigem, por um lado, uma adaptação logística e, por outro, inserem a produção familiar ou doméstica em um sistema de troca capitalista altamente competitivo, no qual as famílias não possuem controle (Pra *et al.*, 2016).

Por sua vez, a construção de circuitos curtos de comercialização, especialmente os de contato direto entre agricultor e consumidor, possibilita uma alternativa à convencionalização da produção orgânica e agroecológica, contribuindo para a manutenção da agrobiodiversidade e da autonomia dos agricultores nos processos comerciais. Entende-se que, se as formas convencionais de comercialização exigem, cada vez mais, escala e especialização de seus fornecedores, a organização de circuitos curtos permite formas de negociação e logística que viabilizam a venda de produtos biodiversos, além de proporcionar maior valorização e autoterminação dos agricultores responsáveis pela tutela dessa agrobiodiversidade. Alguns estudos analisam as cadeias curtas de alimentos orgânicos sob a ótica da aproximação entre agricultor e consumidor, por meio da confiança, lealdade e troca de informações (Dias *et al.*, 2017). Essa aproximação é um fator decisivo para que as iniciativas baseadas em canais curtos não se transformem em nichos elitizados de mercado e não sejam cooptadas por grandes grupos do sistema agroalimentar.



Agricultora Iara Nogueira com os produtos que ela e outras mulheres produzem por meio da Associação de Apicultores e Produtores de Sento Sé (AAPSÉ). Foto: Magabi Matos

4. PESQUISA DE COMERCIALIZAÇÃO NO ÂMBITO DO PRÓ-SEMIÁRIDO

A pesquisa realizada pelo Pró-Semiárido, em amostra de 1.704 estabelecimentos, constatou que 65% da produção é destinada aos diferentes atores do mercado (Gráfico 1), enquanto 33% destina-se ao autoconsumo para satisfazer os requerimentos de segurança alimentar, representando um componente importante da renda não monetária. A produção para autoconsumo é um fator que explica a condição socioeconômica das famílias e uma estratégia para fortalecer a autonomia da agricultura familiar. A produção de autoconsumo é uma prática clássica de reprodução social da agricultura familiar, e esse tipo de produção desempenha funções importantes no meio rural contemporâneo, apesar das profundas transformações ocorridas com o passar dos anos.

Gráfico 1 - Destino da produção agropecuária.
Por porcentagem produzida (%).



Análises recentes trazem o conceito de que os agricultores não são atores sociais passivos. Asseguram que as famílias agricultoras camponesas desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias de resistência, o que lhes permite retomar a autonomia e criar “espaços de ação” em face do contexto e da sociedade em que se situam. Para Ploeg (2008), os camponeses e agricultores familiares tornam-se atores que manipulam uma base de recursos autocontrolada, o que lhes garante certa autonomia em relação à existência de um ambiente hostil.

Os agricultores familiares contemporâneos encontram-se intrinsecamente ligados aos mercados e à sua reprodução social, dependendo das relações estabelecidas com estes. Pensar em uma reprodução autônoma, como defende Ploeg (2006), denota a participação nos mercados e o acesso a outros espaços, desde que estes não acarretem dependência de recursos externos e da crescente externalização da agricultura, como ocorre no caso do mercado de insumos agrícolas. Trata-se de buscar estratégias que possibilitem às famílias o máximo de controle sobre os recursos necessários à sua reprodução. O autoconsumo representa, de fato, uma estratégia utilizada pelas unidades familiares para garantir a autonomia sobre a alimentação, vista como uma dimensão essencial. Além da autonomia alimentar, o autoconsumo constitui-se como uma fonte de renda não monetária, a qual possibilita que as famílias economizem recursos na aquisição de alimentos nos mercados, contribuindo para uma maior estabilidade econômica das famílias rurais.

Não menos importante, as doações representam um universo composto pela reciprocidade familiar e comunitária, que reforça laços de vizinhança e relações de pertencimento. A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens, como a doação de animais, terras, dotes e dotações, assim como a transmissão do saber pela família e pelas redes sociais.

A pesquisa do Pró-Semiárido também revela que mais da metade do valor da produção agropecuária é destinada aos circuitos curtos de comercialização, representados por feiras livres, feiras agroecológicas, vendas em domicílio e vendas por encomenda. A venda aos intermediários ainda representa um valor considerável, de 38,8% do total das vendas. Em que pese sua importância, o acesso ao mercado institucional ainda é muito baixo, representando apenas 3,2% do total das vendas que aproxima o consumo da produção de base familiar. A pesquisa apurou que apenas 1,9% das vendas são realizadas pelas organizações econômicas, representadas pelas cooperativas agropecuárias existentes na região do projeto, que foram objeto de financiamento por parte do Pró-Semiárido

Gráfico 2 - Destino da Comercialização da Produção (%).
Por dados compilados.



5. CIRCUITOS CURTOS

As feiras são os mais antigos espaços de comercialização existentes e ainda resistem ao tempo. Elas são encontradas desde o centro das grandes cidades até as beiras de estradas, sendo importantes na comercialização de produtos frescos, do campo direto ao consumidor. Essa prática é bastante observada no escoamento da produção da agricultura familiar de base agroecológica. As feiras proporcionam a inclusão comercial dos agricultores familiares ao representar o final do processo de produção e o início do processo de comercialização. É na feira que campo e cidade dialogam e onde os agricultores mantêm uma interface com o mundo urbano.

Para Renting *et al.* (2003), as feiras também proporcionam o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização, de circuitos regionais e de redes agroalimentares alternativas, seja através das vendas diretas, conhecidas como “cara a cara”, onde a confiança está na relação interpessoal. Por sua vez, as feiras proporcionam a inclusão socioprodutiva dos agricultores, destacando a “proximidade espacial”, que inclui o que é produzido e distribuído em uma região reconhecida pelos consumidores. Além disso, estabelece-se o “espacialmente estendido”, em que a confiança é transmitida por um processo de garantia da qualidade, mediante processos de certificação.



Família Silva comercializando os produtos orgânicos na feira agroecológica do distrito de Massaroca, município de Juazeiro (BA).
Foto: Fábio Arruda

Finalmente, as feiras também podem funcionar como espaços de economias populares, baseadas na maximização do bem-estar de produtores e consumidores, proporcionando uma alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as atividades do setor informal se caracterizam pela pequena escala, pela baixa distinção entre capital e trabalho e pelas relações de trabalho pessoais (Hespanha *et al.*, 2009). Ou seja, as feiras são eventos comerciais que também se destacam como espaços de socialização.

Os gráficos abaixo, resultantes da apuração da pesquisa Pró-Semiárido 2024, revelam a relação das famílias agricultoras na venda de produtos de suas criações no circuito curto de comercialização, com predominância de mel, ovos e animais machos. As vendas de produtos vegetais mostram a predominância de banana, abóbora, coentro, cebolinha e farinha nesses circuitos.

Gráfico 3 - Vendas realizada em Circuitos Curtos (%).
Por porcentagem de produtos comercializados.

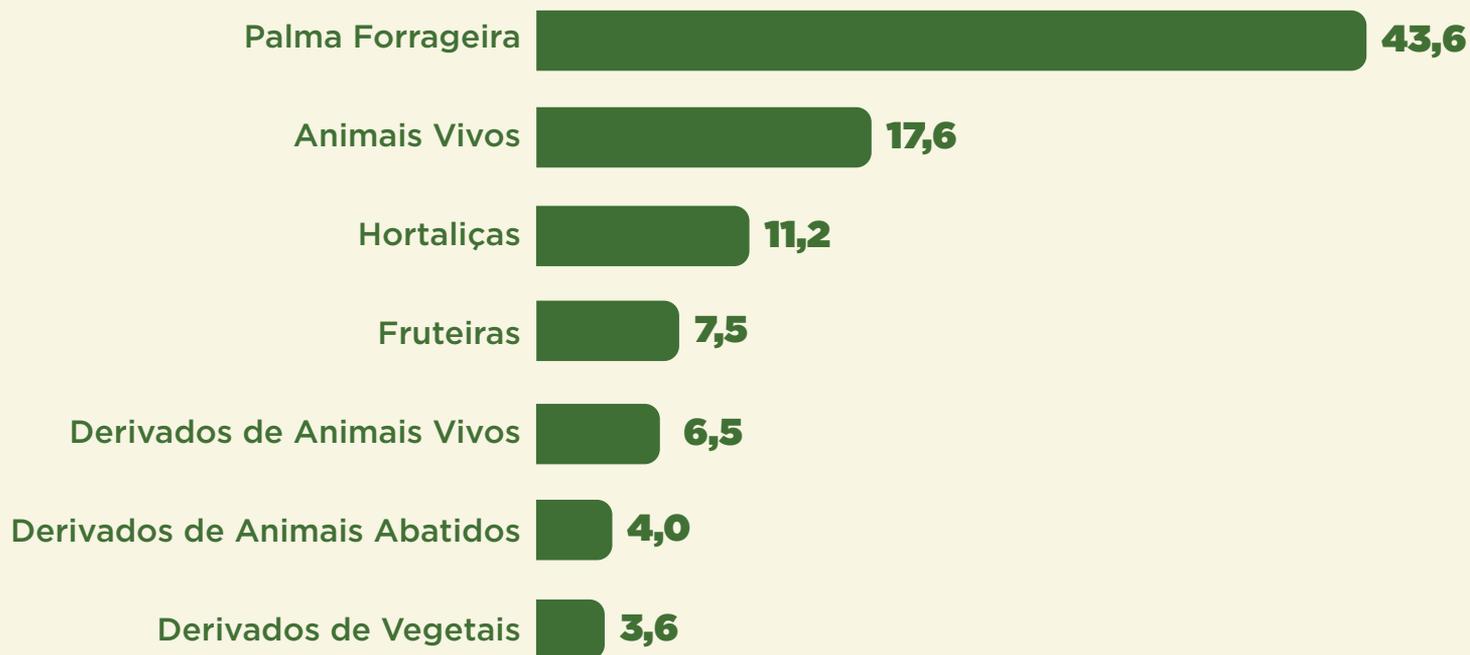
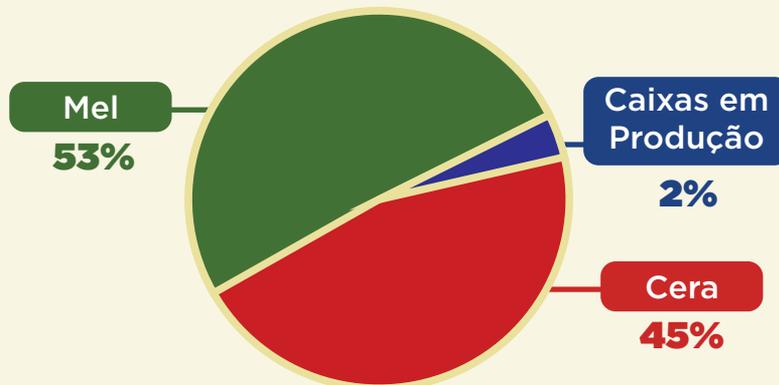




Foto: Manuela Cavadas

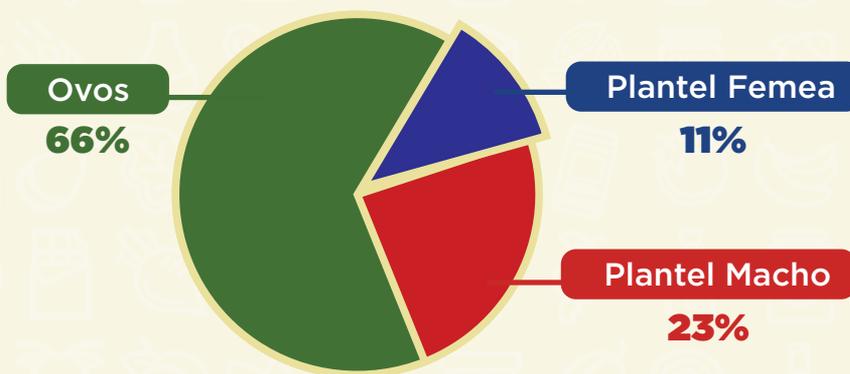
Apicultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



Avicultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



Bovinocultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



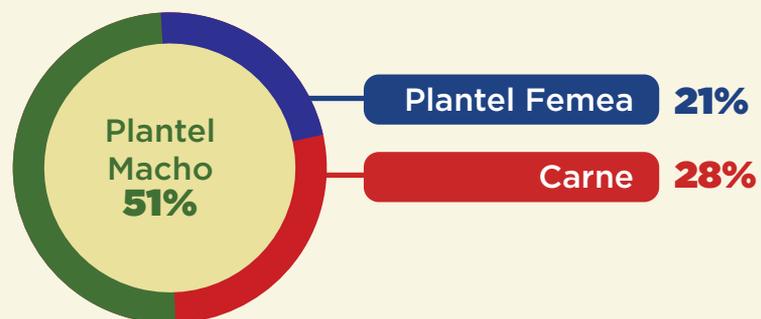
Caprinocultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



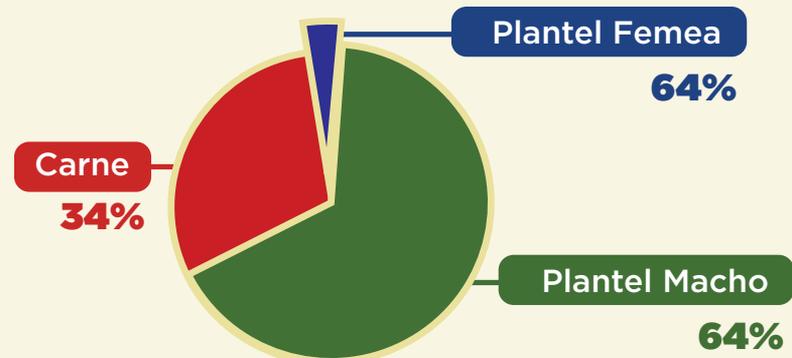
Ovinocultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



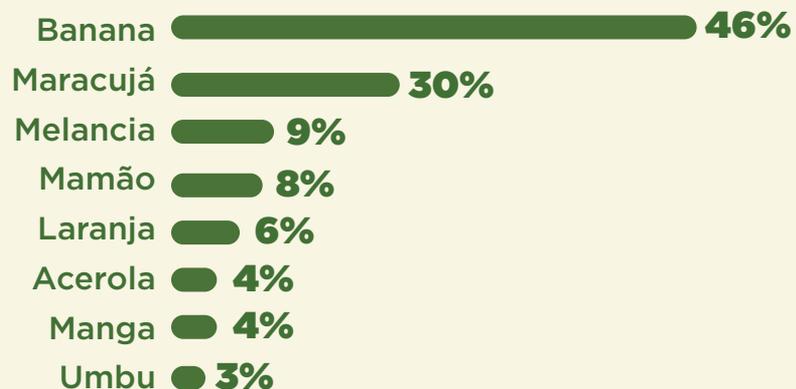
Suinocultura:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



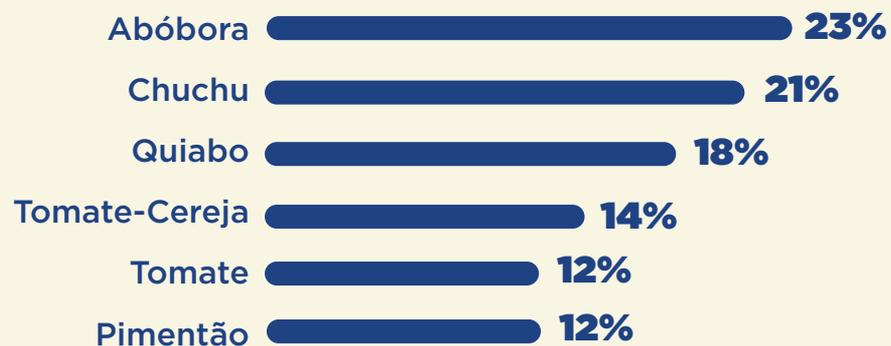
Frutas:

Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).

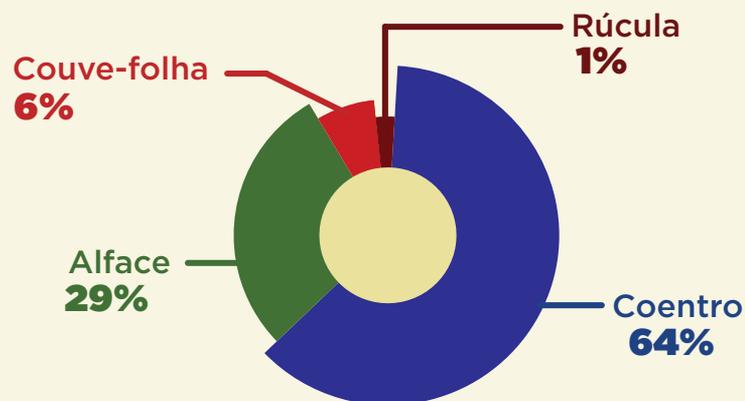


Hortaliças - Fruto:

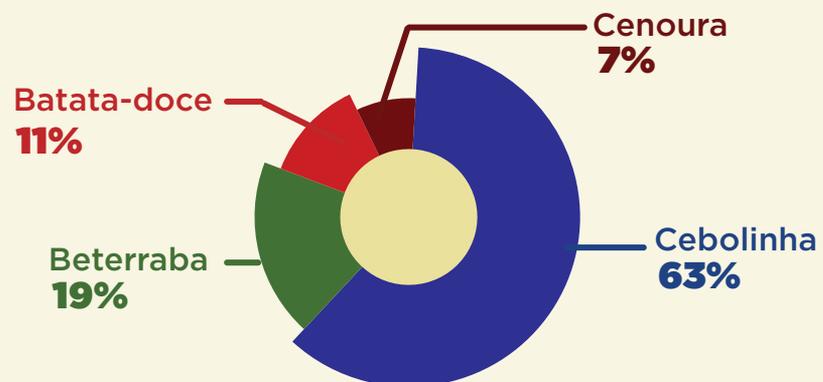
Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



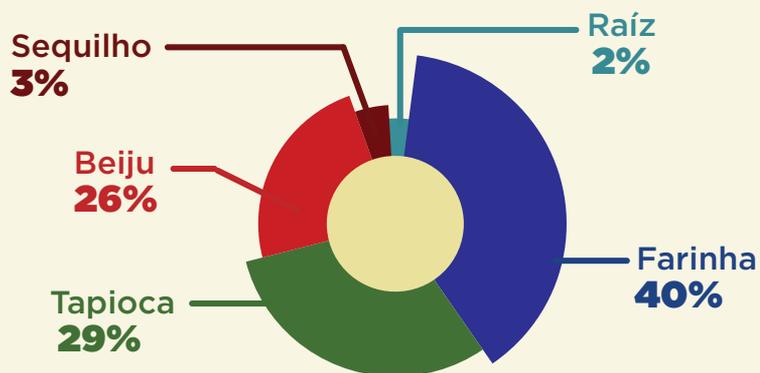
Hortalças - Herbáceas:
Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



Hortalças - Tuberosas:
Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



Mandioca:
Circuitos Curtos - Venda direta ao consumidor (%).



6. INTERMEDIÁRIOS OU ATRAVESSADORES

O termo "atravessador" é bastante discutível, gerando algumas controvérsias a respeito de sua definição. Segundo o dicionário, atravessador seria aquele "que ou quem compra bens ou serviços de um produtor para revendê-los a outro comerciante". Outra definição encontrada na internet é: "indivíduo que compra mercadorias do produtor e as revende para o comércio varejista com uma margem de lucro". Em um estudo de caso, Mayorca *et al.* (2005) entendem como atravessadores aqueles agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos, independentemente da origem, entre os produtores e os consumidores. Diante do exposto e das discussões realizadas, chegou-se a um consenso de que atravessadores são comerciantes sem um ponto de venda fixo. Outro fator que diferencia o atravessador de outros intermediários é a assimetria no poder de negociação do preço em relação às famílias camponesas.

Na prática, o atravessador ou intermediário é o ator social de maior mobilidade na relação de comercialização, pois é ele quem escoar a produção, comprando dos produtores. Esse intermediário não precisa ser exatamente uma pessoa física; pode ser também um supermercado, uma mercearia, etc. Na maioria das vezes, o atravessador é quem tem o controle de transportar e vender esses produtos onde quiser.

A comercialização pode não ser feita apenas por um intermediário; ela pode ser constituída por várias etapas até que o produto chegue ao consumidor final. Pereira (2003) afirma que "a figura do atravessador, ao interferir no processo, apresenta um encarecimento nos preços dos produtos, retirando as vantagens econômicas das atividades de produção do comércio". Ou seja, ao constituir várias etapas, os atravessadores fazem com que o produto encareça, pois o atravessador retira seu lucro entre a compra e a venda das mercadorias.

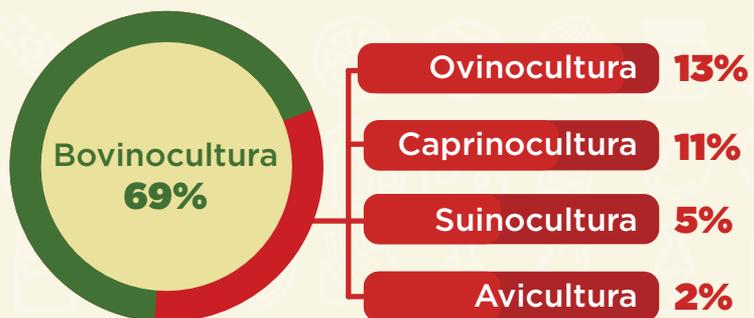
Como ressalta Souza (1979), as famílias camponesas nordestinas, em geral, estão à mercê do intermediário; em muitos casos, a safra é vendida antes da colheita, geralmente a preço vil. Dessa forma, elas não conseguem se soerguer, nem tampouco elevar o nível de produtividade da terra. Para o autor, a comercialização constitui, sem dúvida, um dos maiores problemas da agricultura do Nordeste.

Como demonstra o Gráfico 4, as categorias de produtos mais vendidas, conforme a pesquisa do Pró-Semiárido, são a venda de animais vivos (72,8%), representando, dessa forma, o maior contingente de vendas realizadas pelas famílias camponesas. Aparecem ainda, de forma menos expressiva, a venda de derivados de animais vivos e abatidos, seguidos de fruteiras, hortaliças e derivados de vegetais. Destacam-se a venda de bovinos, carne caprina e seus derivados, mel e banana como os produtos mais comercializados.

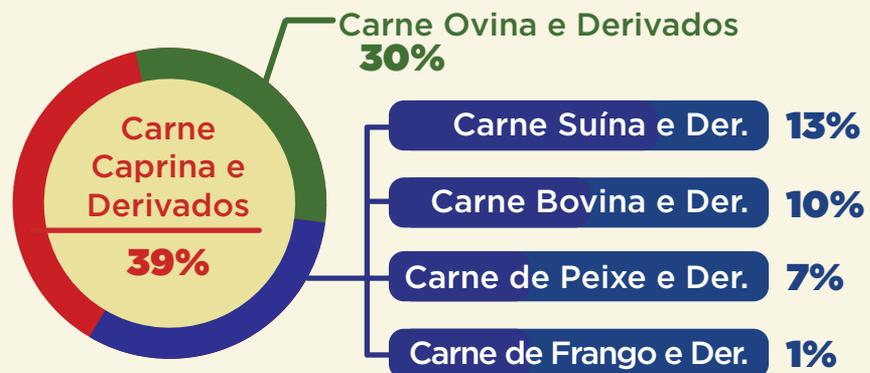
Gráfico 4 - Vendas realizada à Intermediários (%).
Por categoria de produtos.



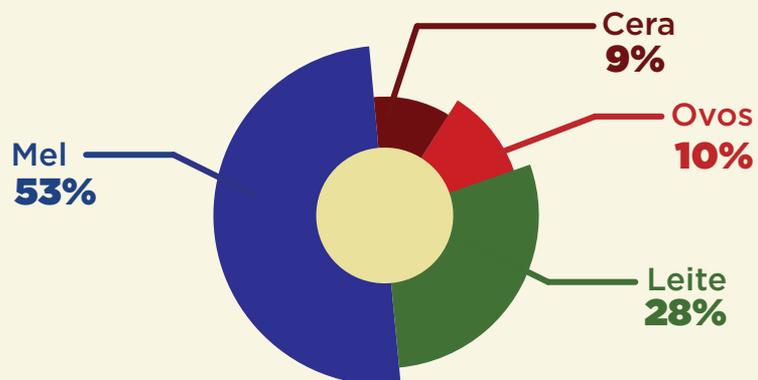
Animais Vivos:
Venda a Intermediários (%).



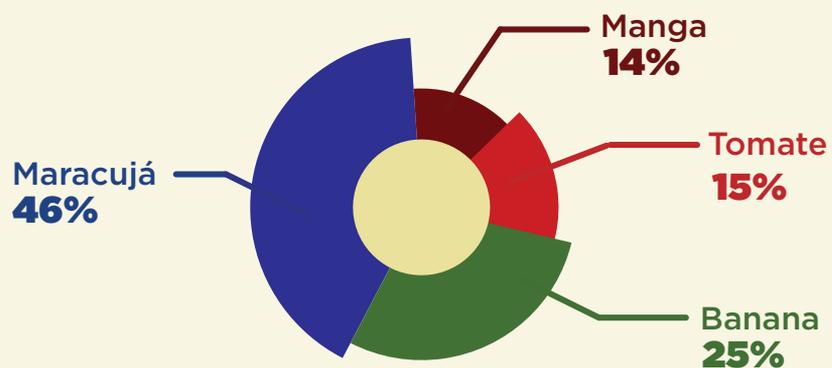
Derivados de Animais Abatidos:
Venda a Intermediários (%).



Derivados de Animais Vivos:
Venda a Intermediários (%).



Fruteiras:
Venda a Intermediários (%).





Valterley Souza Rodrigues no seu quintal produtivo, comunidade Macaúbas, Miguel Calmon (BA)

7. MERCADO INSTITUCIONAL

Existe um conjunto de programas e instrumentos governamentais implementados no Brasil para fomentar a agricultura familiar nas esferas federal, estadual e municipal. No nível federal, destacam-se dois principais programas que auxiliam os pequenos agricultores e assentados rurais a escoarem sua produção, garantindo, assim, a comercialização de produtos agropecuários e viabilizando o acesso aos alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Executado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (CONAB/MDA), o PAA é um programa estratégico para o país, tanto no combate à fome quanto na promoção da segurança alimentar e nutricional. Deve-se ponderar que o PAA exige

elevada contrapartida em termos de organização social, e nem todas as organizações de agricultores são capazes de responder imediatamente a essa necessidade. O programa se expressa nos locais em forma de rede, interligando unidades familiares de produção, associações e cooperativas, poder público, entidades sociais e famílias beneficiadas, todas conectadas às instâncias estaduais e à estrutura nacional do programa. Esse arranjo requer um conjunto significativo de recursos humanos e materiais das organizações proponentes, um conjunto que não está presente em todas as organizações sociais, possivelmente agravando-se à medida que o nível de pobreza dos associados se acentua.

Inserindo-se no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o PAA tem, entre seus objetivos principais, promover a inclusão produtiva dos agricultores mais pobres e garantir à população o acesso à alimentação saudável. Os beneficiários diretos do programa incluem os agricultores familiares (beneficiários fornecedores) e as pessoas em situação de risco alimentar (beneficiários consumidores). O PAA pode atuar por meio de diversas modalidades e formas de implementação.

O programa opera atualmente em seis modalidades: (i) a compra com doação simultânea (CDS), (ii) a compra direta (CDAF), (iii) o apoio à formação de estoques, (iv) o incentivo à produção e ao consumo de leite, (v) a compra institucional e (vi) a aquisição de sementes. A principal delas é a CDS, na qual o programa compra os alimentos produzidos pelos agricultores familiares e os doa a entidades da rede socioassistencial, a equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional – como restaurantes populares e bancos de alimentos – e para a rede pública e/ou filantrópica de ensino, hospitais e outros, os quais, por sua vez, fazem a distribuição às pessoas que precisam desses produtos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) determina que 30% do valor repassado pelo FNDE deve ser utilizado na compra direta de produtos da agricultura familiar. Entretanto, a pesquisa realizada pelo Observatório da Alimentação Escolar mostra que a falta de vontade política por parte das autoridades públicas é considerada, por 42% dos conselheiros, uma das principais dificuldades enfrentadas para restringir a oferta de alimentos ultraprocessados na alimentação escolar. Além disso, 33,6% dos conselheiros indicam que essa falta de vontade política compromete o cumprimento da obrigatoriedade de utilização de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar.

Dentre os desafios apresentados, estão questões associadas ao processo de mobilização da agricultura familiar, à entrega dos produtos às escolas e ao pagamento. Por outro lado, as escolas e demais órgãos públicos envolvidos na aquisição precisam reconhecer as especificidades da agricultura familiar local, modificar os cardápios para contemplar os produtos locais, aprender a realizar novas formas de compra pública e interagir com atores diferentes dos que tradicionalmente interagem. No caso do PNAE, esse ambiente é representado

pela maior segurança de venda que os agricultores obtêm, permitindo-lhes, no âmbito do programa, construir redes e parcerias para inovar seus produtos, romper dificuldades burocráticas, acessar formas de certificação sanitária, e construir espaços de processamento e/ou distribuição coletivos, além de criar novas experiências organizativas. Nessa linha, verifica-se que o PNAE representa uma rica oportunidade para a experimentação e inovação na agricultura familiar.

O gráfico abaixo demonstra o percentual de categorias comercializadas através do mercado institucional nos últimos 12 meses.

Gráfico 5 - Vendas ao Mercado Institucional (%).
Por categorias comercializadas.



8. COOPERATIVAS

As sociedades cooperativas mostraram-se importantes organizações capazes de estruturar diferentes atividades socioeconômicas. Ao atenderem seus objetivos sociais e orientarem-se pelos princípios cooperativistas, profissionalizando a gestão e alcançando níveis de envolvimento e participação em sua governança, elas proporcionam aos seus sócios cooperados condições para superar vários desafios e entraves, sejam de ordem social ou econômica. Daí o expressivo aumento de cooperativas agropecuárias compostas por agricultores familiares e produtores rurais, que desempenham as mais diversas atividades econômicas.

Para Majee *et al.* (2011), essas organizações são as mais próximas e requisitadas pelos agricultores, já que, encontrando-se marginalizados do sistema de mercado e necessitando mobilizar recursos locais, buscam nessa conformação grupal o meio para atingir seus objetivos.

Entretanto, de acordo com Serra (2013), o papel transferido às cooperativas no processo de modernização agrícola da região Nordeste acabou por estigmatizar essas organizações durante décadas, o que resultou na replicação de inúmeros problemas, como a dificuldade de participação e controle efetivo dos sócios, além do distanciamento dos princípios cooperativistas. Aliado a isso, ressalta-se a falta de estratégias para a inserção dos pequenos agricultores em seus quadros e sua inclusão produtiva. Estudos mais recentes têm apontado outros problemas, como a baixa expertise em gestão, o que torna essas organizações mais suscetíveis a falhas, a conflitos de interesses e à competição individual, em função da incapacidade de incorporar um número maior de agricultores (PEREIRA, 2002). Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma série de prognósticos que regem o funcionamento das cooperativas e que orientam suas características no sentido oposto ao conjunto de princípios normativos que integram a “doutrina” cooperativista.

Para Schneider (1981), existem três fatores que, isoladamente ou em conjunto, impulsionam as cooperativas agrícolas a reproduzirem ou reforçarem a estrutura econômica capitalista: (i) tratam-se de estruturas praticamente inacessíveis à grande maioria dos trabalhadores rurais existentes no país, além de terem pequena significação para uma importante parcela da população camponesa; (ii) normalmente, um grupo minoritário de produtores domina os demais cooperados, mediante revezamento nos cargos diretivos da empresa, e dita os rumos da sua interação com o mercado; (iii) como decorrência, camponeses não são encorajados a ingressar no sistema cooperativo, enquanto pequenos cooperados se sentem desestimulados a participar efetivamente.

No Pró-Semiárido, apesar do montante de recursos investidos em cooperativas da região, não há uma estratégia por parte dessas organizações para atrair camponeses que já estão em processo de transição agroecológica avançada, com produção diversificada. Muitos desses agricultores já integram grupos de certificação orgânica participativa e comercializam sua produção, em sua maioria, através



de circuitos curtos e intermediários. As cooperativas apresentam uma participação muito baixa no processo de compra da produção (Gráfico 6) e, muitas vezes, atuam como intermediárias nesse processo.

Gráfico 6 - Destino da Comercialização.
Por porcentagem de produtos.





Sistema de agrocaatinga familiar na comunidade Caladinho, Uauá (BA).
Foto: Manuela Cavadas

9. COMENTÁRIOS FINAIS

A criação de novos mercados, a diversificação dos circuitos de venda e a ampliação do leque de produtos comercializados são resultados da diversificação produtiva dos agroecossistemas estimulados pelo Pró-Semiárido. Dentre os 22 subsistemas em torno dos quais os agricultores formaram grupos de interesse, o que mais se destacou em volume de vendas foi a Caprionovinocultura, representando 28% do total, seguida pelos Quintais Agroecológicos, com 17%, e pelo subsistema de Agrobiodiversidade, que contribuiu com 12% do total de vendas. Os produtos de origem animal representaram 69% das vendas, enquanto os produtos de origem vegetal corresponderam a 31% do total. Entre os produtos de origem animal que se destacaram, estão a venda de animais vivos, leite, ovos e mel. No que diz respeito aos produtos de origem vegetal, as hortaliças (como alface, coentro e tomate) e as fruteiras (como maracujá amarelo, banana, acerola e umbu) foram os mais comercializados.

As feiras desempenharam um papel crucial como catalisadoras desse processo, servindo como um exemplo eficaz de circuito curto de comercialização em sistemas agroalimentares agroecológicos. Elas promoveram uma aproximação entre agricultores e consumidores, fortalecendo assim a agricultura local e regional de base agroecológica. O Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) estimulou a criação de 15 feiras de produtos agroecológicos em diversos municípios da área de intervenção do projeto. Outra modalidade que ganhou destaque, especialmente durante e após o período da pandemia de COVID-19, foi a venda por encomenda. Essa forma de comercialização, realizada principalmente por meio de aplicativos de comunicação online, representou 15,1% das vendas de produtos, conforme apontado pela pesquisa.

Apesar do desmonte sistemático das políticas públicas durante a execução do projeto, o Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) conseguiu facilitar o acesso das famílias ao mercado institucional por meio de três formatos: grupos informais, cooperativas e associações.

O acesso a circuitos mercantis mais estruturados para a geração de renda foi polarizado pela participação, especialmente das mulheres, permitindo a eliminação de custos anteriormente pagos a agentes de intermediação. Essa atividade econômica contribui



Assista o vídeo: circuitos curtos de comercialização



para o retorno das rendas ao ciclo econômico local, gerando efeitos multiplicadores que ativam novos fluxos de remuneração. Isso resulta em benefícios que permanecem nos territórios rurais, contribuindo para seu desenvolvimento.



Foto: Manuela Cavadas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADUE, A.; GOMES, F. **Parcerias entre consumidores e produtores na organização de feiras: caminhos para práticas de consumo responsável.** Caminhos para práticas de consumo responsável, v. 1, p. 9, 2011.
- DIAS, V. V.; RÉVILLION, J. P.; TALAMINI, E. **Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil.** In: GAZOLLA, M.; HESPANHA, P. R. (Orgs.). Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84, p. 49-63, 2009.
- LEROY, J. P. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva.** Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2010.
- MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaio FEE, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.
- MERRETT, C. D.; WALZER, N. (Ed.). **Cooperatives and local development: theory and applications for the 21st century.** ME Sharpe, 2004.
- PEREIRA, J. R. **Cooperativas agroindustriais e pequenos produtores rurais: velhos dilemas em novos contextos.** In: AGRONEGÓCIO COOPERATIVO: reestruturação e estratégias. Viçosa: UFV/DER, p. 119-140, 2002.
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, Coleção Estudos Rurais, 2008.
- PLOEG, J. D. van der. **O modo de produção camponês revisitado.** In: SCHNEIDER, S. (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 13-54, 2006.
- POLLAN, M. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições.** Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- PRA, M.; SABOURIN, E.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. **Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 24, n. 1, p. 5-27, 2016.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. **Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development.** Environment & Planning A, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

ROBERTS, P. **O fim dos alimentos**. Tradução: Ana Gibson. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCHIOCHET, Flávia. **Ministério da Agricultura boicota programa de redução de agrotóxicos há dez anos**. O Joio e O Trigo, São Paulo, 7 ago. 2024.

SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

SCHNEIDER, J. E. **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro**. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas – negócios e mercados da agricultura familiar*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SERRA, Elpídio. **A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil**. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

SOUZA, J. G. de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 11, n. 2, p. 62-87, 2003.



3

ANOTAÇÕES ZOOTÉCNICAS – ANOTE – UMA AÇÃO DE FOCALIZAÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA NO PRÓ-SEMIÁRIDO

Emanoel Freitas Amarante¹

1. INTRODUÇÃO

O registro dos eventos que ocorrem no rebanho, como a identificação dos animais, a higienização do ambiente em que vivem, suas condições de alimentação, a temperatura de armazenamento da ração, o manejo alimentar e as técnicas reprodutivas, quando gerenciados, possibilita maior controle sobre as produções e condições sanitárias dos animais. Trata-se de uma ação de extrema importância para os produtores que almejam sucesso em suas atividades agropecuárias (SANTOS *et al.*, 2017).

A anotação zootécnica, denominada no Pró-Semiárido como ANOTE, consiste em registrar todos os eventos ou práticas que ocorrem no ambiente de uma determinada propriedade com atividade de exploração animal. É uma avaliação que acompanha todos os acontecimentos e índices zootécnicos, com o objetivo de possibilitar um manejo adequado. A anotação zootécnica nada mais é do que a prática diária de registrar

¹Zootecnista, especialista em Metodologias Participativas e mestre em Extensão Rural. Atua como Técnico em Desenvolvimento Produtivo no Pró-Semiárido, projeto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

o desenvolvimento do plantel no que se refere à sanidade, alimentação e crescimento. Trata-se também do levantamento de dados de campo, através dos quais é possível estabelecer os índices zootécnicos, fundamentais para o processo de tomada de decisão na gestão da criação.

Em um sentido restrito, a anotação zootécnica consiste no controle por meio de fichas que acompanham o desenvolvimento do rebanho, tanto no coletivo quanto no individual, registrando as ocorrências e o desempenho. Nessas anotações, são registrados o momento (datas), a condição, as importantes ocorrências, como enfermidades, morte, descarte, etc., além dos registros de desempenho produtivo. Quanto maior o detalhamento das anotações, maior será o benefício que poderá ser extraído dessas informações.



Acompanhamento das anotações zootécnicas na comunidade de Testa Branca, município de Uauá. Foto: Fábio Arruda

Foram realizados muitos investimentos na produção animal pelo Projeto, bem como na ATC, para acompanhar esses agricultores. No entanto, sempre que pensávamos em como estava a gestão desses estabelecimentos, não havia, até aquele momento, nenhuma ferramenta capaz de nos fornecer essas respostas. Por isso, foi necessário reunir pessoas para desenvolver uma ferramenta que atendesse não apenas à produção animal, mas também a uma produção animal em transição agroecológica.

Assim, em 5 de maio de 2020, iniciaram-se conversas e reuniões para desenvolver algo que pudesse contribuir para o monitoramento do projeto, na atuação do ATC e na gestão do agricultor. Em abril de 2021, o ANOTE foi apresentado a toda a equipe do ATC por meio de uma reunião virtual, onde realizamos um grande estudo da ferramenta, para que, em maio de 2021, ela começasse a ser apresentada aos agricultores.

O ANOTE foi apresentado a todos os agricultores(as) do projeto envolvidos na produção animal, por meio de rodas de aprendizagem. A participação para realizar as anotações é voluntária, e a adesão foi de 545 agricultores, divididos entre avicultura, caprinovinocultura, apicultura e bovinocultura. A análise dos resultados dessa sistematização corresponde ao primeiro ano de anotações, de maio de 2021 a maio de 2022.

2. FOCALIZAÇÃO DA CAPRINOVINOCULTURA

Com 30,1% do efetivo nacional de caprinos e 22,8% do rebanho de ovinos, desde 2016 a Bahia é o estado brasileiro líder no número de cabeças de caprinos e ovinos, segundo dados do Censo do IBGE (2017). Em 2020, os cinco municípios na liderança eram Casa Nova (BA), com 538 mil animais; Floresta (PE), com 360 mil; Juazeiro (BA), com 286 mil; Curaçá (BA), com 282 mil; e Petrolina (PE), com 269 mil caprinos. Já os cinco maiores rebanhos de ovinos estavam em Casa Nova (BA), com 468 mil animais; Remanso (BA), com 308 mil; Juazeiro (BA), com 293 mil; Sant'Ana do Livramento (RS), com 287 mil; e Dormentes (PE), com 277 mil ovinos.

Nesse sentido, a focalização do trabalho do Pró-Semiárido na caprinovinocultura teve o intuito de gerar mais renda para os agricultores que trabalham com esses rebanhos, possibilitando a melhoria da qualidade do rebanho e o acesso a novos mercados para a venda de seus animais. Um exemplo disso foi



Confira vídeo sobre a estratégia do ANOTE no Pró-Semiárido



a abertura de mercado junto a abatedouros, que necessitam de animais com maior qualidade de carcaça. Já na caprinocultura de leite, foram implementadas algumas tecnologias, como banco de forragem, ampliação de aguadas e construção de apriscos e salas de ordenha, com o objetivo de garantir alimento de qualidade nas propriedades e um local adequado para a ordenha.

Assim como na caprinocultura de corte, a caprinocultura de leite também deve estar conectada a diversos mercados. Um dos mercados proporcionados para esses agricultores foi a construção de um laticínio no município de Uauá, na comunidade de Testa Branca, que vem comprando todo o leite produzido nas propriedades dos agricultores envolvidos no projeto.

As duas frentes contaram com o Assessoramento Técnico Contínuo (ATC), na qual um técnico ou uma técnica agrícola ficou responsável por acompanhar esses agricultores no dia a dia, com foco principalmente no melhor manejo dos animais e na produção local de alimentos. Essas ações permitem que os produtores reduzam a dependência do mercado convencional de insumos. Ambas as experiências contaram com a aplicação do ANOTE ou planilhas de acompanhamento específicas para obtenção dos resultados.

3. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

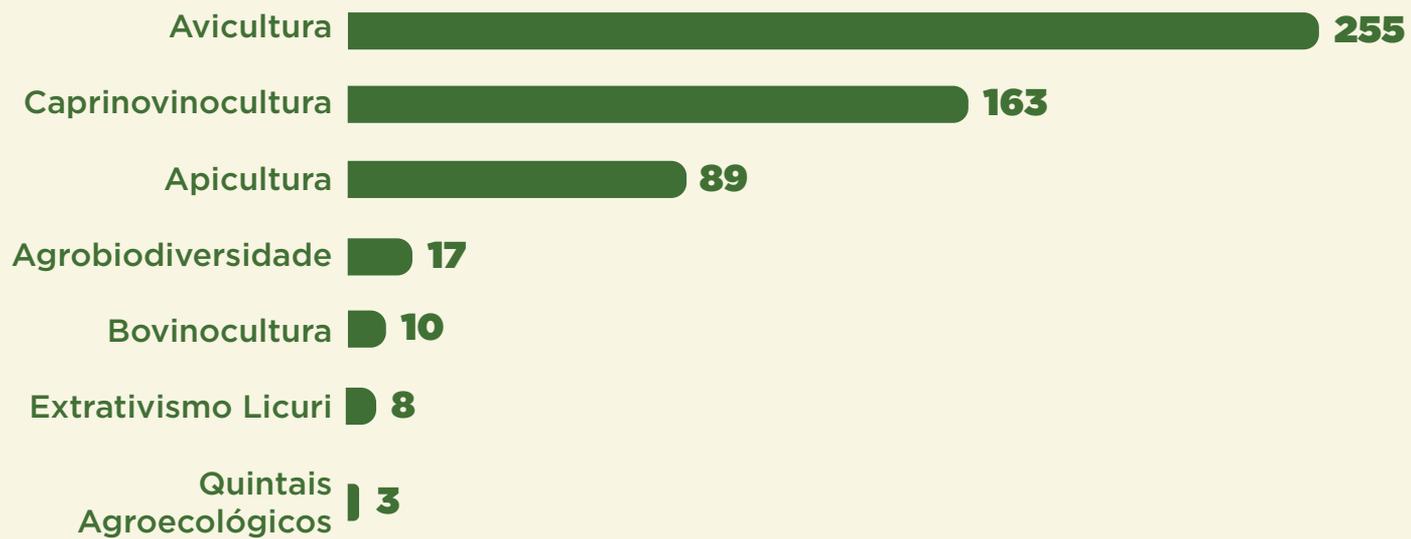
A aplicação do ANOTE ocorreu em todas as comunidades rurais dos 32 municípios de atuação do Projeto Pró-Semiárido, localizadas nos cinco Territórios de Identidade da Bahia, listados abaixo:

Bacia do Jacuípe	Capim Grosso, Quixabeira e Várzea do Poço
Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova e Miguel Calmon
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.
Sisal	Itiúba e Queimadas.
Sertão do São Francisco	Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado.

O ANOTE foi aplicado por 545 famílias atendidas pelo Assessoramento Técnico Contínuo (ATC) do Pró-Semiárido, envolvendo diretamente 262 mulheres e 93 jovens. Observa-se a participação de agricultores dos Grupos de Interesse formados em torno de cinco subsistemas, conforme explicitado no Gráfico 1 a seguir:



Gráfico 1 - Quantidade de Agricultores por Subsistema.
Por número de pessoas.



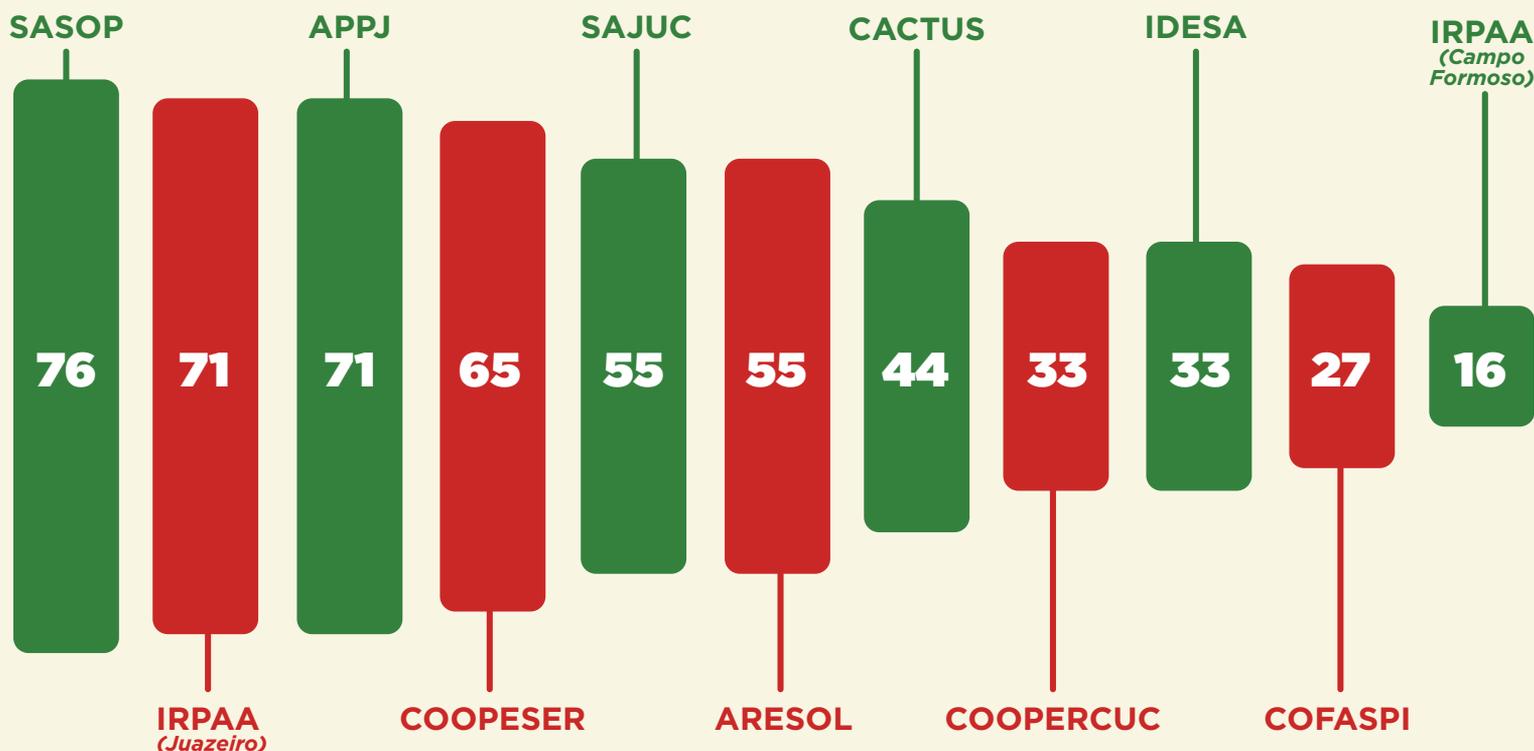
Em relação ao pertencimento das famílias às categorias de comunidades tradicionais que integram os diversos Territórios Rurais assessorados pelo Pró-Semiárido, o Gráfico 2 demonstra a especialização na utilização da ferramenta ANOTE em cinco categorias principais: Comunidades Rurais Convencionais, Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, Comunidades Quilombolas, Assentamentos e Ribeirinhos.

Gráfico 2 - Espaço de moradia das famílias agricultoras.
Total de 545 famílias.



As entidades que prestam Assessoramento Técnico aos agricultores que integram o público do Pró-Semiárido estão envolvidas na utilização da ferramenta, que constitui mais um importante instrumento metodológico disponibilizado pelo Projeto ao Serviço de ATC e que, certamente, comporá o portfólio futuro para o atendimento às comunidades que serão assistidas por essas organizações.

Gráfico 3 - Número de famílias por entidade de ATC.
Total de 545 famílias.



O caderno parte da mesma premissa da escrituração zootécnica, que consiste nas anotações da produção animal dos agricultores(as) familiares. Com isso, pretende-se conhecer e melhorar a gestão de informações nas propriedades, uma iniciativa vital para a gestão da produção animal. Para tanto, adotamos a seguinte metodologia em campo, visando à sensibilização dos produtores e produtoras:

- **Primeiro Passo:** Sensibilização da equipe por meio de reuniões virtuais, presenciais e um documento de estudo e orientação enviado a todos.

A equipe das entidades de ATC que acompanha os agricultores(as) se aprofundará na importância de monitorar esse trabalho de anotações. O documento servirá para despertar ainda mais o interesse pela leitura e pela pesquisa de modelos agroecológicos voltados à produção agropecuária no semiárido. Junto com a parte de leitura em anexo, estarão as planilhas que serão preenchidas pelos agricultores(as) e acompanhadas pelos técnicos semanalmente nos primeiros meses e, posteriormente, mensalmente.

- **Segundo Passo:** Sensibilização dos agricultores.

Apresentar o caderno de anotações de forma coletiva e participativa, para que todos possam perguntar, questionar e expressar suas opiniões sobre o desenvolvimento das anotações. É preferível que sejam realizadas Rodas de Aprendizagem, uma metodologia bem conhecida e praticada pelos técnicos de ATC.

- **Terceiro Passo:** Acompanhamento Técnico, entrega dos cadernos e monitoramento por parte dos técnicos de ATC.

As anotações devem ser realizadas diariamente pelos agricultores(as), para que nada seja perdido ou esquecido. Todo mês, caso os agricultores(as) se esqueçam de anotar, os técnicos devem fazer o resgate dessas informações com eles(as). Após o primeiro mês de anotações, os técnicos devem observar quais pessoas estão comprometidas com as anotações zootécnicas e, com isso, escolher quais irão aplicar um questionário socioeconômico.

- **Quarto Passo:** Sistematização dos Dados.

Os técnicos coletarão os dados mensalmente e os lançarão na planilha de Excel enviada ao coordenador-técnico de cada entidade. Cabe ao coordenador organizar os dados e, posteriormente, encaminhá-los ao técnico da CAR/Pró-Semiárido, que, por sua vez, armazenará as informações para posterior tabulação.

ANOTAÇÃO ZOOTÉCNICA: APICULTURA

NOME DA ENTIDADE DE ATC

NOME DO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

NOME DO TÉCNICO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

NOME DO TÉCNICO DA UGP

NOME DO AGRICULTOR /A

NOME DO TERRITÓRIO RURAL

MUNICÍPIO

COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO TR

Guia de acesso a planilha de preenchimento dos meses

Total 12 Meses

Cod. Comunidade

Cod. Substema

Cod. Entidade

Cod. Território Rural

Cod. Município

Coordenadas

MÊS 01

MÊS 02

MÊS 03

MÊS 04

MÊS 05

MÊS 06

MÊS 07

MÊS 08

MÊS 09

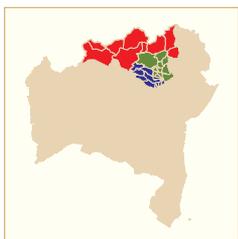
MÊS 10

MÊS 11

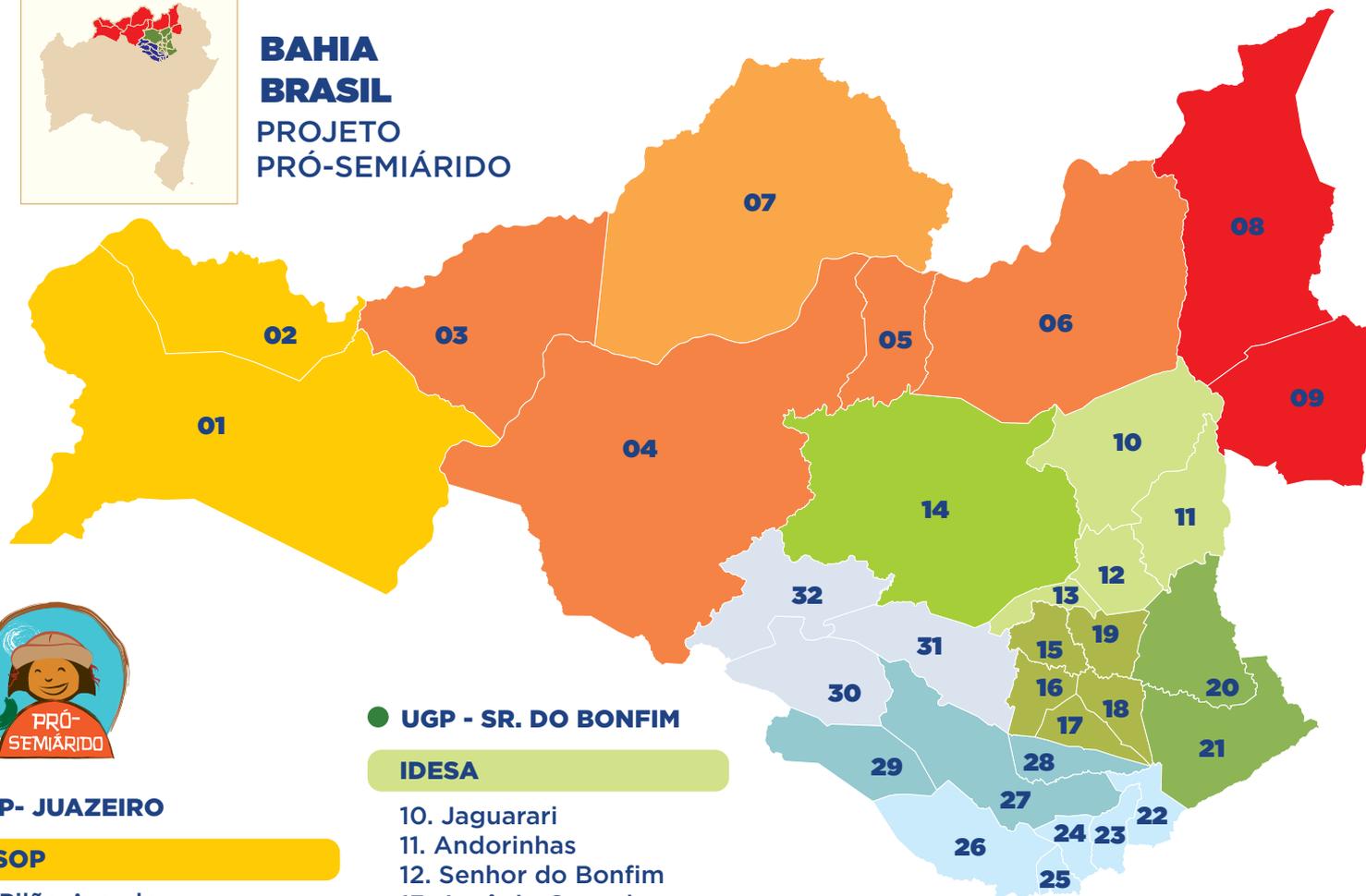
MÊS 12

Figura 1 – Planilha de preenchimento pelos técnicos de ATC.

Na prática, as anotações foram preenchidas pelos agricultores nos cadernos entregues pelos técnicos e técnicas. Os dados foram coletados trimestralmente e inseridos na planilha disponibilizada às equipes. Após essas coletas em campo, cada coordenador das entidades contratadas (10 entidades, conforme Gráfico 3) enviava os dados para os técnicos da CAR que atuam no projeto e estão alocados nos escritórios regionais, localizados nos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAFs), conforme demonstrado no mapa abaixo. A tabulação geral dos dados ficou a cargo de um técnico da CAR com formação em Zootecnia.



BAHIA BRASIL PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO



● UGP- JUAZEIRO

SASOP

- 01. Pilão Arcado
- 02. Campo Alegre de Lourdes

IRPAA

- 03. Remanso
- 04. Sento Sé
- 05. Sobradinho
- 06. Juazeiro

SAJUC

- 07. Casa Nova

COOPERCUC

- 08. Curaçá
- 09. Uauá

● UGP - SR. DO BONFIM

IDESA

- 10. Jaguarari
- 11. Andorinhas
- 12. Senhor do Bonfim
- 13. Antônio Gonçalves

IRPAA

- 14. Campo Formoso

CACTUS

- 15. Pindobaçu
- 16. Saúde
- 17. Caldeirão Grande
- 18. Ponto Novo
- 19. Filadélfia

ARESOL

- 20. Itiúba
- 21. Queimadas

● UGP - JACOBINA

APPJ

- 22. Capim Grosso
- 23. Quixabeira
- 24. Serrolândia
- 25. Várzea do Poço
- 26. Miguel Calmon

COOPSER

- 27. Jacobina
- 28. Caém
- 29. Várzea Nova

COFASPI

- 30. Ouroilândia
- 31. Mirangaba
- 32. Umburanas

Figura 2 - Área de atuação do Pró-Semiárido e das entidades de ATC

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

— Caprinovinocultura

A autonomia dos agricultores diminui a subordinação ao uso de produtos da indústria agrícola, agrotóxicos, farmacológicos e ao mercado. Isso é possível quando se redesenha o agrossistema da caprinovinocultura, para que este funcione como base em um novo grupo de processos ecológicos e produtivos, promovendo uma troca de valores e pensamentos sobre os processos de produção e sustentabilidade. Para a efetivação dessa transição, um dos primeiros passos é a implementação das anotações zootécnicas.

As anotações ou escrituração zootécnica permitem ao agricultor(a) estabelecer um panorama concreto do desempenho de sua atividade. A interpretação desses dados possibilita tomar decisões mais acertadas, uma vez que são baseadas na realidade da propriedade. Por exemplo, o agricultor(a) ou o técnico responsável pode decidir quais os melhores animais para permanecer em seu rebanho, com base nos índices de produção, reprodução e sanidade anotados (SILVA, 2016).

“Esse caderno me ajudou muito. A maior parte da minha criação é solta no mato, por aí na Caatinga, e não consigo ter controle. Com esse caderno, percebi que é importante ter mais cuidado para que não ocorram tantas perdas por falta de tratamentos. Com a presença do técnico aqui, estamos realizando práticas com a criação, principalmente a cura do caroço, e anotando para ver a quantidade e o que venho perdendo ou ganhando nessa atividade.”

— João dos Passos Amorim, comunidade Pintado, Casa Nova - BA



Os dados analisados foram coletados ao longo de um ano de aplicação da ferramenta em campo e, portanto, nas próximas páginas será possível observar resultados importantes para a caprinovinocultura.

As análises se iniciam pelo Gráfico 4, que revela a importância de agricultores comprometidos e de investimentos bem planejados para que os resultados de produção de insumos sejam tão expressivos. A produção local de alimentos é extremamente importante para que a autonomia desses sistemas produtivos cresça, trazendo segurança para que os agricultores se tornem mais independentes dos mercados convencionais.

Para que essa produção de alimentos aumentasse, foi necessário buscar alternativas de irrigação, pois um dos principais problemas é a questão hídrica, tanto para a alimentação animal quanto para a alimentação humana. Portanto, foram buscadas fontes de água para implementar sistemas de irrigação de salvamento, com o fornecimento de água em períodos mais críticos, a fim de evitar a morte das plantas. Isso foi feito através da ampliação de barreiros e da utilização de águas de reuso, cinza ou total. A adoção dessas tecnologias é um casamento perfeito para a produção de forragem no Semiárido.



Reúso Total Comunitário com área irrigada para produção de alimento animal - Açude da Rancharia, Juazeiro (BA). Foto: Fábio Arruda



“A ferramenta do caderno de anotações zootécnicas - ANOTE, utilizada pelos agricultores(as), foi muito importante para ajudar no assessoramento técnico a visualizar a necessidade e os gargalos de cada agricultor(a) em suas atividades com a criação animal, principalmente nas atividades de avicultura e caprinovinocultura. Percebeu-se a dependência dos agricultores na compra de insumos, e isso foi se modificando ao longo da aplicação da metodologia, a partir das práticas de produção de ração alternativa realizadas pela assessoria técnica junto aos agricultores, através da utilização dessa ferramenta.”

– Dulce Carvalho, técnica do SAJUC.

Gráfico 4- Produção e Compra de Insumos - Caprinocultura .
Por porcentagem de insumos em Kg.





O agricultor Edivan Rocha no processo de preparação de alimento para os animais com insumos produzidos na propriedade, município de Queimadas (BA). Foto: Fábio Arruda.



Estoque de insumos da produção própria. Agricultor João Bosco, comunidade de Testa Branca, Uauá (BA). Foto: Fábio Arruda.

Já o Gráfico 5 apresenta um universo que precisa ser discutido, pois evidencia a diversidade dos produtos oriundos da caprinovinocultura, tanto para alimentação quanto para comercialização. Apenas nos dados levantados, são listadas mais de 10 formas de levar os produtos ao mercado.

O Gráfico 6 apresenta, em valores, o que esses produtos geram de renda monetária, incluindo o que foi comercializado, e a renda não monetária, ou seja, tudo o que foi produzido e consumido pela família ou utilizado na propriedade, sem a necessidade de compra. A caprinovinocultura, neste primeiro ano de coleta de dados, demonstrou que consegue gerar quase R\$ 7.000,00 anuais para os agricultores, a partir da venda em mercados locais e feiras na cidade. Essa renda pode ser ainda maior quando esses agricultores começarem a comercializar para abatedouros especializados, como veremos mais adiante no texto.

Gráfico 5 - Diversidade de produtos da Caprinovinocultura.
Por número de produtos comercializados.

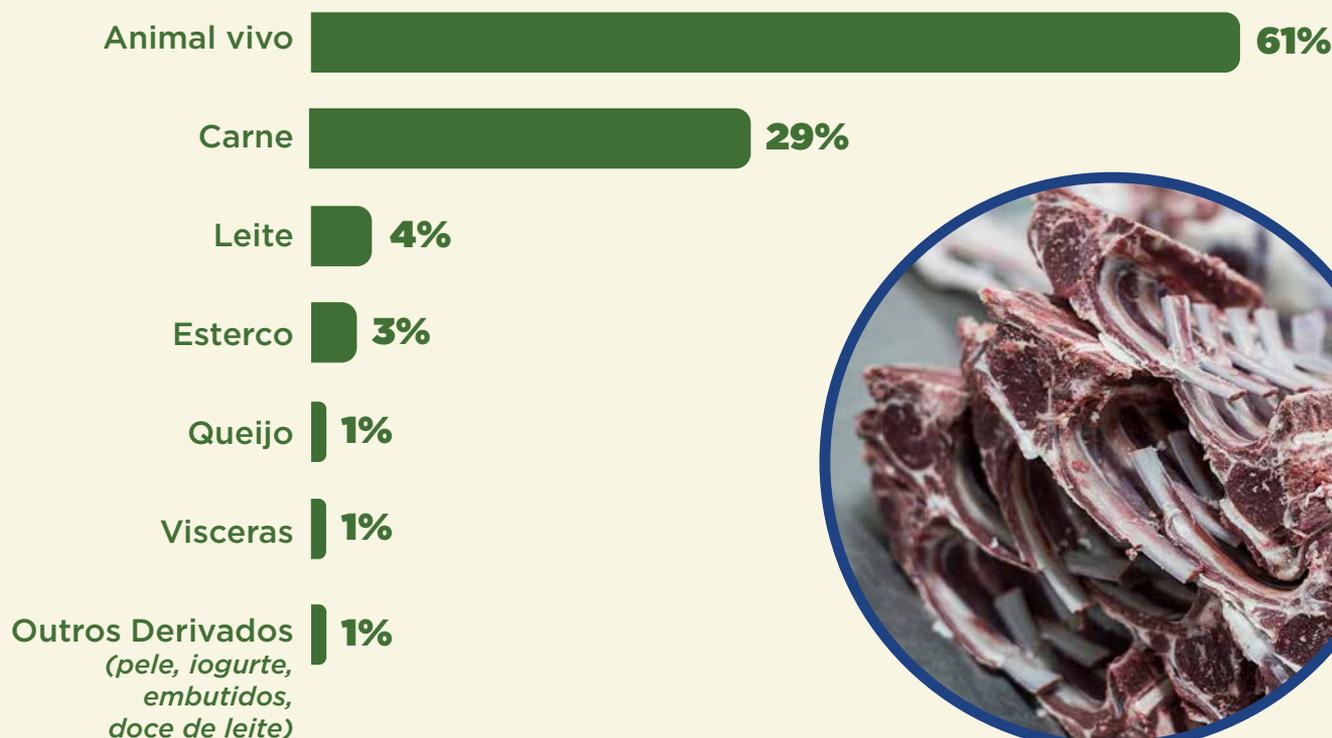
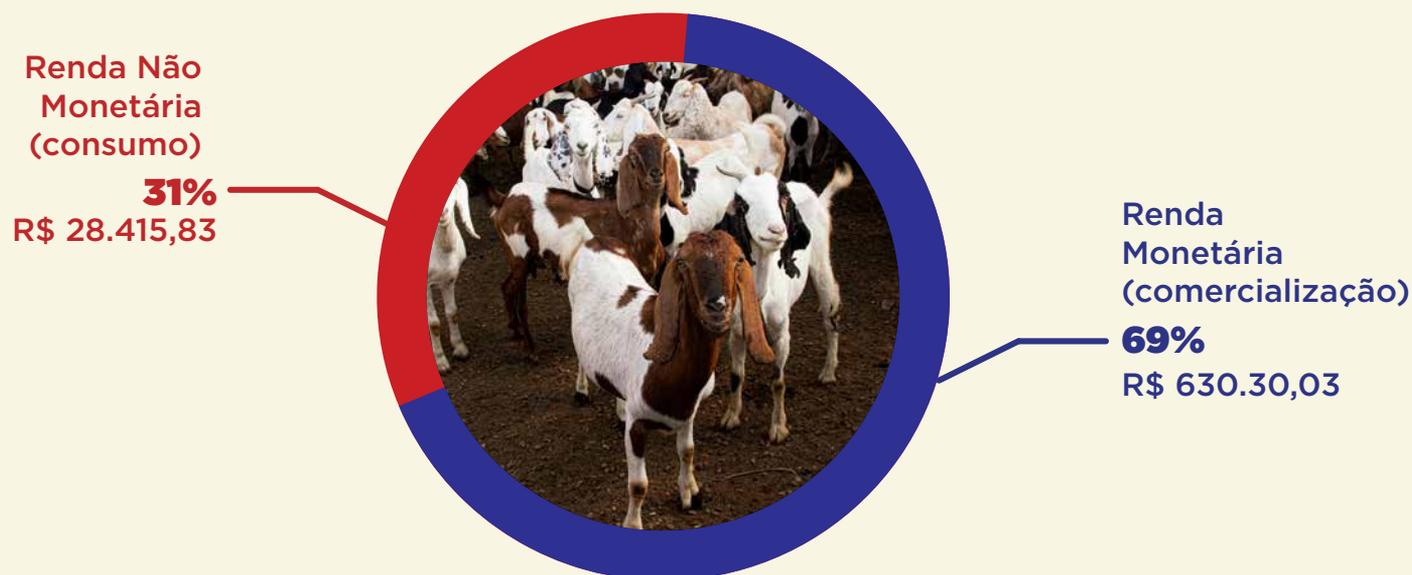


Gráfico 6 - Renda Monetária x Renda Não Monetária.
Por porcentagem de produtos consumidos e comercializados.



Aqui, são comparados todos os produtos comercializados pelos agricultores com aqueles que foram consumidos, doados e trocados por eles.

— Avicultura

A criação de galinhas caipiras está presente em mais de 90% das propriedades rurais do Brasil (Silva *et al.*, 2007). De acordo com Eekeren *et al.* (2006), no mundo, essas aves são criadas por pequenos produtores familiares nas áreas rurais, garantindo soberania alimentar, segurança nutricional e possibilidade de renda para as famílias camponesas, o que ratifica o importante papel sociocultural dessa atividade.

No Pró-Semiárido, a criação de aves também tem um papel fundamental na segurança alimentar e na economia das famílias que participaram das anotações, evidenciando, em números, que a avicultura desempenha um importante papel como complemento de renda.



Criação de aves caipiras do jovem Janailton Ribeiro, na comunidade Serra das Imagens, município de Casa Nova (BA).
Foto: Manuela Cavadas

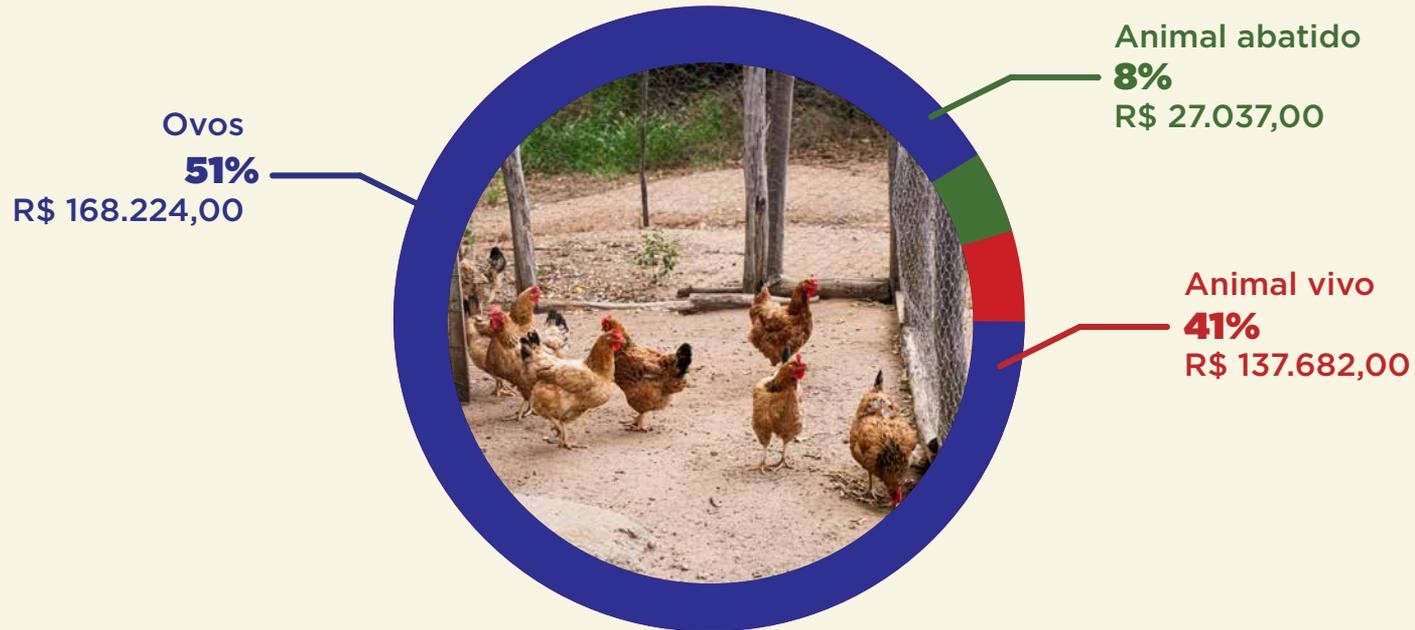
— Comercialização de aves (vivas e abatidas) e ovos



Uma das vantagens da criação de galinhas caipiras é a produção de ovos e carne. Assim, no Gráfico 7, é possível visualizar a comercialização dos produtos oriundos da atividade, demonstrando que a avicultura não está apenas voltada para subsistência, mas também para a geração de renda. E vem se tornando, cada vez mais, tecnificada, com a implementação de entrepostos de ovos que conseguem aderir aos sistemas de inspeção, abrindo novos mercados.

Percebe-se também que a venda de aves vivas acontece com grande expressividade; portanto, cabe salientar a importância da comercialização comunitária e em feiras livres, locais onde esse tipo de venda é mais comum.

Gráfico 7 - Produtos da avicultura comercializados - Avicultura.
Por porcentagem de produtos comercializados.

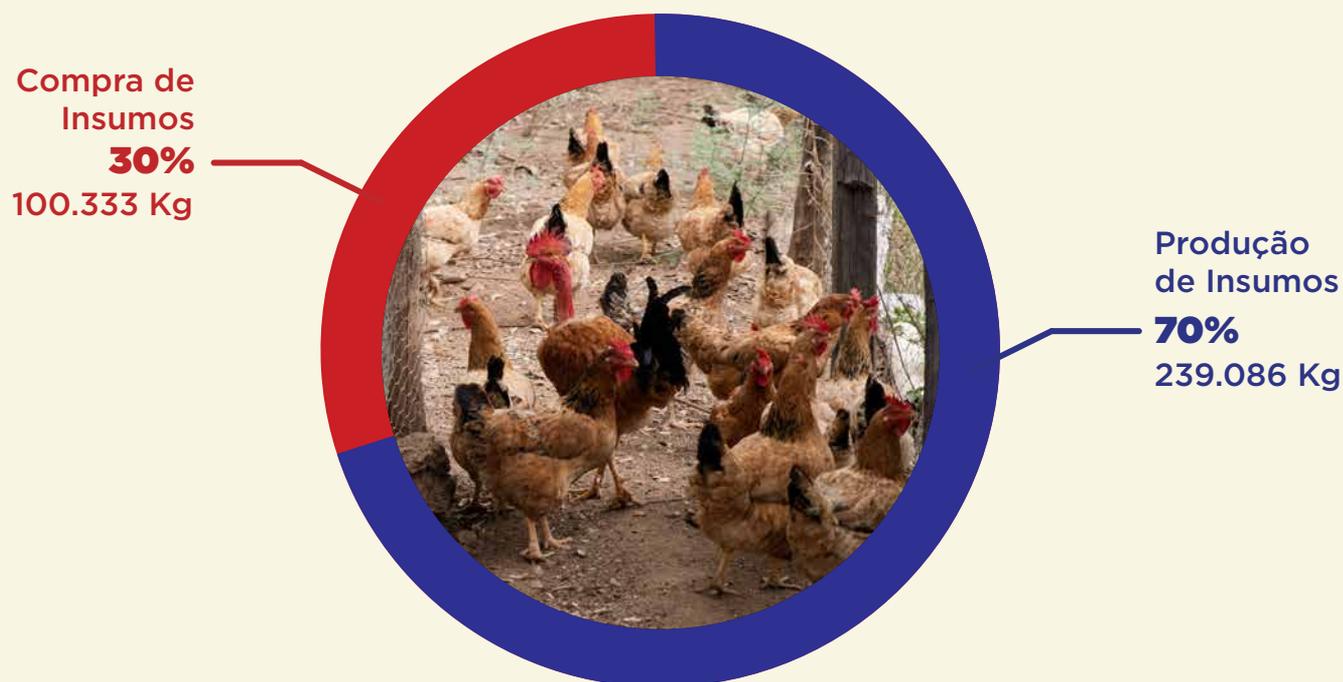


— Produção de insumos

A proposta de manejo da criação de aves de forma agroecológica requer sistemas mais autônomos no fornecimento daquilo que as aves necessitam, permitindo a consequente redução dos custos com alimentação. A criação em liberdade favorece o balanceamento da dieta pelas próprias aves, de acordo com suas necessidades e com a presença de uma biodiversidade de alimentos adequados a elas no sistema (ICAPER, 2005).

Os bancos de forragem implementados pelo Pró-Semiárido destinam-se a produzir alimento para as aves, uma prática que antes não era utilizada pelos agricultores. No entanto, com a presença constante do técnico em campo, essa realidade vem se modificando, e os resultados podem ser visualizados no Gráfico 8, onde é possível notar que o trabalho para a busca da autonomia de insumos está acontecendo também na avicultura. Para se ter uma ideia, 70% do alimento ofertado às aves vem da produção na própria propriedade, o que possibilita que as famílias agricultoras, que antes dependiam da compra de insumos externos, economizem e gerem mais renda.

Gráfico 8 - Total de Insumos Produzidos x Insumos Comprados - Avicultura.
Por porcentagem produzida e comprada.



— Apicultura

A atividade apícola ocupa o sétimo lugar em importância econômica no Brasil. No Nordeste, é a segunda atividade econômica mais importante no setor agropecuário, sendo o Estado do Piauí o mais relevante, produzindo mais de 5 mil toneladas de mel por ano (IBGE, 2017). A característica climática, marcada pela escassez e irregularidade de chuvas, além da diversidade florística nativa, torna a região Nordeste uma área extremamente atrativa para a atividade apícola, sendo o bioma Caatinga uma das poucas regiões com capacidade de produção de mel orgânico em larga escala. Todo esse quadro produtivo é favorecido principalmente pelas características genéticas de alta produtividade apresentadas pela abelha africanizada, além da resistência a doenças e pragas. Outro fator importante para o crescimento da produção foram os programas de capacitação direcionados aos apicultores, que aumentaram a produtividade com colheitas cada vez maiores (KHAN *et al.*, 2014).



Membros do grupo de beneficiamento de mel da comunidade Fumaça, município de Pindobaçu (BA). Foto: Manuela Cavadas.

Para Freitas (1999), as abelhas são importantes agentes de manutenção da biodiversidade e podem servir como indicadores biológicos do equilíbrio ambiental, desempenhando um papel valioso na conservação da biodiversidade e na exploração sustentável do meio ambiente. Além disso, a apicultura pode constituir uma alternativa ecologicamente correta e autossustentável para a exploração de ambientes naturais que ainda não foram degradados, ou mesmo para a recuperação de áreas ameaçadas de erosão genética.

A produção apícola na região continua focada principalmente na produção de mel, mas já há esforços significativos para a comercialização de outros produtos, conforme apresentado no Gráfico 9. Atualmente, o mel é extraído de forma muito mais eficiente e higiênica, diferentemente de épocas anteriores, quando o produto era frequentemente retirado de maneira inadequada e, muitas vezes, espremido à mão. Com o apoio de equipamentos adequados, todos os apicultores que realizaram a anotação zootécnica agora utilizam caixas padrão, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e outros equipamentos necessários para a extração do mel, em conformidade com os padrões sanitários.

“Antes, a gente não anotava nada. Hoje sabemos os custos, o que ganhamos no mês. Hoje sabemos o quanto lucramos e também, na planilha, fazemos nosso controle de visitas no apiário e anotamos todos os produtos. Então, desenvolvemos muito mais a nossa produção.”

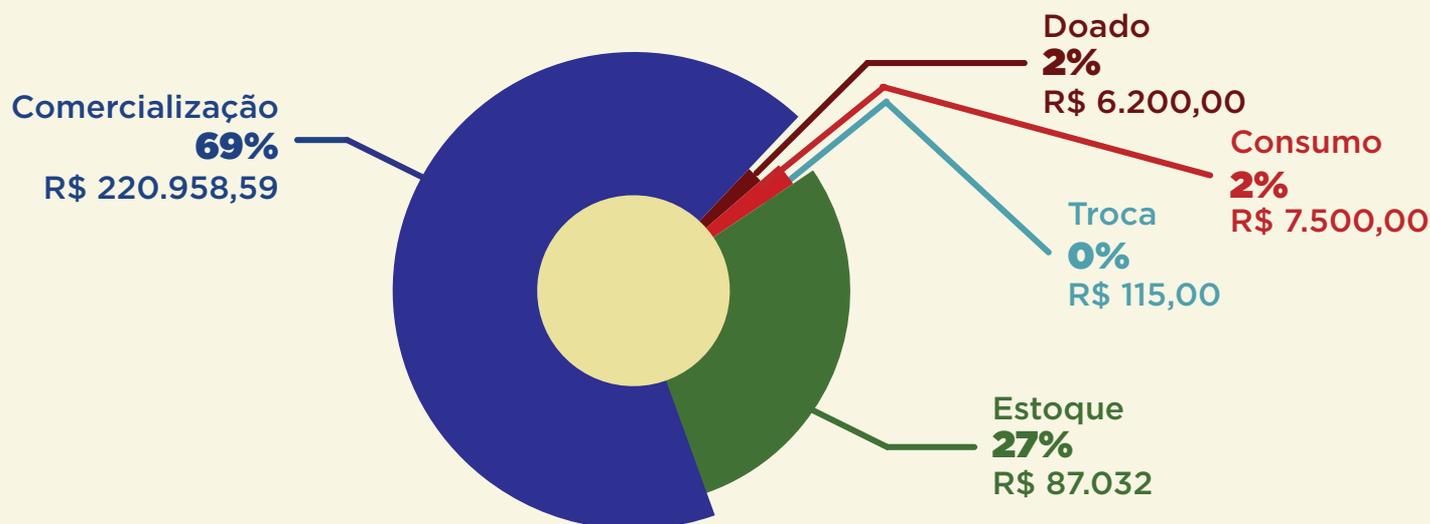
– Valdelice Jovina de Almeida Silva.

Gráfico 9 - Produtos da apicultura.
Por porcentagem de produtos produzidos.



A produção do mel é muito expressiva e também tem destinações diferentes. Extremamente necessário para as relações sociais e alimentação das famílias, no Gráfico 10, pode-se ver o quanto o mel é importante nas relações de reciprocidade, doação e troca, de consumo e comercialização. Outro dado importante está relacionado ao estoque do mel, algo que é bastante trabalhado pelos apicultores, para que haja uma valorização do preço do produto. Diferente de outras cadeias, o apicultor não tem um custo para manter esse mel guardado.

Gráfico 10 - Destino da produção de mel.
Por porcentagem de produtos produzidos.



— Bovinocultura de leite

A atividade apícola ocupa o sétimo lugar em importância econômica no Brasil. No Nordeste, é a segunda atividade econômica mais importante no setor agropecuário, sendo o Estado do Piauí o mais relevante, produzindo mais de 5 mil toneladas de mel por ano (IBGE, 2017). A característica climática, marcada pela escassez e irregularidade de chuvas, além da diversidade florística nativa, torna a região Nordeste uma área extremamente atrativa para a atividade apícola, sendo o bioma Caatinga uma das poucas regiões com capacidade de produção de mel orgânico em larga escala. Todo esse quadro produtivo é favorecido principalmente pelas características genéticas de alta produtividade apresentadas pela abelha africanizada, além da resistência a doenças e pragas. Outro fator importante para o crescimento da produção foram os programas de capacitação direcionados aos apicultores, que aumentaram a produtividade com colheitas cada vez maiores (KHAN *et al.*, 2014).



Oferta de alimentação produzida com insumos da propriedade. Foto: Fábio Arruda.

A prática da escrituração tem impacto direto na rentabilidade da atividade de bovinocultura leiteira e vem sendo adotada, cada vez mais, pelos criadores que buscam aumentar a eficiência na gestão e investir em um manejo mais racional do rebanho.

O controle leiteiro é um índice de extrema importância dentro da propriedade rural, visto que concede ao proprietário a chance de conhecer a produção de cada vaca ou do rebanho como um todo. Em consequência disso, torna-se possível a seleção dos animais que mais produzem e o descarte seguro daqueles que não atingem o nível de produtividade esperado, podendo até causar prejuízos à propriedade (FIGUEREDO, 2018).

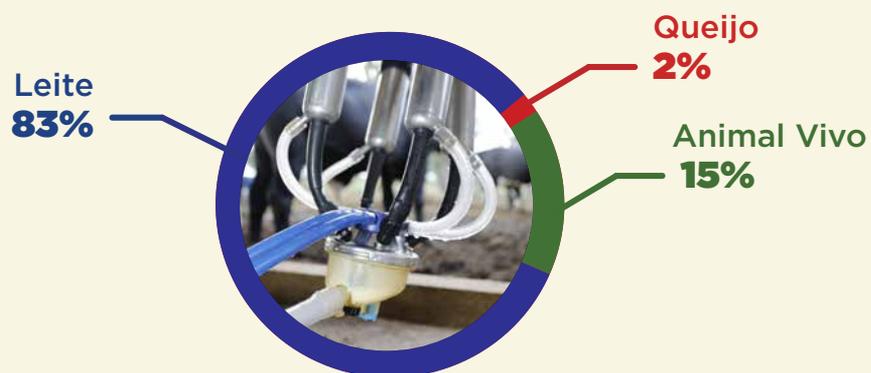
Dos dados analisados com o Anote, pode-se constatar que, na bovinocultura, não foi diferente das outras criações quando o assunto é o impacto da produção de insumos. No Gráfico 11 abaixo, a produção própria é maior que a compra, o que mostra que esse sistema produtivo também está, cada vez mais, autônomo.

Gráfico 11 - Insumos Comprados x Insumos Produzidos - Bovinocultura.
Por porcentagem produzida e comprada.



Além da venda do leite de vaca, que é muito forte na região, mais especificamente nos municípios de Itiúba, Queimadas e Várzea do Poço, a comercialização dos animais e do queijo traz um incremento de quase 20% na renda, os quais, como não são foco da produção, ajudam a cobrir os custos da criação, como, por exemplo, a compra de ração.

Gráfico 12 - Produtos Comercializados - Bovinocultura.
Por porcentagem comercializada.



— Focalização caprinovinocultura de corte

No Brasil, as estatísticas sobre o consumo de carne caprina e ovina são extremamente deficientes. A grande maioria dos abates de animais ainda acontece de forma clandestina, sem qualquer tipo de inspeção. O número de frigoríficos especializados no abate de caprinos e ovinos ainda é considerado muito pequeno. Alguns indicadores, entretanto, apontam que até 50% desse consumo é de carne ovina importada. Percebe-se, assim, que há uma demanda não atendida pelo mercado produtor interno (EMBRAPA, 2004).

O trabalho com a caprinocultura de corte foi realizado através de uma parceria com a Central de Cooperativas da Caatinga, instituição que, por meio de um convênio com a CAR, contratou 10 técnicos para fazer o assessoramento técnico especializado. Esse profissional focalizou suas energias somente na produção de caprinos e ovinos dos estabelecimentos rurais, diferente de outros técnicos que trabalham com todos os sistemas produtivos.

O acompanhamento técnico foi e é essencial para o desenvolvimento de um trabalho piloto como foi esse, pois acessar novos mercados nunca é fácil, principalmente quando são necessárias mudanças de manejo.

Além dos investimentos do Projeto Pró-Semiárido na contratação de 10 técnicos, também houve investimento do Projeto Bahia Produtiva que, através de convênio com a Central da Caatinga, contratou uma técnica e comprou um caminhão para realizar o transporte dos animais até os frigoríficos.

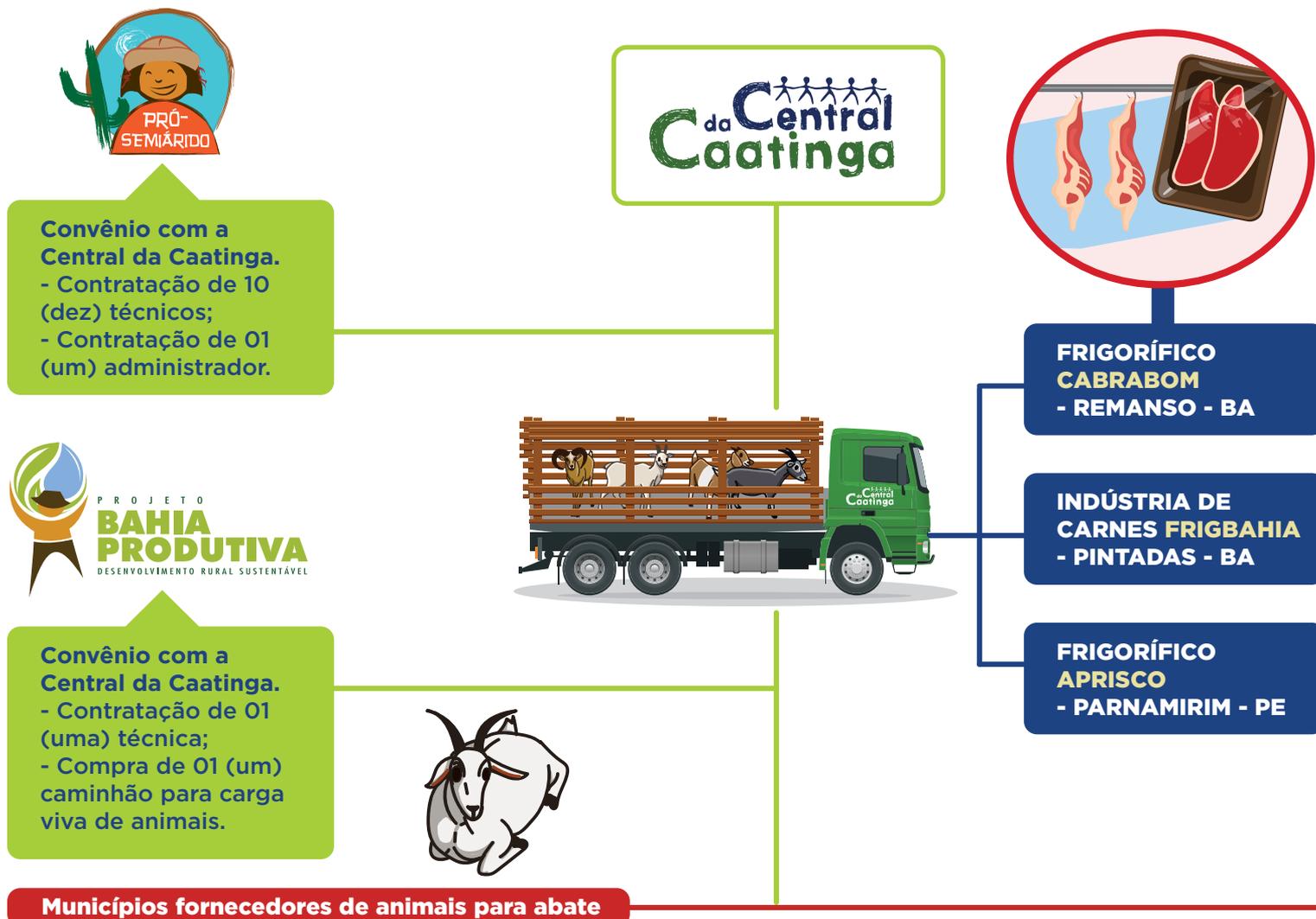
A iniciativa foi focalizada nos municípios de Casa Nova, Uauá, Juazeiro, Itiúba, Andorinha, Jaguarari, Campo Formoso e Senhor do Bonfim, onde foram acompanhados mais de 370 agricultores que se disponibilizaram a trabalhar com a terminação de caprinos e ovinos para comercializar para abatedouros. Na Figura 3, é possível verificar o fluxo do trabalho realizado pela Central da Caatinga.



Confira algumas ações estratégicas desenvolvidas pela CAR por meio do Pró-Semiárido para fomento à caprinovinocultura:



Caprinocultura de Corte



01 Uauá

03 Juazeiro

05 Campo Formoso

07 Senhor do Bonfim

02 Casa Nova

04 Itiúba

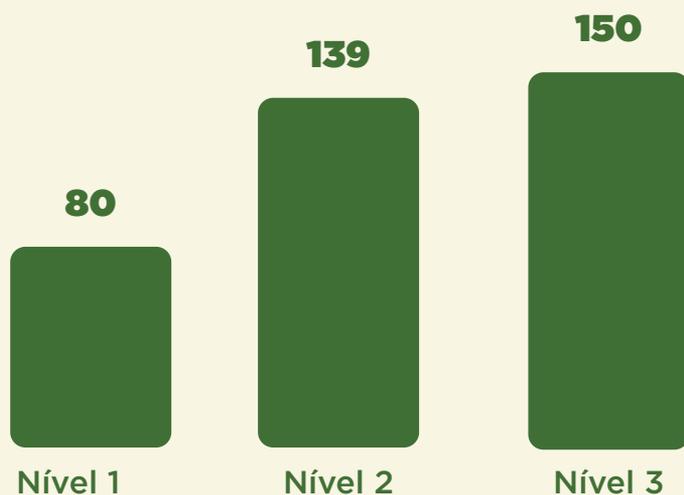
06 Andorinha

08 Jaguarari

Figura 3 - Fluxograma da caprinocultura de corte operado pela Central da Caatinga.

Para facilitar o trabalho de assessoramento técnico, na fase de mobilização e diálogo com as comunidades, foram elencados três níveis de agricultores que seriam contemplados com a iniciativa.

Gráfico 13 - Quantidade de agricultores por nível.
Por quantitativo.



- **Nível 1:** Foram relacionados agricultores com mais de 50 matrizes, um bom suporte forrageiro, genética, sanidade, suporte hídrico e instalações necessárias para terminação. Nesse nível, foram relacionados 80 agricultores(as).
- **Nível 2:** Foram relacionados agricultores com déficit de dois ou mais itens em relação ao Nível 1, e que, com ATC, poderiam ser resolvidos. Assim, 139 agricultores(as) participantes foram enquadrados neste perfil.
- **Nível 3:** Ficaram agricultores que têm vontade de participar da terminação, mas têm estruturas e rebanhos insuficientes; portanto, carecem de ATC e investimento na base produtiva.

5. RESULTADOS

O Gráfico 14 traz a quantidade de animais vendidos e demonstra também que os abatedouros preferem a carne ovina, fazendo com que o agricultor procure outras formas de vender o caprino. Essa preferência do mercado por carne ovina nos mostra o quanto a criação de caprinos precisa melhorar em relação ao tempo que os animais passam no pasto. Quanto mais velho o animal, mais endurecida fica a carne. Hoje, o mercado prefere animais de 6 a 8 meses, enquanto o costume na região é realizar a venda do caprino com mais de 2 anos.

É possível ir além e refletir que o trabalho de terminação pode beneficiar também o meio ambiente, especialmente na capacidade de suporte da Caatinga, já que um trabalho de terminação semiconfinado ajudará a diminuir a pressão sobre o bioma.

Gráfico 14 - Quantidade de animais vendidos para abatedouros.
Por porcentagem comercializada.



Os valores comercializados através da Central da Caatinga em 2022 para os abatedouros totalizaram R\$ 3.807.449,37. Esse dinheiro foi diretamente para a conta de cada agricultor e agricultora, como mostrado no Gráfico 15, que apresenta os valores em reais da venda do caprino e ovino.

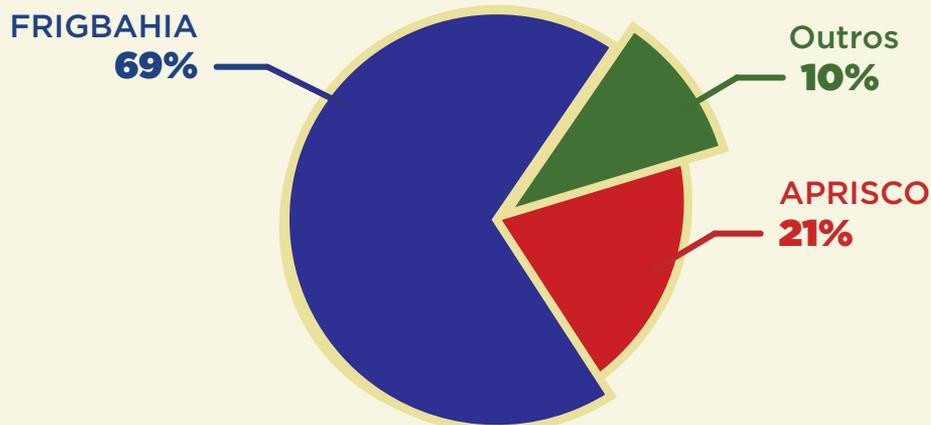


Transporte de animais dentro das comunidades.
Foto: Thiago Rocha

Gráfico 15 - Comercialização através de abatedouros.
Por movimentação financeira (R\$).



Gráfico 16 - Principais abatedouros regionais.
Por volume de compras (R\$).



Ainda é frequente a venda para atravessadores e outras formas, principalmente porque os animais que vão para o abatedouro precisam ter uma qualidade de carcaça melhor. Assim, o meio de comercialização para animais que não atendem ao padrão dos abatedouros ainda é realizado por meio de atravessadores. No Gráfico 17, revela-se que o comércio na comunidade, nas feiras e com os atravessadores ainda tem um impacto significativo na renda dos agricultores, principalmente quando se trata da comercialização de caprinos e animais mais velhos.

Gráfico 17 - Outras vendas (atravessador, comunidade, etc.).
Por movimentação financeira (R\$).



O Gráfico 18 apresenta um pouco da renda não monetária, ou seja, o que as famílias deixam de comprar porque consomem o que produzem e criam. Esse dado é muito importante, pois, somado à renda monetária, revela o quanto a atividade é rentável e relevante para o sustento e a segurança alimentar das camponesas e camponeses.

Gráfico 18 - Consumo - Renda Não Monetária.
Por movimentação financeira (R\$).



Na focalização da caprinocultura de corte, discutiu-se amplamente se essa seria uma prática voltada à compra de insumos, já que é fundamental retirar o animal em menor tempo e com uma melhor qualidade de carcaça. No entanto, como o trabalho do Pró-Semiárido sempre priorizou o aumento da autonomia dos agricultores e agricultoras, foi realizado um esforço para aumentar a produção de alimento e implementar, de fato, práticas de armazenamento. Com isso, as famílias conseguiram produzir mais de 80% do alimento necessário para o rebanho, tornando essa ação viável e autônoma. Esses resultados estão expostos no Gráfico 19 a seguir:

Gráfico 19 - Produção de Insumos.
Por volume produzido.





Produção de silagem. Foto: Thiago Rocha.

Com essa ação de venda de caprinos e ovinos para abatedouros e a contabilização da renda não monetária, pode-se afirmar que 209 agricultores e agricultoras comercializaram e consumiram R\$ 4.890.741,37 (quatro milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos). Traduzindo esses valores em renda, temos:

- **1) Renda per capita de R\$ 23.400,67 ao ano.**
- **2) Renda per capita de R\$ 1.950,05 ao mês.**

Esse valor é muito expressivo quando se pensa na agricultura familiar e na caprinocultura, que sempre foi tão marginalizada, especialmente no que diz respeito à valorização de seus produtos.

— Focalização da Caprinocultura de leite

O leite de cabra pode ser enquadrado como alimento funcional devido a várias características, incluindo: (a) altos teores de determinados ácidos graxos benéficos ao organismo; (b) qualidade superior ao leite de vaca em termos de propriedades nutricionais e terapêuticas; e (c) melhor digestibilidade, alcalinidade, teor de proteínas de alto valor nutritivo e hipoalergenicidade.

De acordo com Haenlein (2004), a demanda por leite de cabra e seus derivados cresce devido a três aspectos: (a) os caprinos são uma fonte de carne e leite para a população de áreas rurais; (b) há um interesse frequente de conhecedores e especialistas por produtos como queijos e iogurtes, especialmente em países desenvolvidos, demanda relacionada ao aumento da renda; e (c) a crescente preocupação das pessoas com a saúde e a busca por alimentos nutritivos, saudáveis e funcionais.

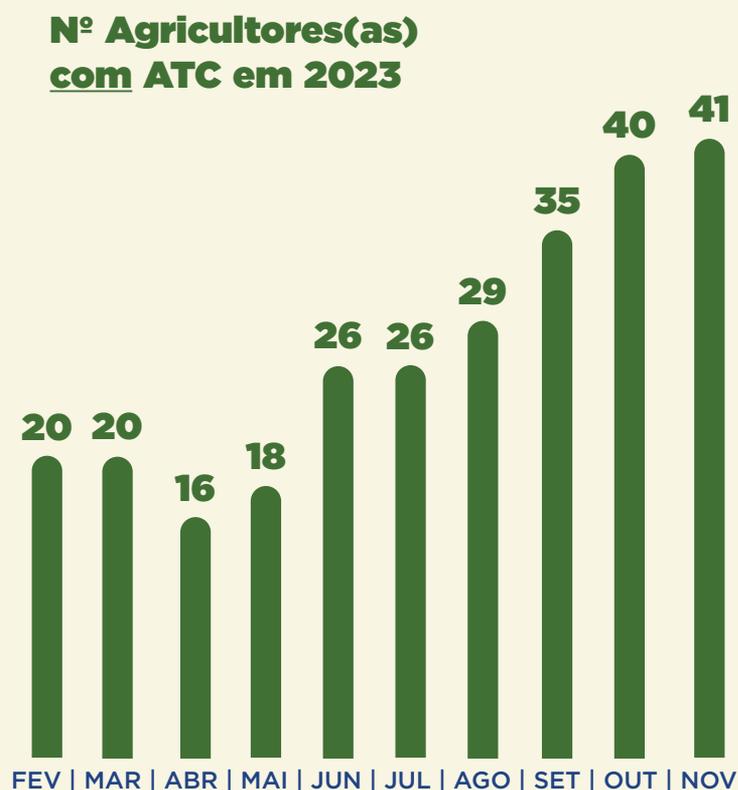
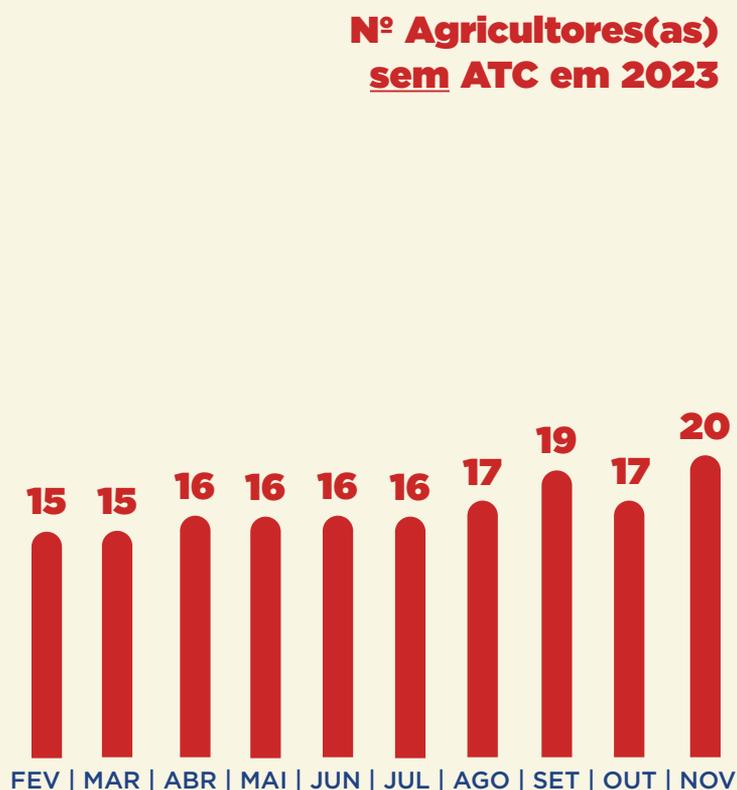
O trabalho com a caprinocultura de leite vem sendo realizado há bastante tempo em comunidades rurais onde o Projeto atua, nos municípios de Uauá e Curaçá. Com a chegada do Pró-Semiárido, o primeiro passo foi organizar a base produtiva, contando com a atuação de uma assistência técnica específica para a produção de leite de cabra, além de investimentos que trouxessem mais autonomia para os agricultores e agricultoras. Dentre as ações, destacam-se a ampliação de aguadas, a implementação de bancos de forragem, os investimentos na qualidade e higiene do leite, a construção de salas de ordenha e a compra de kits de higiene.



Sala de ordenha.
Foto: Emanuel Amarante

Com a atuação de um ATC focado em trabalhar exclusivamente com os agricultores que têm a caprinocultura leiteira como aptidão, foi possível observar um crescimento no número de envolvidos. Antes, apenas 20 agricultores eram acompanhados, mas após a presença do ATC em campo, esse número mais que triplicou, chegando a 65 agricultores. Como apresentado no Gráfico 20, houve um aumento relevante no número de produtores comercializando o leite de cabra para o laticínio construído pelo Projeto na comunidade de Testa Branca, em Uauá.

**Gráfico 20 - Evolução do Assessoramento Técnico Contínuo (ATC).
Por número de agricultores realizando entregas de leite no laticínio.**



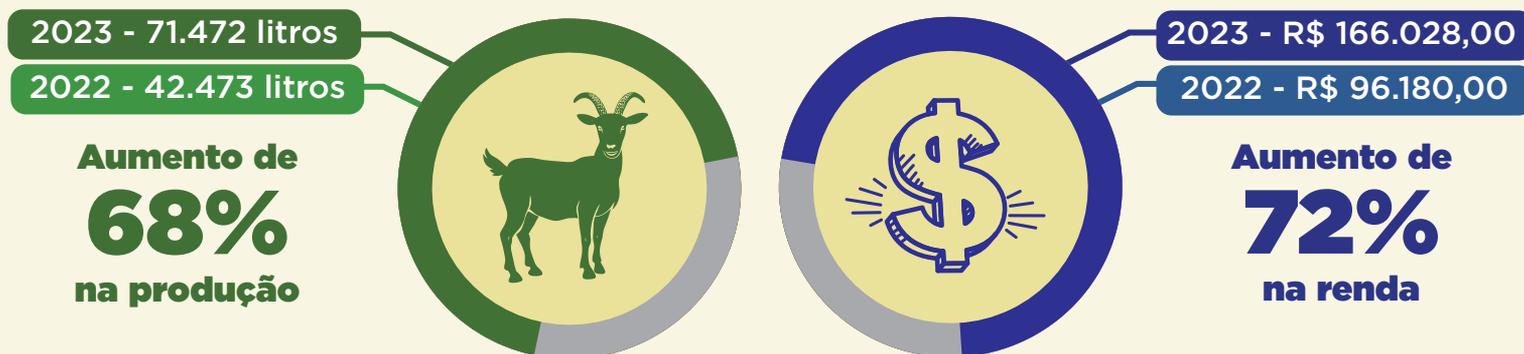
Algo que foi bem trabalhado na formação dos técnicos é que não se pode focar na produção sem estabelecer um diálogo com a agroindústria (laticínio de Testa Branca), principalmente por ser o principal comprador do leite. Outro fator importante a ser destacado na relação com o laticínio é que o empreendimento realiza a análise do leite recebido de cada agricultor, o que possibilita um trabalho específico para cada um, seja para melhorar a alimentação ou outros tipos de manejo.

A alimentação é um dos principais fatores para que o leite atenda às qualidades desejáveis para a produção de queijo. A produção de alimentos dentro das propriedades acompanhadas pela CAR, por meio do Pró-Semiárido, vem crescendo e já corresponde a mais de 70% da alimentação na caprinocultura de leite, sendo os outros 30% ainda oriundos do mercado convencional.

Um importante resultado foi o aumento da produção, impulsionado principalmente pela atuação do ATC e pela presença do laticínio, que compra toda a produção. Esses fatores elevaram em mais de 68% a produção de leite de cabra e, conseqüentemente, em 72% a renda. O ATC auxilia tanto na produção adequada de alimentos e balanceamento quanto na seleção dos melhores animais que devem permanecer no rebanho.

Mesmo com esse trabalho tendo sido iniciado há pouco tempo nesse formato de focalização, os agricultores já estão complementando sua renda. Alguns agricultores faturam mais de R\$ 2.000,00 mensais apenas com a venda de leite de cabra.

Gráfico 21 - Evolução da produção e renda dos agricultores.
Comparativo entre 2022 e 2023.





6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os sistemas produtivos são totalmente viáveis tanto para a subsistência quanto para a comercialização, mas o que foi mais uma vez evidenciado é que, sem o Assessoramento Técnico Contínuo (ATC), o trabalho não alcança as dimensões adequadas, principalmente quando se trata de gerar autonomia e potencializar a comercialização.

Todo esse trabalho foi realizado com as premissas da agroecologia, o que traz um forte preceito de trabalho coletivo e de aprendizagem entre o técnico e o agricultor, considerando sempre que todos possuem saberes, os quais devem ser compartilhados e levados em consideração.

Mas essas constatações foram possíveis com a introdução de ferramentas de metodologias participativas. Nessa perspectiva, o Anote se mostrou uma importante ferramenta para demonstrar que o trabalho dos agricultores, associado a investimentos e ao acompanhamento técnico, é determinante para bons resultados.

Então, o ideal é que projetos de desenvolvimento rural utilizem ferramentas semelhantes a esta desde o início da execução das atividades em campo. Para demonstrar resultados mais consistentes, é necessário um tempo maior de acompanhamento para que o agricultor se habitue a registrar suas anotações.

Os trabalhos de focalização são necessários e devem ser implementados com aqueles agricultores que já não estão mais na fase inicial de implementação e não enfrentam insegurança alimentar. Devem ser destinados àqueles que já estão prontos para dar passos maiores e estão mais receptivos a novos desafios.

Esse trabalho de focalização, já trazendo resultados, mostra que estamos no caminho certo e que é possível desenvolver uma caprinocultura e uma ovinocultura mais especializadas, capazes de atender a diferentes tipos de mercado sem perder sua autonomia.



Controle de qualidade do leite de cabra.
Foto: Emanuel Amarante

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMENTOS FUNCIONAIS. Brasília, DF: Biblioteca Virtual em Saúde, Ministério da Saúde, 2015.

EEKEREN, N. E.; MAAS, A.; SAATKAMP, H. W.; VERSCHUUR, M. **Criação de galinhas em pequena escala.** Lisboa: Fundação Agromisa/Secção Portuguesa da Associação Mundial de Ciência Avícola (SPAMCA), 2006. 100 p.

FIGUEREDO, Mayke Alex Faria. **Implementação de controle zootécnico em pequenas propriedades leiteiras da microrregião de Unaí-MG: enfoque sobre produtividade e renda.** 2018.

GUELBER SALES, M. N. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos.** Vitória, ES: Incaper, 2005. 284 p.

HAENLEIN, G. F. W. **Goat milk in human nutrition.** Small Ruminant Research, v. 51, n. 2, p. 155-163, 2004.

KHAN, A. S.; VIDAL, M. de F.; LIMA, P. V.; BRAINER, M. **Perfil da apicultura no nordeste brasileiro.** Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

MARTINS, E. C.; et al. **Mercado e comercialização dos produtos da caprinocultura e ovinocultura de corte.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2004.

SANTOS, Regiane Nascimento; VICENTE, Saullo Laet Almeida; CASTRO, Elaine Monalíze Serafim de; SOUSA, Marcio Miceli Maciel de; NOGUEIRA, Daniel Maia. **A escrituração zootécnica como ferramenta de trabalho em pequenas propriedades rurais de caprinos leiteiros no semiárido pernambucano e baiano.** 2017.

SILVA, R. J.; SILVA, M. S.; FILHO, A. M. S. **Apoio à autonomia financeira e à promoção social de mulheres e jovens rurais no município de Inhapi, semiárido alagoano.** Extifal, v. 1, n. 1, p. 29-34, 2015.



ABATEDOURO FRIGORÍFICO DE FRANCA
CAIPIRA DO SERTÃO



4

AGROINDÚSTRIAS E OS ESPAÇOS FÍSICOS DE COMERCIALIZAÇÃO MUDAM A REALIDADE DOS AGRICULTORES/AS NO SEMIÁRIDO BAIANO

Egnaldo Xavier,
Marcos Andrade,
Nelson Santana¹

1. INTRODUÇÃO

A metodologia utilizada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) para promover o desenvolvimento territorial por meio da estruturação de agroindústrias no Semiárido baiano, no âmbito do Projeto Pró-Semiárido, trouxe muitos aprendizados. Os processos de construção dessas estruturas de produção foram essenciais para refletir sobre a importância, viabilidade, tamanho e tecnologia a serem utilizados no processamento de alimentos, nos espaços de produção das agroindústrias, cozinhas comunitárias e locais físicos de comercialização, de forma a contribuir positivamente para a agregação de valor à produção primária e para a melhoria da renda das famílias envolvidas.

Nesse contexto, queremos demonstrar que os 75 empreendimentos (cozinhas, agroindústrias e espaços físicos de comercialização) construídos ao longo desses 8 anos de atuação do

¹Técnicos em Desenvolvimento Agroindustrial da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

Pró-Semiárido desempenharam um papel fundamental na transformação de produtos agropecuários em alimentos de maior valor agregado. Esses empreendimentos geraram oportunidades de trabalho e aumentaram a renda das famílias rurais, especialmente para mulheres e jovens, promovendo o desenvolvimento rural nos 32 municípios abrangidos pelo Projeto e servindo de exemplo para o mundo.

O apoio às organizações econômicas na requalificação e/ou construção de novas estruturas de beneficiamento (agroindústrias) foi o meio que encontramos para dar visibilidade a seus produtos e serviços, além de viabilizar ações de mercado. A agroindústria traz consigo diversos benefícios, tanto para os agricultores familiares quanto para a sociedade em geral. Ao agregar valor aos produtos agropecuários por meio do processamento industrial, os agricultores familiares podem aumentar sua competitividade no mercado, elevar sua renda e melhorar sua qualidade de vida.

Além disso, a agroindústria permite a diversificação da produção agropecuária, possibilitando a criação de novos produtos e o acesso a diferentes tipos de mercado, sejam eles de circuitos curtos ou longos. Essa diversificação contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a redução do desperdício de alimentos e o fortalecimento da economia local e territorial.



Importância social das agroindústrias no contexto do rural baiano

A agroindustrialização no meio rural permite a inclusão da comunidade, dos jovens e das mulheres, a qualificação das estradas para acesso aos equipamentos e escoamento da produção, o melhoramento dos sistemas de abastecimento de água potável e energia elétrica, além da formação técnica em gestão, ampliando o conhecimento dos agricultores(as) envolvidos(as). Ela também promove a inserção em redes de comercialização, organizações econômicas cooperativas, associações e centrais de comercialização, e o exercício da sustentabilidade, respeitando a legislação ambiental, como no tratamento de resíduos sólidos e líquidos e no reuso de água.



Portanto, a implantação dos diversos modelos e tipos de projetos agroindustriais desenvolvidos pela CAR, através do Pró-Semiárido e com o apoio de diversas instituições públicas e privadas parceiras, constitui uma estratégia importante para o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda no campo e o desenvolvimento territorial sustentável. Da mesma forma, os investimentos feitos na capacitação dos agricultores, no acesso a tecnologias adequadas e na infraestrutura necessária para o processamento dos produtos agropecuários são medidas essenciais para potencializar os benefícios da agroindústria no contexto da realidade local.



“A agroindústria foi importante para nós porque nos ensinou a trabalhar de maneira diferente, agregando valor aos nossos produtos. Também foi de suma importância para dar visibilidade aos produtos no mundo, e de forma bem simplificada, nos trouxe inovação.”

– Eliane das Virgens Souza Ribeiro, Presidente da Associação dos Brejos Dois Irmãos, Pilão Arcado-BA



Diversidade de investimentos facilita o acesso a mercados e gera renda

Nesse contexto, os investimentos do governo da Bahia e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), por meio do Projeto Pró-Semiárido, fortaleceram as organizações econômicas, especialmente nas estruturas de produção conhecidas como Agroindústrias Familiares da Bahia, cozinhas comunitárias e espaços físicos de comercialização de produtos da Agricultura Familiar, como lojas, quiosques, empórios e armazéns, entre outros. Esses investimentos foram fundamentais e necessários para agregar valor à produção, além de melhorar o armazenamento, acondicionamento e transporte dos produtos, aumentando sua vida útil nas prateleiras e garantindo seu posicionamento em diversos segmentos de mercado.



Esses espaços de produção e comercialização são importantes estratégias para assegurar a venda dos produtos dos agricultores e agricultoras familiares do Semiárido baiano, além de contribuir para que tenham melhores condições de vida, gerando oportunidades de renda e, sobretudo, garantindo a produção de alimentos saudáveis, agroecológicos, orgânicos e com a identidade da Agricultura Familiar.

É importante ressaltar que essas agroindústrias e espaços de comercialização são coordenados por organizações econômicas, cooperativas, associações, centrais de cooperativas e/ou grupos informais, ou ainda por entidades que seguem os princípios da solidariedade e do trabalho coletivo, promovendo a aproximação e o fortalecimento dos vínculos entre produtores e consumidores. Pelo menos 20 dessas organizações foram constituídas, regularizadas, reestruturadas e fortalecidas com diversas ações do Pró-Semiárido, incluindo assessoramento técnico em assembleias e reuniões para elaboração de estatutos, documentação e registros nos órgãos competentes, como cartórios e a Junta Comercial.

Tipo de organização constituída	Localidade	Constituídas	Regularizadas
Cooperativas	Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Itiúba, Jacobina, Senhor do Bonfim	6	4
Central de Cooperativas da Agricultura Familiar	Juazeiro	1	0
Central de Associações	Juazeiro e Senhor do Bonfim, Andorinha	0	2
Rede de Comercialização	Jacobina	1	0
Associações com atividades econômicas	Campo Alegre de Lourdes, Caldeirão Grande	2	4
Total de organizações:		10	10

Tabela 1 - Relação de organizações constituídas e regularizadas.



Foto: William França



A metodologia utilizada para implantação de projetos agroindustriais qualifica os investimentos do Pró-Semiárido

Queremos demonstrar que a metodologia adotada pelo Pró-Semiárido foi o grande diferencial na implantação de projetos agroindustriais, destacando sua relevância e a complexidade envolvida na manutenção dos processos de gestão estabelecidos pelos agricultores familiares. Além disso, queremos evidenciar os avanços e desafios enfrentados pelas organizações econômicas (associações e cooperativas) na implementação desses projetos, seja na inovação ou na requalificação de estruturas produtivas já existentes.

Os passos adotados pela equipe da CAR na implementação dos processos metodológicos para a implantação de projetos agroindustriais, cozinhas comunitárias e espaços físicos de comercialização da agricultura familiar no contexto do Semiárido baiano seguem várias etapas essenciais para minimizar os riscos dos investimentos. Essas etapas incluem a identificação da demanda dos agricultores(as) nos planos de investimento dos Territórios Rurais, a elaboração de planos de negócios, o planejamento estratégico, o desenvolvimento de projetos e plantas, e a obtenção de selos e certificações que atendem às exigências legais para a fabricação de alimentos seguros e o acesso ao mercado. Todas essas etapas são realizadas de forma coletiva, envolvendo especialmente a diretoria das organizações econômicas e suas equipes nos processos de produção e nas atividades gerenciais das agroindústrias.

2. IMPORTÂNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS NA GERAÇÃO DE RENDA E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por diversas transformações no âmbito do trabalho e da produção no meio rural, especialmente na organização da produção e comercialização de produtos para atender às exigências de mercado e à legislação vigente. No caso da Bahia, muitos avanços ocorreram a partir de 2006, quando se iniciou um grande debate sobre os investimentos na implementação de políticas públicas voltadas ao fomento da agroindustrialização e comercialização dessa produção, com forte protagonismo dos movimentos sociais e das organizações econômicas existentes (cooperativas e associações de base produtiva).



DICA: PROCESSOS METODOLÓGICOS BEM IMPLEMENTADOS AUMENTAM AS CHANCES DE SUCESSO NOS INVESTIMENTOS.

Nesse contexto, o apoio de diversos programas e projetos da CAR foi fundamental para esse novo marco da agroindustrialização da produção da agricultura familiar na Bahia, que se baseia na produção de alimentos de qualidade – bons, limpos e seguros –, garantindo assim o acesso a diferentes nichos de mercado.

Em resposta a essas demandas, a Bahia tem realizado importantes investimentos nos processos de agroindustrialização da produção rural, criando a "Agroindústria Familiar da Bahia". O Governo da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a partir da implantação do projeto Pró-Semiárido com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), entre 2015 e 2024, em 32 municípios do Norte da Bahia, implementou um conjunto de políticas e ações para atender às diferentes dimensões do processo agroindustrial voltado para os pequenos agricultores familiares e suas organizações. É importante ressaltar que esses projetos exigem uma ação coordenada, integrando múltiplas dimensões, principalmente no acompanhamento técnico continuado e específico para agroindústrias.

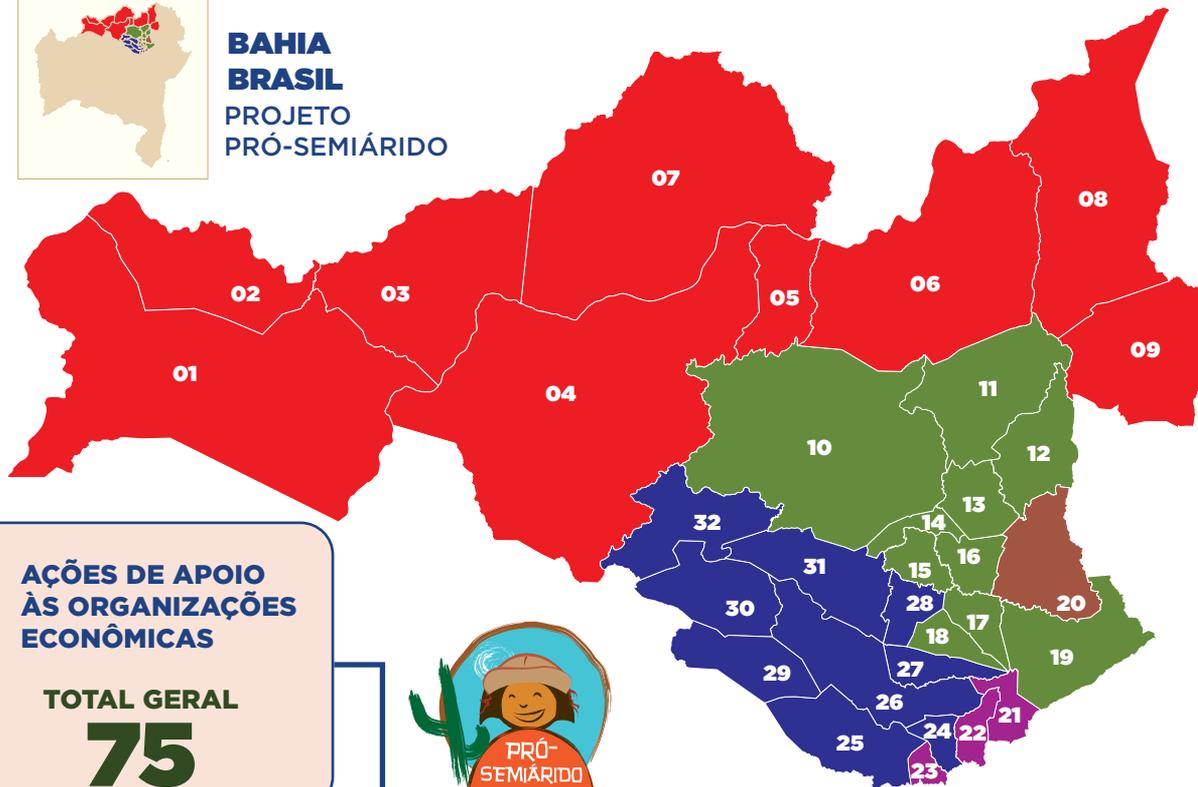
Nesse contexto, a CAR, por meio do projeto Pró-Semiárido, apoiou diretamente 64 organizações econômicas (associações e cooperativas), beneficiando-as com a construção e/ou reforma de 75 empreendimentos (agroindústrias, cozinhas e espaços físicos de comercialização). A diferença entre o número de empreendimentos e o número de organizações beneficiadas justifica-se pelo fato de uma mesma cooperativa ou associação ter sido contemplada com recursos financeiros para mais de um empreendimento.



Foto: Manuela Cavadas



**BAHIA
BRASIL**
PROJETO
PRÓ-SEMIÁRIDO



27

**AÇÕES DE APOIO
ÀS ORGANIZAÇÕES
ECONÔMICAS**

17

02

03

25

TOTAL GERAL

75



● **SERTÃO DO SÃO FRANCISCO**

01. Pilão Arcado	02
02. Campo Alegre de Lourdes	02
03. Remanso	00
04. Sento Sé	00
05. Sobradinho	04
06. Juazeiro	07
07. Casa Nova	04
08. Curaçá	04
09. Uauá	04

● **PIEMONTE NORTE
DO ITAPICURU**

10. Campo Formoso	02
11. Jaguarari	00
12. Andorinha	01
13. Senhor do Bonfim	06
14. Antônio Gonçalves	05
15. Pindobaçu	01
16. Filadélfia	02
17. Ponto Novo	00
18. Caldeirão Grande	02
19. Queimadas	00

● **SISAL**

20. Itiúba	03
------------	----

● **BACIA DO JACUÍPE**

21. Capim Grosso	01
22. Quixabeira	00
23. Várzea do Poço	01

● **PIEMONTE DA
DIAMANTINA**

24. Serrolândia	01
25. Miguel Calmon	00
26. Jacobina	04
27. Caém	04
28. Saúde	02
29. Várzea Nova	04
30. Ourolândia	03
31. Mirangaba	03
32. Umburanas	05

Figura 1 - Empreendimentos apoiados pelo Projeto Pró-Semiárido por Territórios de Identidade e municípios

Tipo de Organização	Nº de Organizações	Nº de empreendimentos
Associações	50	55
Central de Associações	2	2
Central de Cooperativas	1	1
Cooperativas	12	17
Total Geral	65	75

Tabela 2 - Organizações econômicas que receberam investimentos do Pró-Semiárido e número de empreendimentos beneficiados.

— Investimentos financeiros realizados nas organizações econômicas

O Pró-Semiárido investiu mais de R\$ 34,9 milhões em 65 organizações econômicas, distribuídas em cinco territórios de identidade, beneficiando um total de 75 empreendimentos. Do total de recursos, 55% foram destinados ao Território Sertão do São Francisco.

Nesta região, foram instaladas as organizações econômicas que receberam, individualmente, os maiores volumes de recursos, investidos em agroindústrias de beneficiamento de frutas, abatedouros de caprinos e suínos, centros de comercialização de animais, Armazém da Caatinga, laticínios de leite de cabra e casas de mel. Esses empreendimentos são gerenciados pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), pela Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (CECAAT), pela Cooperativa Agroindustrial Vale do Paraíso (COOPERPARAÍSO), pela Associação Comunitária e Agropastoril de Testa Branca (ACATEB) e pela Cooperativa Agropecuária Familiar Sertão Forte de Casa Nova e Região (COOAF).



“O investimento na agroindústria da COOPERCUC impactou a estruturação da base de produção, permitindo um maior aproveitamento das frutas da região. Além disso, melhorou a inclusão dos agricultores nos processos produtivos, aumentou a capacidade e a diversidade de produtos na indústria, com melhor aproveitamento da produção local e diversificação dos produtos no mercado.”

— Adilson Ribeiro dos Santos – Presidente da COOPERCUC, Uauá-BA.

Nos territórios Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina, foram investidos 20% dos recursos, sendo contempladas, na sua maioria, cozinhas comunitárias (unidades de processamento de alimentos), além de agroindústrias de beneficiamento da mandioca, do licuri e na suinocultura. Também houve investimentos na área de gestão e promoção/acesso a mercados, como a loja da agricultura familiar em Capim Grosso, gerenciada pela cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (COOPES) e o Coreto da Agricultura Familiar em Jacobina, gerida pela Cooperativa Agropecuária da Rede de Mulheres e Jovens da Agricultura Familiar do Semiárido (COOMAFS). É importante salientar o apoio à criação e fortalecimento da Cooperativa da Rede de Mulheres e Jovens da Agricultura Familiar do Semiárido (COOMAFS), organização que representa comercialmente 18 grupos de processamento de alimentos e um Entrepósito de Ovos.

Nos Territórios Piemonte do Itapicuru e Sisal, foram investidos 26% dos recursos em diversas agroindústrias de pequeno e médio porte, como o abatedouro frigorífico de galinha caipira em Itiúba, gerido pela Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Avícola da Agricultura Familiar do Alto de São Gonçalo LTDA. (COOPAVES), casas de farinha e de beneficiamento de mandioca e frutas, entrepostos de mel, o Empório da Agricultura Familiar em Senhor do Bonfim e o Centro de Reprodução e Comercialização de Caprinos e Ovinos de Andorinha, sob a gestão da Central das Associações da Agricultura Familiar do Município de Andorinha, do Território Piemonte Norte do Itapicuru, e dos municípios de Itiúba, Monte Santo e Andorinha (CAAFTIPINI).

Escritórios Regionais - SETAF				
Território de Identidade	Jacobina (R\$)	Juazeiro (R\$)	Senhor do Bonfim (R\$)	Total Geral (R\$)
Bacia do Jacuípe	770.616,21			371.179,20
Piemonte da Diamantina	6.525.294,35			6.525.294,35
Piemonte Norte do Itapicuru			7.724.334,08	7.724.334,08
Sertão do São Francisco		18.801.107,75		18.801.107,75
Sisal			1.108.089,22	1.108.089,22
Total Geral:	6.725.842,74	18.801.107,75	8.832.423,30	34.359.373,79

Tabela 3 - Recursos investidos por território de identidade.

Gráfico 1 - Valores investidos em agroindústrias e espaços físicos de comercialização pelo Pró-Semiárido - Total: R\$ 34.359.373,79.



— Público beneficiário nas Agroindústrias e Cozinhas

São beneficiários diretos das organizações econômicas todas as pessoas envolvidas diretamente nos Grupos de Interesses (GIs) – participantes do processo produtivo ou na gestão das agroindústrias. Estão incluídas apenas as pessoas envolvidas nos 74 empreendimentos das categorias de agroindústrias e cozinhas comunitárias. As pessoas beneficiadas com as estruturas comerciais não foram contabilizadas, uma vez que, na sua grande maioria, estão distribuídas nessas categorias.

Essa distinção é necessária, pois, principalmente no caso das cozinhas comunitárias, os grupos de produção são uma parcela do GI. Ou seja, essas pequenas cozinhas foram criadas para atender a um público específico, formado majoritariamente por mulheres. No caso das cooperativas e associações, os beneficiários diretos são todos os associados e cooperados.



“A contribuição de uma agroindústria é de suma importância para o desenvolvimento das mulheres e colabora para a construção do conhecimento, pois entendo que esses são serviços essenciais para o protagonismo feminino, permitindo que elas ganhem lugar de fala e voz nas discussões sobre a agricultura familiar e no diálogo sobre gênero.”

– Cristiane Ribeiro Da Silva – Presidenta da Associação de Mulheres em Ação da Fazenda Esfomeado - AMAF - Curaçá-BA.

Território de Identidade	Beneficiários Diretos				
	Total	Homem	Mulher	H. Jovem	M. Jovem
Bacia do Jacuípe	141	53	88	0	0
Piemonte da Diamantina	890	303	528	12	47
Piemonte Norte do Itapicuru	440	167	145	54	74
Sertão do São Francisco	767	412	316	19	20
Sisal	76	11	53	4	8
Total Geral:	2.314	946	1130	89	149
Total Geral (%)	100%	40,74%	48,40%	4,06%	6,80%

Tabela 4 - Beneficiários diretos das 58 agroindústrias e cozinhas comunitárias por Território de Identidade.

Conforme mencionado anteriormente, os investimentos nas cozinhas comunitárias foram pensados para gerar oportunidades de trabalho e renda para as mulheres, além de reforçar o trabalho que já realizam com o processamento de alimentos em suas casas ou nos grupos de trabalho.

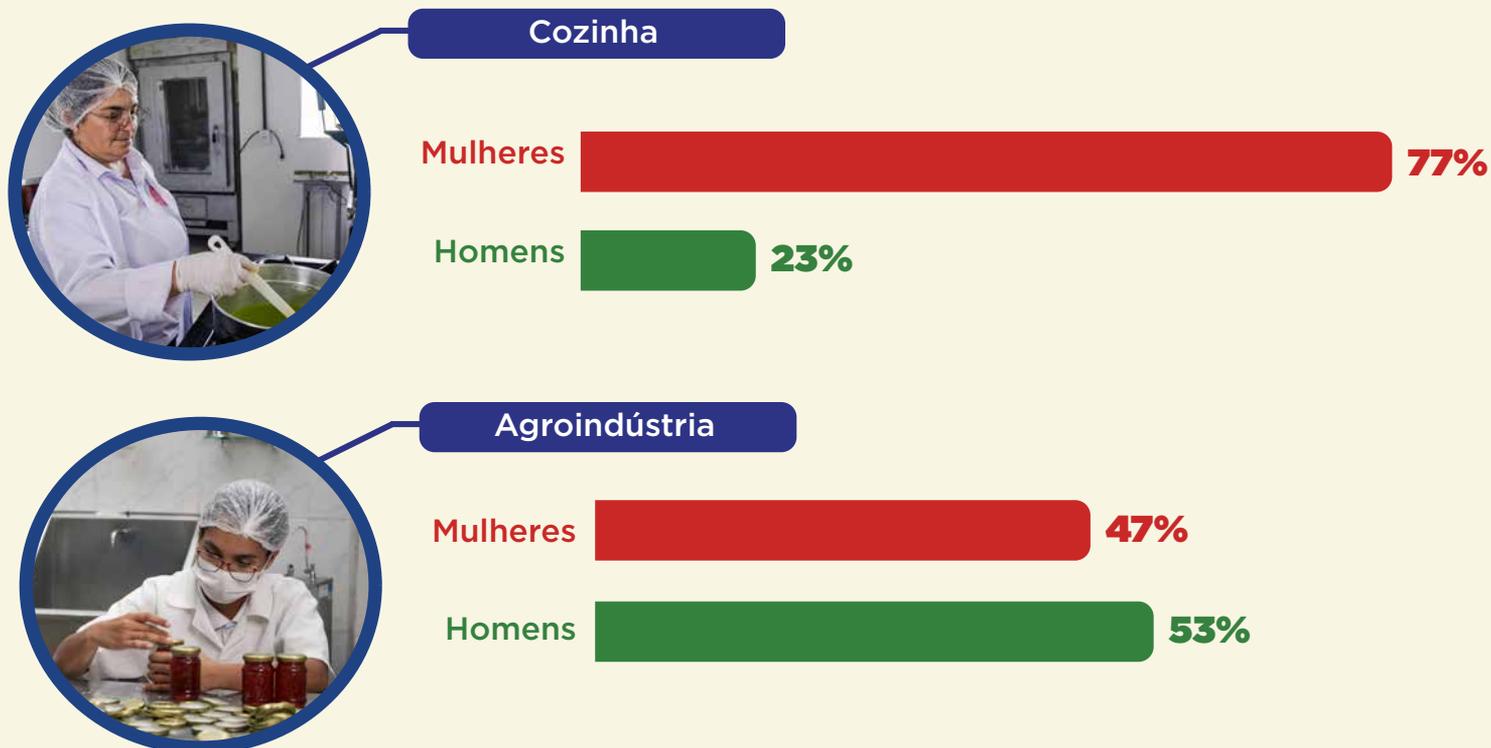
“A Cooperativa da Rede de Mulheres e Jovens da Agricultura Familiar do Semiárido (COOMAFS) teve um impacto transformador na vida das participantes e na comunidade na qual está inserida como um todo. Ao proporcionar oportunidades de trabalho e renda, ela não apenas promove a autonomia econômica das mulheres e jovens, mas também fortalece a solidariedade e a coesão social dentro dos coletivos.”

“Esse modelo de trabalho não apenas melhora a qualidade de vida dos envolvidos, mas também contribui para a sustentabilidade local, criando um ciclo positivo de empoderamento e desenvolvimento. Com colaboração e apoio mútuo, essas ações ajudam a construir comunidades mais resilientes e equitativas, onde todos têm a chance de prosperar.”

– Aline Silva, presidenta da COOMAFS.



Gráfico 2 - Participação de homens e mulheres nas agroindústrias e cozinhas - Comparativo entre 2022 e 2023.





Grupo misto de beneficiamento de licuri e de mandioca da comunidade Sítio da Umburana, Senhor do Bonfim (BA). Foto: Manuela Cavadas



Metodologia aplicada para os investimentos em agroindústrias e espaços físicos de comercialização

A partir da releitura dos desafios e das lições aprendidas com a implantação de diversos modelos de projetos agroindustriais, serão apresentadas a seguir as várias etapas e os processos metodológicos adotados pelo Pró-Semiárido nos 32 municípios de atuação. É importante salientar que todos os projetos de investimentos produtivos em agroindústria foram realizados com análise de viabilidade ou estudos (planos de negócios e estudos de mercado). Também foram utilizadas outras ferramentas de apoio à gestão e regularização dos estabelecimentos (selos e certificações de acordo com o segmento de produção). Tudo isso, para:



Para refletir

- Melhorar a autogestão das agroindústrias e dos espaços físicos de comercialização.
- Demonstrar de forma clara os desafios a serem superados na instalação das agroindústrias e dos espaços físicos de comercialização.
- Estabelecer critérios que devem ser observados nos processos de autogestão das agroindústrias e dos espaços físicos de comercialização.
- Refletir sobre a exposição e a identidade da Agricultura Familiar nos espaços físicos de comercialização.
- Contribuir para a sustentabilidade das agroindústrias e dos espaços físicos de comercialização.

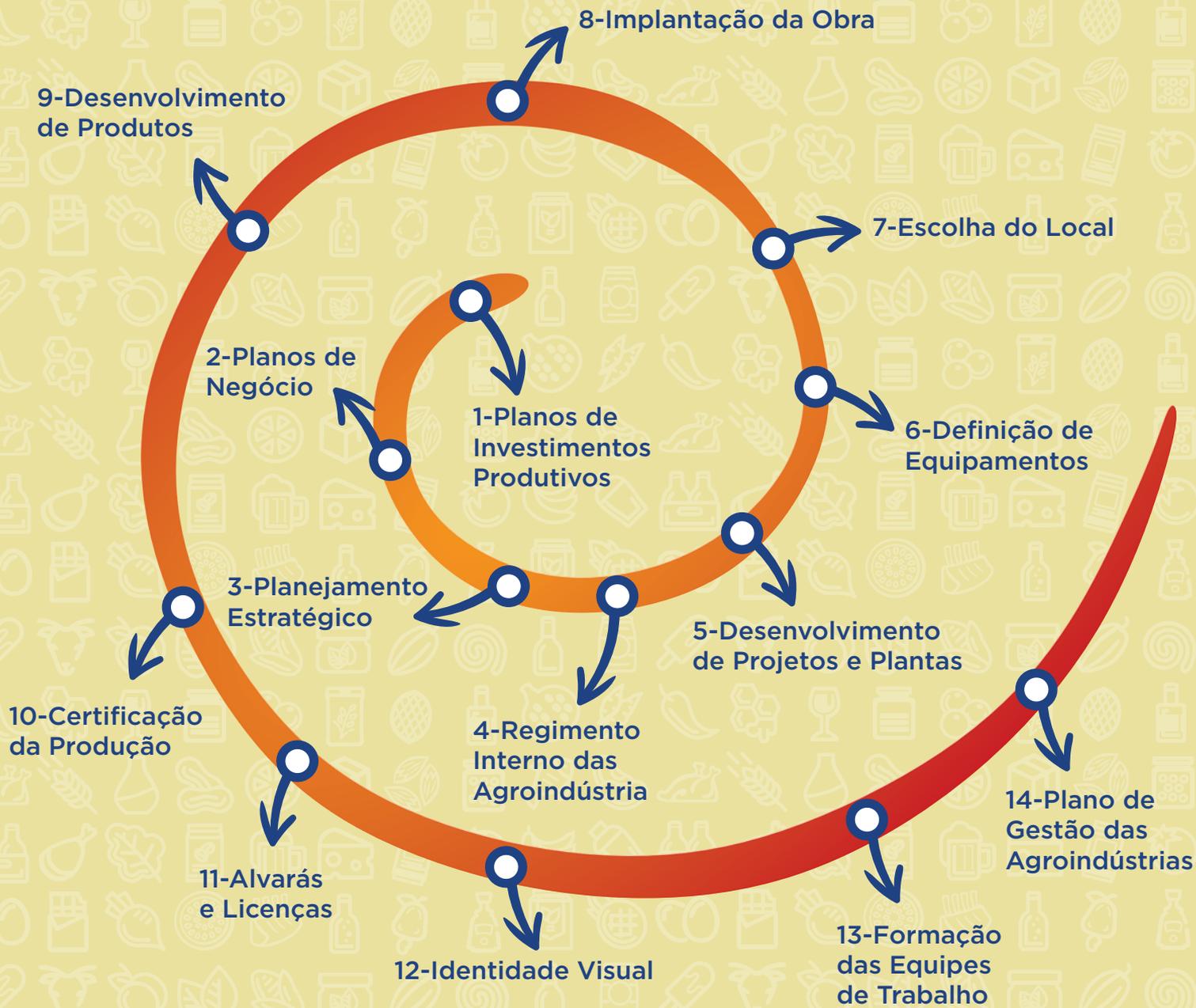


Figura 2 - Metodologia para investimentos em agroindústrias e espaços físicos de comercialização

1. PERSPECTIVAS SONHOS E POSSIBILIDADES SÃO PLANEJADAS CONJUNTAMENTE

— Planos de Investimentos Produtivos

O Pró-Semiárido adotou, desde o início da implantação do projeto, uma metodologia de escuta das comunidades, na qual não foram oferecidas soluções padronizadas ou pacotes tecnológicos. Em vez disso, a ênfase foi na construção de alternativas que respeitam as demandas locais, observando as necessidades, a cultura, o potencial e os recursos disponíveis, além dos desejos e sonhos dos agricultores e suas organizações.

A partir de demandas espontâneas, identificadas de acordo com as necessidades das comunidades ou devido à necessidade de adequações, reformas ou aquisição de equipamentos em agroindústrias já existentes, foram elaborados projetos específicos para atender essas demandas, com base no sistema produtivo vigente.

2. VISÃO ANTECIPADA DA VIABILIDADE E RISCOS DO NEGÓCIO, CUSTOS E BENEFÍCIOS

— Plano de Negócio (PN)

O Pró-Semiárido estabeleceu diretrizes claras para a realização de investimentos. Para infraestruturas de baixa complexidade, foram elaborados Planos de Trabalho com base nos Planos de Investimentos Produtivos (PIPs). Em contrapartida, para investimentos de maior complexidade e custo, foram desenvolvidos planos de negócios. Neste contexto, o FIDA criou um manual com uma metodologia simplificada que possibilita uma construção participativa, fornecendo elementos que avaliam a viabilidade, os riscos e os custos do investimento.

Os planos de negócios são ferramentas essenciais para a análise de diversos aspectos, permitindo que problemas, riscos, vantagens e resultados sejam discutidos antes da instalação do empreendimento. Além de prever desafios, a análise de viabilidade oferece orientações sobre gestão, pontos de equilíbrio, custos fixos, necessidades de capital de giro e outras ferramentas de autogestão, evitando frustrações em relação aos resultados econômicos e financeiros.

Todos os investimentos foram orientados por planos de negócios elaborados com a participação da comunidade, grupos de interesse, técnicos e dirigentes das organizações, com o apoio da equipe técnica do projeto e de consultores contratados. Para atender a essa demanda, o Pró-Semiárido contratou assessoria especializada e elaborou 23 planos de negócios, que guiaram investimentos em todas as áreas do projeto, voltados para a construção e/ou requalificação de agroindústrias e espaços físicos de comercialização.

Comunidade Testa Branca, Uauá (BA).
Foto: Fábio Arruda

**Saiba mais acessando o
Manual para construção
de Planos de negócio-
Elaborado por Pedro Meloni**



3. MAPEAMENTO DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

— Planejamento Estratégico

Como parte das ações educativas no processo de gestão e formação dos grupos, foram elaborados planejamentos de forma coletiva, com o objetivo de melhorar a tomada de decisões, reduzir o amadorismo na resolução de problemas e antecipar soluções que garantam a sustentabilidade dos diversos negócios. Essa ação foi coordenada pela equipe técnica do Pró-Semiárido, com o apoio de assessores contratados.

Para assegurar o bom funcionamento das operações, é fundamental planejar todos os fluxos e etapas de entrada e saída de produtos. Isso inclui a identificação de grupos de fornecedores e consumidores (mercado), definição de preços, prazos, épocas de produção, distâncias, selos e embalagens, entre outros aspectos. Além disso, é imprescindível garantir que todos os processos de registros, licenças e alvarás de funcionamento estejam devidamente atendidos. Dessa forma, serão supridos os requisitos necessários para assegurar o pleno funcionamento das agroindústrias e dos espaços de comercialização.

4. CRITÉRIOS E ACORDOS ESTABELECIDOS PARA O USO COLETIVO DA INFRAESTRUTURA

— Regimento Interno das Agroindústrias

Diversas atividades são realizadas com o objetivo de promover um debate interno que permita aos gestores e membros dos Grupos de Interesses compreender o dinamismo coletivo na gestão dos processos, fluxos de produção e procedimentos operacionais nas agroindústrias. A proposta de estabelecer regras e critérios de forma colaborativa visa fomentar um sentimento de pertencimento e comprometimento entre os agricultores, assegurando o pleno funcionamento da agroindústria e evitando possíveis atritos futuros. Além disso, busca-se criar procedimentos que auxiliem na manutenção e gestão dos processos produtivos e financeiros gerados na agroindústria.



Empório da Agricultura Familiar de Senhor do Bonfim. Foto: Manuela Cavadas

5. ADEQUAÇÃO DAS PLANTAS OBSERVANDO AS DEMANDAS, NECESSIDADES E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

— Desenvolvimento de Projetos e Plantas

Ao longo de sua trajetória, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), por meio de seu departamento de engenharia, desenvolveu diversos projetos e plantas padrão para atender a demandas que podem ser replicadas em todo o estado, abrangendo diversas linhas de produção, como laticínios, casas de farinha, agroindústrias de frutas e produção de alimentos minimamente processados, entre outras. No entanto, ao longo dos anos, muitos desses projetos precisaram ser ajustados para se adequar às novas exigências legislativas e às realidades locais.

No contexto do Pró-Semiárido, a contratação de engenheiros, arquitetos e profissionais especializados com experiência no setor agroindustrial foi extremamente positiva, considerando a grande diversidade de realidades encontradas em campo e suas especificidades, tanto para novos projetos quanto para a requalificação de estruturas existentes.

O desenvolvimento das plantas, orçamentos e detalhes discutidos em conjunto com as comunidades beneficiárias, em conformidade com as demandas reais, permite um melhor atendimento às necessidades locais dos agricultores e suas organizações. O acompanhamento e a dedicação dessa equipe, antes, durante e após a implantação dos projetos agroindustriais, são fundamentais para minimizar os riscos de não conformidades com as exigências legais e reduzir os custos de implementação.

O projeto também elaborou diversas plantas de agroindústrias de pequeno porte, que foram certificadas pelos sistemas simplificados, como o SIM (Serviço de Inspeção Municipal), em parceria com os Consórcios Públicos de Desenvolvimento, e pela VISA (Vigilância Sanitária), de acordo com a Resolução RDC 49. Essa abordagem não apenas diminuiu os custos de implantação, mas também ampliou as chances de sustentabilidade das organizações econômicas.



Unidade de Produção de Leitão - UPL, comunidade Jiló, Várzea Nova (BA). Foto: Manuela Cavadas.

6. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONFORME DEMANDAS E NECESSIDADES LOCAIS E DE MERCADO

— Definição de Equipamentos (Tipos, Capacidade, Funcionalidade, etc.)

A escolha e definição do layout da linha de processamento, bem como o tamanho e o tipo de equipamento a ser utilizado, são extremamente importantes e determinantes para garantir o funcionamento eficiente da agroindústria. Equipamentos modernos e, muitas vezes, sofisticados, com automação, podem não ser adequados à realidade local onde serão implantados. Além disso, o tamanho e a capacidade de processamento desses equipamentos devem ser criteriosamente avaliados, pois podem ficar ociosos se a quantidade de matéria-prima disponível não justificar o funcionamento, comprometendo a eficiência do processo de produção.

Nesse contexto, o Pró-Semiárido se preocupa em orientar todo o processo de aquisição desses equipamentos, após uma análise detalhada do que se pretende produzir e das condições disponíveis no local. Isso é fundamental para determinar a linha de produção, o tamanho e as necessidades do empreendimento. Sempre que possível, a orientação é no sentido de adquirir equipamentos de fornecedores que garantam a montagem da linha de fabricação, minimizando os riscos de incompatibilidade nas ligações entre os equipamentos.



Grupo de produção Sabores da Mandioca, Jacobina (BA).
Foto: Fábio Arruda

7. INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL: ÁGUA, ENERGIA E ACESSIBILIDADE

— Escolha do Local

A escolha do local onde será realizado o investimento é um fator primordial para evitar problemas futuros nas organizações, especialmente em relação à garantia, regularidade e posse da propriedade, bem como às condições de infraestrutura mínima necessárias para a implantação dos projetos.

A localização da agroindústria e/ou do espaço físico de comercialização é de extrema importância para o sucesso do empreendimento. Essa escolha deve ser feita com atenção, sempre considerando o que se pretende produzir e qual público se deseja atender por meio do processo de produção e comercialização.

A localização do estabelecimento está diretamente relacionada à infraestrutura mínima necessária para seu funcionamento, como energia, água, saneamento básico, entre outros aspectos. É preferível que o local tenha fácil acesso, esteja próximo da base de produção e das comunidades envolvidas no processo produtivo, além de contar com estacionamento e um tamanho adequado para as atividades de produção e comercialização. A proximidade com a matéria-prima e a facilidade de escoamento são cruciais para garantir acesso ao mercado consumidor.

Além dessas considerações sobre a infraestrutura disponível, o projeto financiou e apoiou a obtenção das licenças ambientais necessárias, ou suas dispensas, observando os impactos que a agroindústria pode causar durante seu funcionamento. Isso inclui a emissão de fumaça, odores desagradáveis, ruídos, contaminação de afluentes e do ambiente ao redor, além da atração de insetos e pragas.

Agroindústria de processamento de frutas nativas da Caatinga, gerida pela A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), Uauá (BA). Foto: Fábio Arruda



8. PROJETOS ADEQUADOS ÀS CONDIÇÕES E REALIDADE LOCAL

— Implantação da Obra - Construção Civil

A implantação do canteiro de obras, onde será construída a agroindústria, é uma etapa que exige acompanhamento e atenção redobrados por parte dos gestores e fiscais do projeto. O posicionamento da agroindústria em relação ao sol, os declives do terreno e outras características do local, como cursos d'água e acessos, podem comprometer o funcionamento da agroindústria em suas operações.

A observância rigorosa na execução da obra em relação ao projeto arquitetônico é fundamental. Muitas vezes, existem incompatibilidades entre o projeto e o local onde a obra será realizada. Além disso, as empreiteiras frequentemente fazem alterações por conta própria e, em alguns casos, utilizam materiais que não estão especificados nas planilhas anexas aos contratos.

9. INOVAÇÃO SEM PERDER AS CARACTERÍSTICAS E A CULTURA LOCAL

— Desenvolvimento de Produtos

O desenvolvimento de formulações e receitas para a fabricação de produtos na agroindústria é um dos elementos mais importantes para as organizações econômicas e para a equipe de assessoramento técnico. A definição de produtos, baseada em receitas tradicionais e/ou formulações inovadoras, é o ponto-chave e desafiador para estabelecer equipamentos, fluxos e linhas de produção, além de determinar o tipo e a qualidade das embalagens, a matéria-prima disponível (considerando a sazonalidade da produção) e os fornecedores de insumos (levando em conta a distância, forma de aquisição e logística).

É essencial definir se o produto será agroecológico, orgânico ou convencional, e se conterá açúcar, entre outros fatores que influenciam diretamente o seu posicionamento no mercado.

Essa tarefa exige da equipe de assessoramento técnico uma habilidade e conhecimento específicos, uma vez que um olhar atento será fundamental para manter os elementos da cultura local e evitar alimentar os agricultores com ideias de produtos que não sejam aceitos no mercado ou que não garantam a viabilidade do negócio.



Grupo Sabores do Sertão, comunidade Volta da Serra, Umburanas (BA).
Foto: Manuela Cavadas

10. ADEQUAÇÃO DAS NORMAS A LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA AGROINDÚSTRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

— Certificação da Produção e Selos - Prédio e dos Produtos: Alvarás e Registros do MAPA², ANVISA³, ADAB⁴, SIM⁵, SIE⁶, SUSAF⁷, SIF⁸, SISBI⁹ e SIPAF¹⁰

Queremos destacar os desafios enfrentados pelas organizações econômicas na certificação da produção de suas agroindústrias. Muitas vezes, esses processos são caros e apresentam um nível de exigência e complexidade elevado, dependendo do tipo de produto a ser registrado. Em consequência, uma agroindústria pode permanecer inativa por longos períodos devido à burocracia necessária para sua regularização junto aos órgãos de controle e registro. Essa situação geralmente envolve uma série de adequações e mudanças que podem aumentar substancialmente os custos dos investimentos.

Nesse contexto, o Pró-Semiárido tem trabalhado para minimizar esses problemas, oferecendo apoio às organizações na contratação de serviços especializados. Isso inclui a elaboração de plantas e projetos que atendam às normas específicas, conforme o produto a ser produzido e o órgão responsável pelo registro. Para isso, seguimos os seguintes passos:

² Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária

⁴ Agência de Defesa Agropecuária da Bahia

⁵ Serviço de Inspeção Municipal

⁶ Serviço de Inspeção Estadual

⁷ Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte da Bahia

⁸ Serviço de Inspeção Federal

⁹ Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

¹⁰ Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar



Conheça a ação do Pró-Semiárido com o SIM:



— Certificação do Estabelecimento

A certificação da produção é um passo fundamental para que o empreendimento possa acessar novos mercados. Nesse contexto, o projeto oferece acompanhamento e assessoramento contínuos às organizações econômicas, começando pela visita prévia ao terreno onde será construída a agroindústria, em parceria com o órgão responsável, e abrangendo o credenciamento e registro do negócio como um todo. Essa abordagem assegura que todas as exigências e fluxos de produtos estejam em conformidade com o mercado-alvo.

A equipe do Pró-Semiárido supervisiona rigorosamente a execução dos projetos das indústrias, garantindo que as plantas e a linha de produção atendam à legislação vigente. Isso inclui a gestão dos fluxos de produção, armazenamento e estocagem dos produtos, bem como a destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela agroindústria. Durante a fase de registro, é essencial dedicar tempo e atenção à construção e ao preenchimento de documentos e formulários, conforme os requisitos do órgão regulador e do selo que se deseja obter.

Adicionalmente, o Pró-Semiárido firmou sete convênios com consórcios públicos municipais para contratar veterinários e administradores, com o objetivo de implantar os serviços do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) nas agroindústrias familiares dentro da área de atuação do projeto.



Queijo fresco de cabra certificado produzido pela agroindústria familiar Casa de Queijo da Nia, Sítio Terra Seca, Casa Nova (BA). Foto: Fábio Arruda

— Certificação dos Produtos

A certificação dos produtos é um dos passos mais importantes na legalização da produção, permitindo o acesso a mercados. Esse processo exige um grande esforço, tempo e recursos por parte da organização, uma vez que é necessário contratar serviços especializados e contar com um responsável técnico (RT) para atender aos diversos parâmetros exigidos pela legislação. Além disso, o nível de exigência pode variar conforme o tipo de certificação desejada e o mercado que se pretende atingir.

Para que um produto seja certificado de acordo com a legislação, todos os processos e etapas da produção precisam estar em conformidade com as normas. É fundamental que os controles estejam bem estabelecidos nos manuais e procedimentos de produção, conhecidos como Procedimentos Operacionais Padrão (POP)¹¹.

Além desses manuais, são exigidos uma série de processos que normalmente são terceirizados, como a análise físico-química dos produtos e da água, o controle de pragas, e o desenvolvimento de rótulos (incluindo a Informação Nutricional), embalagens, entre outros.

Serviço de Inspeção	Nº de Organizações
ADAB/MAPA	3
MAPA	3
MAPA/ANVISA	1
S.I.E.	2
S.I.M.	12
ANVISA ou VISA	54
Total Geral	75

Tabela 5 - Relação de órgãos ou agências de inspeção sanitária para regulamentação dos empreendimentos apoiados pelo Pro-Semiárido.



Figura 3 - Certificações: (1) Agroindústria Familiar da Bahia; (2) Produto Orgânico Brasil e (3) Produto da Agricultura Familiar (SIPAF).

¹¹ O POP é um documento formatado como manual descritivo para a execução de tarefas e procedimentos dentro da agroindústria. Servindo para informar aos profissionais envolvidos nos processos sobre as diretrizes de atuação, mantendo assim a padronização das atividades.



Queijo fresco de leite de cabra certificado com SIE, produzido na Unidade de beneficiamento de leite de cabra da comunidade Testa Branca, Uauá (BA). Foto: William França

11. REGULARIZAÇÃO E DIMINUIÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

— Licença Ambiental

A licença ambiental é um documento necessário para o funcionamento de qualquer empreendimento que possa causar impactos ao meio ambiente, incluindo as agroindústrias da agricultura familiar.

Além disso, toda agroindústria que for reformada ou construída precisa obter uma licença. A dispensa de licença ambiental, de acordo com a legislação e a depender da complexidade do projeto, pode exigir esforço e recursos da organização. Os resíduos gerados pelas agroindústrias, tanto líquidos quanto sólidos, devem ter um destino adequado, sendo tratados, reaproveitados ou levados a aterros sanitários apropriados.

Para isso, o Pró-Semiárido contratou especialistas e elaborou projetos para todas as agroindústrias, além de realizar todo o acompanhamento técnico necessário para garantir a obtenção das licenças exigidas para o funcionamento.



Agroindústria de beneficiamento de buriti, Brejo Dois Irmãos, Pilão Arcado (BA). Foto: Fábio Arruda

12. EXPRESSÃO DOS VALORES, RIQUEZAS E SABORES LOCAIS

— Identidade Visual – (Marcas/Logomarcas)

A construção da identidade visual dos empreendimentos é uma etapa de grande importância para os agricultores e agricultoras. É a forma pela qual eles se identificam, expressando os elementos que unem os grupos e que remetem à ancestralidade, além de refletir os aspectos culturais e ambientais. Essa identidade também funciona como um instrumento para vender uma ideia, um significado, um modo de produção e de vida, provocando o desejo de consumo e estreitando a relação entre produtores e consumidores.

Para isso, o projeto trabalha com a contratação de profissionais que auxiliam as organizações a criar suas marcas e logomarcas de maneira dialogada e participativa, de forma que retratem os elementos que identificam a realidade do grupo. Os diversos modelos de marcas e logomarcas são instrumentos importantes para a identificação das agroindústrias, bem como para os rótulos e materiais de apresentação do empreendimento (banners, etiquetas, faixas, cartazes, entre outros).

O lançamento dos produtos no mercado deve ocorrer com uma visão interna e externa sobre como esses produtos serão aceitos, o que será vendido e o que as pessoas desejam comprar. Os produtos devem ser desenvolvidos com características e atributos específicos, assim como a criação de uma marca.



Foto: Fábio Arruda

13. FORMAÇÃO DOS GRUPOS PRODUTIVOS GARANTE A QUALIDADE E SANIDADE DOS PRODUTOS FABRICADOS NAS AGROINDÚSTRIAS

— Formação

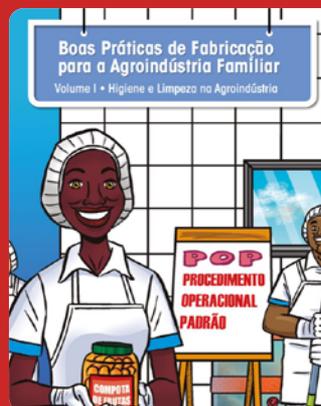
As Boas Práticas de Fabricação (BPF) são um conjunto de procedimentos e regras que devem ser seguidos pelas agroindústrias e demais estabelecimentos que produzem alimentos, com o objetivo de garantir a qualidade e a segurança dos produtos alimentícios. A adoção das BPF é fundamental para prevenir a contaminação dos alimentos, garantir a saúde dos consumidores e cumprir as normas regulatórias estabelecidas pela legislação sanitária.

Para garantir a formação continuada dos grupos de trabalho das agroindústrias, são oferecidas diversas capacitações em Boas Práticas de Fabricação (BPF), gestão e comercialização. Nesse sentido, todos os grupos participam de treinamentos e realizam intercâmbios para conhecer as boas práticas de outros grupos que têm mais experiência nessa área. Essa metodologia de formação contribui para a melhoria dos processos produtivos, a garantia da qualidade dos alimentos e o cumprimento das normas sanitárias e regulatórias vigentes.

Acesse os Manuais I e II - BPF para Agroindústrias da Agricultura Familiar



Manual I:



Manual I:





Produção de beijus recheados em cozinhas, comunidade Canaveira, Senhor do Bonfim (BA). Foto: Fábio Arruda

14. GESTÃO DE PROCESSOS AJUDAM A MELHORAR A EFICIÊNCIA DO TRABALHO E AUMENTAR OS RESULTADOS

— Construção do Plano de Gestão das Agroindústrias

Para contribuir com os processos de organização da gestão das agroindústrias, a equipe do Pró-Semiárido tem desenvolvido estratégias para fortalecer os processos gerenciais, ajudando os gestores a criarem competências e a dividirem responsabilidades de acordo com as habilidades de seus membros. Isso facilita os processos de tomada de decisão e garante que as atividades práticas e operacionais sejam executadas com maior agilidade, evitando conflitos internos na gestão da agroindústria.



Segmentação dos investimentos em agroindústrias e espaços físicos de comercialização

O Pró-Semiárido investiu em 69 tipos de espaços de agregação de valor à produção, conforme ilustrado no Gráfico 3. Foram pelo menos 17 tipos diferentes de produtos, que se desdobram em quase uma centena de itens. Essa diversificação resultou em um novo desafio, pois exige um amplo conhecimento técnico dos atores envolvidos para adequar as instalações, adquirir os equipamentos necessários, oferecer capacitações, auxiliar no desenvolvimento de rótulos, registros, certificações, e licenças sanitárias e ambientais, entre outros aspectos fundamentais para viabilizar o funcionamento das agroindústrias, cozinhas e espaços de apoio à comercialização.



Rapadura produzida na Unidade de Beneficiamento de cana-de-açúcar da comunidade Bananeira dos Pretos, município de Antônio Gonçalves (BA).
Foto: Manuela Cavadas

Esses investimentos foram essenciais para dar suporte a diversos projetos de investimento produtivo, fortalecendo e agregando valor à produção dos quintais e de outros subsistemas, como avicultura, apicultura, caprinocultura, ovinocultura, fruticultura, piscicultura, mandioca, e extrativismo (licuri, buriti, umbu, maracujá-da-caatinga).

Gráfico 3 - Tipos de empreendimentos estruturados com apoio do Projeto Pró-Semiárido.



69 tipos de espaços de agregação de valor à produção

— Tipos de empreendimentos estruturados com apoio do Pro-Semiárido

No Pró-Semiárido, compreende-se como agroindústria as estruturas de produção onde ocorre o processamento de alimentos a partir da transformação de matérias-primas, como frutas, leite, carnes, mandioca e mel. As atividades de seleção e classificação de ovos, frutas, bem como a produção de picolés, temperos e conservas também estão incluídas nessa classificação.

As agroindústrias foram construídas para atender a exigências mais complexas relacionadas à legislação de inspeção sanitária, licenciamento ambiental, segurança do trabalho, entre outras. As normas técnicas foram observadas desde o projeto da agroindústria, abrangendo equipamentos, métodos de produção, sistemas de garantia da qualidade, embalagem, rotulagem, armazenagem e logística. No total, 29 agroindústrias foram apoiadas pelo Projeto, cada uma com demandas diferenciadas em termos de complexidade.

As cozinhas comunitárias são estruturas mais simples, mas não estão isentas de atender à legislação. Devido à baixa complexidade das operações, normalmente estão vinculadas à inspeção municipal. A produção é realizada em pequena escala, mas abrange uma grande variedade de alimentos a partir de ingredientes diversificados. Neste caso, parte dos ingredientes não é oriunda da agricultura familiar local, como farinha de trigo, óleo, margarina, entre outros. As 38 cozinhas apoiadas pelo Projeto estão vinculadas a associações comunitárias.

Foram financiadas oito estruturas de comercialização, sendo cinco mais simples, como quiosques, quitandas e espaços para comercialização de animais, e duas mais complexas: o Empório da Agricultura Familiar em Senhor do Bonfim e o Armazém da Caatinga em Juazeiro.

Tipo de Organização	Investimentos realizados pelo PSA			
	Agroindústria	Espaços físicos de Comercialização	Cozinha	Total Geral
Associação	17	1	38	56
Cooperativa	12	5		17
Central de Associações		1		1
Central de Cooperativas		1		1
Total Geral	29	9	38	75

Tabela 6 - Número de empreendimentos financiados por tipo de atividade e tipo de organização econômica.

— Apoio à comercialização da produção das agroindústrias

Os debates sobre a comercialização dos produtos da agricultura familiar, ao longo do tempo, têm provocado profundas reflexões e mudanças em suas estratégias, além da necessidade de políticas públicas de incentivo e estruturação de agroindústrias para atender a essas demandas de produção, que gerem volume e produtos de qualidade que estejam em conformidade com a legislação brasileira. Nesse contexto, e com o objetivo de potencializar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, surgem em todo o Brasil diversas experiências de comercialização.

É possível citar feiras especializadas de produtos da agricultura familiar em todo o país, como a Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES), Natural Tech e Salão de Turismo, além de eventos internacionais como Terra Madre e Biofach, sem esquecer das feiras orgânicas e agroecológicas locais. Além disso, foram construídos diversos espaços físicos de comercialização (lojas, quiosques, armazéns, bodegas, coretos, empórios), assim como outros acessos a compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de outras estratégias de comercialização de produtos da agricultura familiar.

Nesse contexto, a Bahia tem avançado significativamente, tanto nos investimentos quanto no Assessoramento Técnico Contínuo (ATC), potencializando a criação de diversos modelos de agroindústrias e de espaços físicos de comercialização de produtos da agricultura familiar. Muitos desses investimentos surgiram como demandas espontâneas das comunidades onde o projeto atua, a partir da potencialidade produtiva local, assim como aqueles que necessitaram de ajustes e adequações, como foi o caso da COOPERCUC em Uauá, da COOPES em Capim Grosso e das agroindústrias de buriti na comunidade dos Brejos Dois Irmãos em Pilão Arcado, e do entreposto de ovos na comunidade do Giló, em Várzea Nova.



Além das construções e requalificações de diversas agroindústrias, o Pró-Semiárido investiu fortemente em estruturas que viabilizam a comercialização e o acesso a mercados dos produtos das organizações econômicas (cooperativas e associações). Foram construídas e equipadas lojas, quiosques, coreto, armazéns, o Empório da Agricultura Familiar e espaços para feiras agroecológicas, com o objetivo de dar visibilidade aos produtos e a cultura local, tornando esses espaços vitrines (lojas conceito) dos produtos da agricultura familiar. Além disso, busca-se viabilizar a comercialização em rede da produção das agroindústrias, estreitando laços e criando relações entre produtores e consumidores.

Um bom exemplo da articulação realizada pelo Projeto para fortalecimento da produção e comercialização de produtos da agricultura familiar locais é a Rede Semiárido Forte, a qual envolve 32 grupos produtivos e se tornou um movimento social importante que além de fortalecer o trabalho coletivo tem o intuito de diagnosticar, dialogar, articular e buscar solução dos problemas. Uma das iniciativas importantes desta Rede foi a criação da Cooperativa agropecuária de produção da rede de Mulheres e jovens produtores(as) de derivados da Agricultura Familiar do Semiárido (COOMAFS).

Importante destacar a implementação do Coreto da Agricultura Familiar, como espaço inovador de comercialização e ponto estratégico para a Rede Semiárido Forte/COOMAFS expor seus produtos e escoar a produção. O Coreto foi uma grande estratégia financiada pela CAR por meio do Pró-Semiárido com apoio da Prefeitura Municipal de Jacobina para fomentar a comercialização se tornando um grande espaço de saberes, sabores e valorização da cultura.





Conheça algumas das iniciativas de fomento ao beneficiamento de alimentos e agregação de valor



Beneficiamento de frutas nativas



Armazém da Caatinga



Processamento da mandioca





Armazém da Caatinga - Juazeiro (BA)

Fotos: William França



Loja Coopes - Capim Grosso (BA)

Foto: Manuela Cavadas





**Empório da Agricultura Familiar
- Senhor do Bonfim (BA)**

Foto: Manuela Cavadas



**Coreto da Agricultura
Familiar - Jacobina (BA)**

Foto: Fagner Santana



**Loja da Coopercuc
- Uauá (BA)**

Foto: William França

— Fortalecimento institucional para o apoio as ações de comercialização e gestão

O Pró-Semiárido tem realizado diversas ações para apoiar as redes de comercialização, especialmente no acompanhamento do Armazém da Caatinga (loja conceito) em Juazeiro, do Empório da Agricultura Familiar em Senhor do Bonfim, do Coreto da Agricultura Familiar em Jacobina e da loja da COOPES em Capim Grosso. O apoio às redes é uma estratégia para garantir a comercialização dos produtos dos empreendimentos da agricultura familiar e fortalecer as relações com outras redes de comercialização existentes no estado da Bahia e em outros biomas brasileiros.



A Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga (CECAAT), constituída a partir das necessidades das cooperativas, associações, grupos produtivos e das organizações de apoio à agricultura familiar, como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), é um importante instrumento organizativo, produtivo e comercial. A Central reúne um quadro social de 16 cooperativas e mais de 26 grupos produtivos da agricultura familiar (associações), beneficiando mais de 1.500 agricultores e agricultoras de sua base social.

“O Armazém da Caatinga é uma conquista importante para os grupos produtivos, pois promove a visibilidade e a valorização da agricultura familiar.”

— Gizeli Maria de Oliveira, Presidente da Central da Caatinga, Juazeiro-BA



Cooperativa	Localidade	Atividade econômica principal apoiada pelo Projeto
COOPERCUC	Uauá	Construção e reforma da agroindústria de processamento de frutas e apoio à gestão
COOFAMA	Juazeiro	Reforma e ampliação de 02 agroindústrias de processamento de frutas e beneficiamento de ovos, construção de quiosque e apoio à gestão
COOAF	Casa Nova	Centro de comercialização de animais, abatedouro de caprinos e ovinos, apoio à gestão/formação
COOPERCAR	Juazeiro (Comunidade: <i>Ca-cimba do Silva</i>)	Construção do entreposto de ovos e base de produção (galinheiros)
COOPERVIDA	Juazeiro	Apoio à certificação orgânica participativa e feiras de orgânicos do Armazém da Caatinga
COAFJU	Juazeiro	Apoio aos grupos de produção base da cooperativa
COOPERPARAISO	Sobradinho	Reforma e ampliação da agroindústria de processamento de frutas e apoio à gestão
COOPOF	Curaçá (Comunidade: <i>Poço de Fora</i>)	Apoio à comercialização e energia fotovoltaica e equipamentos do laticínio
COOPES (PEIXES)	Sobradinho	Aquisição de equipamentos da graxaria e unidade de beneficiamento de pescados, apoio à gestão e aquisição de ração
COOPES (LICURI)	Capim Grosso	Reforma da unidade de beneficiamento de licuri e reforma e ampliação da loja de produtos da cooperativa e apoio na base com máquinas e galpão de produção e estocagem
COOPCAF	Campo Formoso	Reforma do entreposto de mel e na comercialização
COOPAVES	Itiúba (Comunidade: <i>Alto São Gonçalo</i>)	Reforma e ampliação do abatedouro de frangos

COOPAG	Várzea Nova (Comunidade: Giló)	Apoio à base de produção de leite; à comercialização dos produtos no Armazém da Caatinga e ao fortalecimento da suinocultura, com a Unidade de Produção de Leite
COAPICAL	Campo Alegre de Lourdes	Apoio à base de produção com colmeias e equipamentos, além da construção de duas casas de mel.
COOPD	Senhor do Bonfim	Apoio ao fortalecimento da base de produção.
CPC	Ponto Novo	Apoio à estruturação da base de produção de fruticultura irrigada.
CIVAB	Canudos	Apoio à comercialização por meio do Armazém da Caatinga.
COOPERSABOR	Monte Santo	Apoio à comercialização por meio do Armazém da Caatinga.
COOPERLAD	Tucano	Apoio à comercialização por meio do Armazém da Caatinga.
COOPROAF	Manoel Vitorino	Apoio à comercialização por meio do Armazém da Caatinga.
COOMAFS	Jacobina	Apoio à comercialização por meio da elaboração de identidade visual, criação de rótulos e desenvolvimento de novos produtos, além do Coreto da Agricultura Familiar.

Tabela 7 - Apoio do Pro-Semiárido às Cooperativas da Base Social da Central da Caatinga

A Rede Semiárido Forte agrega mais de 32 grupos de processamento de alimentos e artesanato de municípios que integram os Territórios de Identidade Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe e Semiárido Nordeste II, incluindo os índios Kiriri da Marcação. Seu propósito é articular as ações de comercialização em rede e fortalecer as organizações econômicas apoiadas pelo Pró-Semiárido, buscando desenvolver um modelo de negócios de produção sustentável da agricultura familiar, além de resolver os gargalos inerentes aos processos de gestão, certificação da produção, beneficiamento e comercialização, agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade da Caatinga.



Neste sentido, as redes de comercialização atuarão de forma intensa junto aos empreendimentos, no acompanhamento destes, considerando suas necessidades e particularidades, sobretudo no âmbito da gestão contábil e fiscal, bem como dos processos de estruturação da comercialização, através dos espaços físicos de comercialização, como: Armazém da Agricultura Familiar, Empório da Agricultura Familiar, lojas e quiosques e Centro de Reprodução e Comercialização de Animais, no apoio à caprinovinocultura e demais atividades apoiadas pelo Pró-Semiárido.

Os investimentos feitos em equipamentos/agroindústrias, estruturação das unidades produtivas e formação do capital humano e social, através das ações do projeto, reforçam as organizações econômicas para consolidar as ações de inovação no mercado. No entanto, ainda será necessário intensificar o trabalho para que estas possam garantir uma gestão profissionalizada e consigam estruturar processos de comercialização mais articulados.



Confira mais detalhes sobre a rede Semiárido forte



Agricultoras que trabalham no beneficiamento da mandioca e fazem parte da Rede Semiárido Forte e da Cooperativa agropecuária de produção da rede de Mulheres e jovens produtores(as) de derivados da Agricultura Familiar do Seminário (Coomafs). Foto: Manuela Cavadas



Coopes

LICURI DO SERTÃO
BAHIA • BRASIL



Foto: Manuela Cavadas

3. CONCLUSÃO

Acreditamos que a metodologia utilizada pelo Pró-Semiárido na execução do projeto como um todo foi o grande diferencial na implementação de boas práticas nos investimentos realizados com as famílias beneficiárias do projeto, e que são importantes para o desenvolvimento dos territórios e suas organizações, sobretudo na construção de ferramentas de gestão, que fortaleceu significativamente as iniciativas econômicas e sociais dos territórios, gerando oportunidade de trabalho e renda para os agricultores/as, sobretudo para mulheres e jovens, construídas a partir de demandas originadas pelos planos de investimentos dos territórios rurais, de forma participativa e construtivista.

É importante ressaltar que todo o trabalho realizado com as agroindústrias e os espaços físicos de comercialização foi fundamental para o desenvolvimento dos municípios e suas organizações. Contribuiu para o fortalecimento de parcerias e alianças estratégicas inovadoras, com diversas organizações públicas e privadas que atuam no campo da pesquisa e extensão, a exemplo da EMBRAPA, CODEVASF, SEBRAE e IFEs, assim como as entidades de ATC - Assessoramento Técnico Continuado (IRPAA, CACTOS, SASOP, SAJUC, COOPERCUC, IDESA, COFASPI, ARESOL, COOPESER e APPJ).

Os investimentos que foram feitos para a estruturação de agroindústrias de pequeno e médio porte, assim como os espaços físicos de comercialização, exigiram do Pró-Semiárido grande esforço, de modo a contribuir com a gestão das cooperativas e associações para que estas pudessem assegurar a plena e efetiva funcionalidade. Este apoio foi fundamental por envolver estruturas de produção complexas (laticínio, abatedouro de caprinos e ovinos, empório e armazém da agricultura familiar, piscicultura intensiva - tanques rede), as quais demandaram esforço para garantir uma gestão profissionalizada dos agricultores/as, sobretudo no acesso e na consolidação das ações de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Elson D.; XAVIER, Egnaldo Gomes; SOBRAL, Luís Eduardo. **Manual de autogestão de espaços físicos de comercialização dos produtos da agricultura familiar**. Sobral, CE: CETRA, março de 2022.

MELONI, L. Pedro. **Análise qualitativa e quantitativa das organizações econômicas apoiadas pelo Projeto Pró-Semiárido**. Ano: 2023.



Foto: William França



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL



ISBN: 978-65-996551-5-9



9 786599 655159

www.sdr.ba.gov.br
www.car.ba.gov.br/prosemiarido

SALVADOR: Av. Viana Filho, Conjunto SEPLAN - CAB, CEP: 41.745-000. Tel: (71) 3115-6762
JACOBINA: Rua Mairi, 04, Centro. CEP: 44.700-000. Tel: (74) 3621-3128
SENHOR DO BONFIM: Av. da Agricultura, s/n - antigo Derba. CEP: 48.970-000. Tel: (74) 3541-7521
JUAZEIRO: R. Engenheiro Viana, nº 7, Casa. Bairro: Country Club / CEP: 48.902-325. Tel: (74) 3611-3933